

# PARECER HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS DE CRÉDITO

**GRUPO DP4**



# ÍNDICE

HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS CLASSE I – CRÉDITOS TRABALHISTAS	5
HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS CLASSE III – CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS	7
HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS CLASSE IV – CRÉDITOS ME e EPP	95
HABILITAÇÃO E DIVERGÊNCIAS DE CRÉDITO ÍNTEMPESTIVAS	100

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ8FW HJCAC K6HEE 3W2HB



## PARECER HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS DE CRÉDITO

**Recuperação Judicial:** Grupo DP4

**Processo:** 0005010-98.2023.8.16.0001

**Juízo:** 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba/PR.

Aprioristicamente, cumpre informar que segue em anexo a **Relação Nominal de Credores da AJ-Art. 7º §2º da Lei 11.101/2005**, contemplando a relação sintética de credores e seus respectivos créditos apurados por esta Administradora Judicial na fase administrativa de verificação dos créditos. Ainda, segue pormenorizadamente no **Relatório da Fase Administrativa** anexo, a descrição individualizada de cada crédito, seus respectivos valores e o resultado das análises realizadas. Por fim, no presente **Parecer Habilitações e Divergências de Crédito**, seguem, na íntegra, as **análises realizadas por esta Administradora Judicial, das habilitações e/ou divergências apresentadas nos moldes previstos pelo artigo 7º, §1º, da Lei 11.101/2005**.

Em tempo, cumpre salientar que o “EDITAL DE INTIMAÇÃO DE CREDORES, TERCEIROS E INTERESSADOS NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL -LTDA DE VEV COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS. (CNPJ nº 22.771.751/0001-44), VEV COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA -FILIAL 1 ES. (CNPJ nº 22.771.751/0002-25), VEV COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. - FILIAL 2 SC. (CNPJ nº 22.771.751/0003-06), DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. -EPP.(CNPJ nº 9.195.971/0001-62), DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - FILIAL 1 RS. (CNPJ nº 19.195.971/0002-43), DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL 2 MS. (CNPJ nº 19.195.971/0005-96), DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL 3 SP. (CNPJ nº 19.195.971/0003-24), DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL 4 ES. (CNPJ nº 19.195.971/0004-05), DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL 5 SC. (CNPJ nº 19.195.971/0006-77), AZUL FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (CNPJ nº 26.476.117/0001-30), AIKON COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. - EPP. (CNPJ nº 09.661.689/0001-70), TOP FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - EPP (CNPJ nº 10.805.902/0001-59), E.L.M. PARTICIPAÇÕES EIRELI (CNPJ nº 17.007.891/0001-00) - GRUPO DP 4. (nos termos do ART. 52, § 1º DA LEI Nº 11.101/2005)” fora devidamente publicado no **Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Paraná, na Edição nº 3411, com data de publicação em 17/04/2022 (veiculado em 14/04/2023)**.

Assim sendo, em data de **03/05/2023** decorreu o prazo de 15 (quinze) dias previsto no art. 7º, § 1º, da Lei 11.101/2005, para os credores apresentarem à Administradora Judicial suas habilitações ou as suas divergências quanto aos créditos relacionados.

Imperioso mencionar que houve apresentação TEMPESTIVA de habilitações/divergências de crédito, pelos seguintes credores, em consonância ao prazo previsto no artigo 7º, §1º, da Lei 11.101/2005: **Classe I – Tarcisio Scorsin; CLASSE III – Airela Indústria Farmaceutica LTDA; Banco ABC Brasil S.A; Banco Bocom BBM S.A; Banco Bradesco S.A; Banco China Construction Bank; Banco do Brasil S.A; Banco Do Estado Do Espírito Santo – Banestes S.A; Banco Fibra S.A; Banco Guanabara S.A; Banco Industrial do Brasil S.A; Banco Paulista S.A; Banco Safra S.A; Banco Santander (Brasil) S.A; Banco Sofisa S.A; Bebê Saúde LTDA; Belliz Indústria, Comércio, Importação e Exportação EIRELI; Beno Brandão Advogados Associados; BS Distribuidora de produtos de higiene LTDA; Confeções Capricho LTDA; Copel S.A; Depisul Comércio de Cosméticos LTDA ME.; Devisa Comercial Ltda ME; Ecolog Serviços Ambientais LTDA; EMS S.A.; Falcon Comércio de Arquivos Esportivos LTDA; Falcon - Comercio De Artigos Esportivos Ltda ME; Germed Farmacêutica LTDA; Hedge Logística Fundo De Investimento Imobiliário; Hersil Administração e Empreendimentos Prediais; Itaú Unibanco S.A; L.R. Nordeste S.A; Legrand Pharma Indústria Farmacêutica LTDA; Lillo do Brasil Indústria e Comércio de Produtos Infantis LTDA; Maxinutri Suplementos Nutricionais LTDA; Medix Brasil Produtos Hospitalares e Odontológicos Ltda ME; Multilab Industria e Comercio de Produtos Farmaceuticos LTDA; Multisaúde Farmaceutica e Nutricional S.A; Natulab Laboratório S.A; Pharlab Indústria Farmacêutica .S.A; RPL**

**Segurança Privada LTDA; Classe IV – D&V Artes e Papelaria; DCS Inove Automação Comercial; L.R. Kniggendorf-Sociedade Individual de Advocacia; Lidersoft Tecnologia e sistemas LTDA; Servicedesk Brasil LTDA.**

Ante o exposto, esta Administradora Judicial entende pertinente tecer as seguintes considerações acerca das habilitações/divergências apresentadas pelos credores supramencionados.



# 1

## **HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS CLASSE I – CRÉDITOS TRABALHISTAS**



## 1.1 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO – TARCISIO SCORSIN

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 11.535,09	R\$ 11.535,09	R\$ 6.790,97

O Credor Tarcisio Scorsin apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que alegou não ter sido relacionado pelas Recuperandas, razão pela qual requereu a habilitação do seu crédito na monta de **R\$ 11.535,09 (onze mil quinhentos e trinta e cinco reais e nove centavos)**.

Ocorre que, conforme relação de credores apresentada pelas Recuperandas, referido credor já consta arrolado no importe que pretende habilitar, sendo, portanto, considerada sua habilitação como anuência.

Todavia, após verificação nos documentos e registros apresentados pelas Recuperandas, esta Administradora Judicial verificou que o crédito é proveniente de saldos proporcionais de férias com 1/3 constitucional, décimo terceiro salário proporcional e depósitos em atraso do FGTS, restando excluídos os valores referentes a INSS, pois não se sujeitam aos efeitos da Recuperação Judicial.

Ademais, quanto aos valores provenientes de FGTS, salienta-se que foram habilitados, tendo em vista serem de titularidade do trabalhador, atuando a Caixa Econômica Federal como mera custodiadora do crédito, conforme recente entendimento do TJPR, in verbis:

EMENTA – AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HABILITAÇÃO. CRÉDITO TRABALHISTA. SUJEIÇÃO A RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ART. 9º, II /LRF. ATENDIMENTO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO. ATUALIZAÇÃO DO CRÉDITO SOMENTE ATÉ A DATA DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HABILITAÇÃO DE FGTS. POSSIBILIDADE. CAIXA ECONOMICA FEDERAL. MERA CUSTODIADORA. PARCIAL PROVIMENTO. 1. O crédito trabalhista, sujeito a recuperação judicial, deve atender a LRF e ao plano de recuperação, devendo ser atualizado somente até a data do pedido de recuperação (art. 9º, II /LRF). 2. **Sendo a Caixa Econômica Federal mera custodiadora de valores referentes a FGTS não há o que se falar na impossibilidade de habilitação de crédito da credora.** 3. Agravo de Instrumento à que se dá parcial provimento<sup>1</sup>.

Desta forma, tendo em vista que o Credor não apresentou documentos hábeis para comprovação do valor alegado do seu crédito, nem planilha de débitos atualizada, bem como, com base nas análises realizadas por esta Administradora Judicial, conclui-se pelo valor a ser habilitado de R\$ 6.790,97 (seis mil setecentos e noventa reais e noventa e sete centavos).

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **IMPROCEDÊNCIA** da **anuência** apresentada, **sendo retificado a monta de seu crédito para o importe de R\$ 6.790,97 (seis mil setecentos e noventa reais e noventa e sete centavos), na Classe I – Créditos Derivados da Legislação do Trabalho.**

<sup>1</sup> TJ-PR - AI: 00532834820228160000 Curitiba 0053283-48.2022.8.16.0000 (Acórdão), Relator: substituto francisco carlos jorge, Data de Julgamento: 13/04/2023, 17ª Câmara Cível, Data de Publicação: 13/04/2023.

2

# **HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS CLASSE III – CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS**



## 2.1 ANUÊNCIA DE CRÉDITO - AIRELA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 362.247,54	R\$ 362.247,54	R\$ 362.247,54

O Credor Airela Indústria Farmacêutica LTDA apresentou anuência a esta Administradora Judicial, ocasião em que requereu a manutenção do valor de sua titularidade em **R\$ 362.247,54 (trezentos e sessenta e dois mil duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos)**, na Classe III – Créditos Quirografários.

Ante o exposto, tendo em vista a anuência exarada pelo Credor, e após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial informa que o valor será devidamente **MANTIDO**, no importe de **R\$ 362.247,54 (trezentos e sessenta e dois mil duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**.

## 2.2 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO - BANCO ABC BRASIL S.A

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 9.994.119,73	R\$ 801.043,63	R\$ 801.043,63

O Credor Banco ABC Brasil S.A apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do crédito de sua titularidade para o importe de **R\$ 801.043,63 (oitocentos e um mil quarenta e três reais e sessenta e três centavos)**.

O petitório do Credor repousa sobre dois pedidos, sendo o primeiro referente a exclusão integral de créditos vinculados a contratos com garantias de alienações fiduciárias de bens **móveis**, e o segundo referente a habilitação de créditos concursais devidamente atualizados até a data do pedido de Recuperação Judicial.

Pertinente ao montante extraconcursal, o Credor apresentou 3 (três) contratos com garantias fiduciárias, leia-se cessões fiduciárias de direitos creditórios, quais sejam, contrato **nº 10019622**, **nº 9206322** e **nº 8904921**.

Em análise dos instrumentos contratuais celebrado pelas partes, tem-se que a garantia fiduciária vinculada àqueles negócios jurídicos se refere a cessão de direitos creditórios, a qual, não obstante se diferenciar da alienação fiduciária convencional, possui a mesma finalidade, e de igual forma não se sujeita aos efeitos da Recuperação Judicial, tendo em vista que a condição que estabelece a extraconcursalidade desse tipo de garantia se dá em razão da propriedade fiduciária do bem móvel ou imóvel, conforme previsto no art. 49, §3 da LREF<sup>2</sup>.

A cessão fiduciária de direitos creditórios, se caracteriza pela transferência de títulos de crédito (performados ou não) do detentor originário em favor de uma instituição financeira, momento o qual, àquele primeiro tem acesso ao crédito adiantado pelo segundo, sendo que, doravante, a instituição torna-se titular dos direitos creditórios na condição de proprietário fiduciário destes bens cedidos, sendo que a cessão propriamente mencionada se dá em face dos direitos creditórios a

<sup>2</sup> Art. 49.

§ 3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial. (Destacamos)



serem concretizados através dos recebíveis, e não dos títulos em créditos propriamente ditos, isto é, a cessão ocorre antes mesmo destes créditos performarem.

Em relação a (extra)concursabilidade do montante vinculado a este tipo de garantia, o Doutrinador Marcelo Sacramone exara as seguintes considerações:

Dentro do gênero negócio fiduciário, duas espécies podem ser apontadas. A alienação fiduciária em garantia e a cessão fiduciária em garantia. Ambos os tipos de propriedade fiduciária estão excluídos da recuperação judicial, visto que o art. 49, § 3º, exclui da submissão à recuperação judicial a propriedade fiduciária e não a restringe quanto ao tipo de negócio jurídico fiduciário que lhe deu causa.

A alienação fiduciária em garantia consiste na transmissão da propriedade de coisa material ao credor, pelo devedor, com escopo de garantia. **A cessão fiduciária, por seu turno, também é espécie de negócio fiduciário, mas o cedente transfere ao cessionário a titularidade de direitos ou títulos de crédito com a finalidade de garantir a satisfação de uma dívida.** [...]

Nos termos do art. 49, § 3º, o credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis manterá os direitos de propriedade sobre a coisa, de forma que poderá retomá-la, diante do inadimplemento, **não se submetendo aos efeitos da recuperação judicial do devedor. Pelo dispositivo legal, tutela-se o direito de propriedade do referido credor.** Seu crédito não se sujeita à recuperação judicial, entretanto, apenas pelo bem que lhe foi transferido fiduciariamente em garantia, o qual deve ser liquidado pelo credor para amortizar o valor de seu crédito.<sup>3</sup>

Também corrobora o entendimento do Tribunal de Justiça do Paraná, a saber:

Agravo de instrumento – impugnação À LISTA DE CREDORES – decisão que julgou improcedente o pedido – IRRESIGNAÇÃO DA IMPUGNANTE – ALEGAÇÃO DE QUE O CRÉDITO GARANTIDO POR CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO SE SUBMETE À RECUPERAÇÃO JUDICIAL – ACOLHIDA – EXTRACONCURSALIDADE EVIDENCIADA – artigo 49, § 3º, da lei nº 11.101/05 – necessidade de individualização que não se confunde com a exigência de apontar as CARACTERÍSTICAS de cada título – identificação da garantia – trava bancária – recebíveis identificados – entendimento desta corte e do superior tribunal de justiça – requisitos do artigo 1.362 do código civil presentes – recurso provido (TJPR - 18ª C.Cível - 0039051-70.2018.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: Desembargadora Denise Kruger Pereira - J. 13.03.2019)<sup>4</sup>

AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CRÉDITO. DECISÃO QUE ACOLHE PARCIALMENTE A IMPUGNAÇÃO, PARA EXCLUIR DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL O CRÉDITO GARANTIDO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. INSURGÊNCIA. PLEITO DE EXCLUSÃO TAMBÉM DOS CRÉDITOS GARANTIDOS COM CESSÃO FIDUCIÁRIA. ACOLHIMENTO. DESNECESSÁRIA A INDIVIDUALIZAÇÃO DOS TÍTULOS QUE GARANTEM O CRÉDITO. TÍTULOS A PERFORMAR, SEQUER EMITIDOS NA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO. **GARANTIA QUE RECAÍ SOBRE OS PRÓPRIOS DIREITOS CREDITÓRIOS. PRECEDENTES DO STJ E DESTE TRIBUNAL. DECISÃO REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.**

<sup>3</sup> SACRAMONE, Marcelo B. Comentários à Lei Recuperação de Empresas e Falência.: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553622531. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553622531/>. Acesso em: 14 out. 2022.

<sup>4</sup> (TJ-PR - AI: 00390517020188160000 PR 0039051-70.2018.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Desembargadora Denise Kruger Pereira, Data de Julgamento: 13/03/2019, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/03/2019)

(TJPR - 18ª C. Cível - 0071505-98.2021.8.16.0000 - Maringá - Rel.: JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU CRISTIANE SANTOS LEITE - J. 11.05.2022)<sup>5</sup> (Destacamos)

APELAÇÕES CÍVEIS. Embargos à execução opostos por empresa em recuperação judicial e ação ordinária fundada no art. 19 da Lei de Recuperação de Empresas proposta por credora diversa. Sentença de julgamento conjunto que extinguiu, sem exame do mérito, por inépcia, parte dos pleitos formulados nos embargos à execução e, por fim, declarou a improcedência dos demais pedidos formulados em ambas as demandas, concluindo que o crédito objeto das demandas é extraconcursal. 1) EMBARGOS À EXECUÇÃO. 1.1) Razões recursais lançadas pela recuperanda que apenas reiteram o conteúdo da petição inicial na parte que versou sobre a revisão do contrato, sem combater o fundamento acerca da inépcia da petição inicial, o que configura afronta ao princípio da dialeticidade. Recurso conhecido parcialmente, apenas no que tratou da submissão do crédito à recuperação judicial 1.2) **Razões acerca da concursalidade do crédito que não prosperam, pois, performedo ou não o título objeto de cessão fiduciária, o crédito garantido permanece albergado pelo § 3º do art. 49 da Lei de Recuperação de Empresas, sendo extraconcursal.** 1.3) RECURSO DESPROVIDO. 2) AÇÃO ORDINÁRIA. 2.1) Razões recursais no sentido de que, não performedo o título objeto da cessão fiduciária, a garantia é perdida, devendo o crédito ser classificado como extraconcursal. 2.1) **Não acolhimento, pois, performedo ou não, o crédito continua albergado pelo § 3º do art. 49 da Lei de Recuperação de Empresas, não havendo razão para retificação do quadro-geral de credores.** 2.3) RECURSO DESPROVIDO<sup>6</sup>. (Destacamos)

E na mesma linha, o Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO INTERNO. DECISÃO DE PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA DE RECEBÍVEIS. AUSÊNCIA DE DIFERENÇA ENTRE CRÉDITOS A SEREM PERFORMADOS APÓS A DECISÃO DE PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E AQUELES JÁ PERFORMADOS ATÉ AQUELE MARCO TEMPORAL. CONSTITUIÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA COM A CONTRATAÇÃO. ENTENDIMENTO DESTA CORTE NESSE SENTIDO. 1. A constituição da propriedade fiduciária, oriunda de cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis e de títulos de crédito, dá-se a partir da própria contratação. 2. O crédito garantido fiduciariamente, como na espécie, não se submete à recuperação judicial, por força do art. 49, § 3º, da Lei n. 11.101/2005, pois é de propriedade (resolúvel) do credor, e não da empresa recuperanda. 3. **É desinfluyente, portanto, o momento em que é performedo, se antes ou depois do processamento da recuperação. Julgados desta Corte nesse sentido.** 4. Agravo interno desprovido.<sup>7</sup> (Destacamos)

Em análise dos contratos e das respectivas garantias, tem-se que fora estabelecido que a integralidade do saldo devedor seria garantida através da cessão de direitos creditórios, a saber:

5 (TJ-PR - AI: 00715059820218160000 Maringá 0071505-98.2021.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Cristiane Santos Leite, Data de Julgamento: 11/05/2022, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: 12/05/2022)

6 TJ-PR - APL: 00002180820198160142 Rebouças 0000218-08.2019.8.16.0142 (Acórdão), Relator: Rogerio Ribas, Data de Julgamento: 23/03/2023, 17ª Câmara Cível, Data de Publicação: 23/03/2023.

7 (STJ - AgInt no REsp: 1932780 SP 2021/0110156-7, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 29/11/2021, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/12/2021)

Contrato nº **8904921:**

D) O valor total da(s) Duplicatas objeto de cessão fiduciária em garantia deverá representar, durante toda a vigência deste contrato de cessão fiduciária, no mínimo **100,00% (cem por cento)** do valor de principal, encargos e acessórios das Obrigações Garantidas de modo que, caso a cessão fiduciária venha, por qualquer motivo, a desfaltar-se e/ou seu objeto venha a se deteriorar ou desvalorizar, as partes deverão observar a cláusula 1.4 e subcláusulas abaixo.

D.1. As partes estabelecem que o índice de liquidez das Duplicatas objeto de cessão fiduciária em garantia não poderá ser inferior a **80% (oitenta por cento)** do valor total de garantia exigido, indicado no item "D" acima.

Contrato nº **9206322:**

D) O valor total da(s) Duplicatas objeto de cessão fiduciária em garantia deverá representar, durante toda a vigência deste contrato de cessão fiduciária, no mínimo **100,00% (cem por cento)** do valor de principal, encargos e acessórios das Obrigações Garantidas de modo que, caso a cessão fiduciária venha, por qualquer motivo, a desfaltar-se e/ou seu objeto venha a se deteriorar ou desvalorizar, as partes deverão observar a cláusula 1.4 e subcláusulas abaixo.

D.1. As partes estabelecem que o índice de liquidez das Duplicatas objeto de cessão fiduciária em garantia não poderá ser inferior a **80% (oitenta por cento)** do valor total de garantia exigido, indicado no item "D" acima.

Contrato nº **10019622:**

D) O valor total da(s) Duplicatas objeto de cessão fiduciária em garantia deverá representar, durante toda a vigência deste contrato de cessão fiduciária, no mínimo **100,00% (cem por cento)** do valor de principal, encargos e acessórios das Obrigações Garantidas de modo que, caso a cessão fiduciária venha, por qualquer motivo, a desfaltar-se e/ou seu objeto venha a se deteriorar ou desvalorizar, as partes deverão observar a cláusula 1.4 e subcláusulas abaixo.

D.1. As partes estabelecem que o índice de liquidez das Duplicatas objeto de cessão fiduciária em garantia não poderá ser inferior a **80% (oitenta por cento)** do valor total de garantia exigido, indicado no item "D" acima.

Desta feita, considerando que 100% do contrato é garantido pela cessão fiduciária, é medida que se impõe reconhecer a extraconcursalidade integral do importe em sintonia ao pedido do credor, por força do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005.

Outrossim, no que tange aos créditos concursais, tem-se o seguinte cenário.

O credor apresentou a Instrumento Contratual (Cheque Empresa) nº 4156316, celebrado em data de 15/06/2022, o que o torna sujeito a Recuperação Judicial, na forma do art. 49 da LREF, devidamente instruídos com cálculos limitados até a data do pedido de recuperação judicial (02/03/2023).

Destarte, em análise dos referidos instrumentos e das respectivas planilhas de débitos, verifica-se que o Credor observou a limitação de aplicação de correção monetária imposta pelo art. 9º, inc. II, da Lei 11.101/2005, culminando no valor requerido.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** da **Divergência** apresentada, **sendo seus créditos parcialmente excluídos da relação de credores em razão de sua extraconcursalidade, e retificado a monta concursal para o importe de R\$ 801.043,63 (oitocentos e um mil quarenta e três reais e sessenta e três centavos)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**.

## 2.3 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO - BANCO BOCOM BBM S.A.

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 6.654.696,99	R\$ 5.372.374,77	R\$ 5.372.374,77

O Credor Banco Bocom BBM S.A. apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do crédito de sua titularidade para o

importe de **R\$ 5.372.374,77 (cinco milhões trezentos e setenta e dois mil trezentos e setenta e quatro reais e setenta e sete centavos)**.

O petitório do Credor repousa sobre dois pedidos, sendo o primeiro referente a exclusão parcial de créditos de sua titularidade vinculados a contratos com garantias de alienações fiduciárias de bens móveis, ou melhor, contratos garantidos por cessão fiduciária de direitos creditórios, e o segundo referente a habilitação de créditos concursais devidamente atualizados até a data do pedido de Recuperação Judicial, que se traduzem pelo valor remanescente não coberto pelas garantias fiduciárias.

Pertinente ao montante extraconcursal, o Credor apresentou 3 (três) contratos com cessões fiduciárias de direitos creditórios, quais sejam, contrato n° **602.724, n° 57.027 e n° 57.026**.

Em análise dos instrumentos contratuais celebrado pelas partes, tem-se que a garantia fiduciária vinculada àqueles negócios jurídicos se refere a cessão de direitos creditórios, a qual, não obstante se diferenciar da alienação fiduciária convencional, possui a mesma finalidade, e de igual forma não se sujeita aos efeitos da Recuperação Judicial, tendo em vista que a condição que estabelece a extraconcursalidade desse tipo de garantia se dá em razão da propriedade fiduciária do bem móvel ou imóvel, conforme previsto no art. 49, § 3º, da LREF<sup>8</sup>.

A cessão fiduciária de direitos creditórios, se caracteriza pela transferência de títulos de crédito (performados ou não) do detentor originário em favor de uma instituição financeira, momento o qual, àquele primeiro tem acesso ao crédito adiantado pelo segundo, sendo que, doravante, a instituição torna-se titular dos direitos creditórios na condição de proprietário fiduciário destes bens cedidos, sendo que a cessão propriamente mencionada se dá em face dos direitos creditórios a serem concretizados através dos recebíveis, e não dos títulos em créditos propriamente ditos, isto é, a cessão ocorre antes mesmo destes créditos performarem.

Em relação a (extra)concursalidade do montante vinculado a este tipo de garantia, o Doutrinador Marcelo Sacramone exara as seguintes considerações:

Dentro do gênero negócio fiduciário, duas espécies podem ser apontadas. A alienação fiduciária em garantia e a cessão fiduciária em garantia. Ambos os tipos de propriedade fiduciária estão excluídos da recuperação judicial, visto que o art. 49, § 3º, exclui da submissão à recuperação judicial a propriedade fiduciária e não a restringe quanto ao tipo de negócio jurídico fiduciário que lhe deu causa.

A alienação fiduciária em garantia consiste na transmissão da propriedade de coisa material ao credor, pelo devedor, com escopo de garantia. **A cessão fiduciária, por seu turno, também é espécie de negócio fiduciário, mas o cedente transfere ao cessionário a titularidade de direitos ou títulos de crédito com a finalidade de garantir a satisfação de uma dívida.** [...]

Nos termos do art. 49, § 3º, o credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis manterá os direitos de propriedade sobre a coisa, de forma que poderá retomá-la, diante do inadimplemento, **não se submetendo aos efeitos da recuperação judicial do devedor. Pelo dispositivo legal, tutela-se o direito de propriedade do referido credor.** Seu crédito não se sujeita à recuperação judicial, entretanto, apenas pelo bem que lhe foi transferido fiduciariamente em garantia, o qual deve ser

8 Art. 49.

§ 3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial. (Destacamos)



liquidado pelo credor para amortizar o valor de seu crédito.<sup>9</sup>

Também corrobora o entendimento do Tribunal de Justiça do Paraná, a saber:

agravo de instrumento – impugnação À LISTA DE CREDORES – decisão que julgou improcedente o pedido – IRRESIGNAÇÃO DA IMPUGNANTE – ALEGAÇÃO DE QUE O CRÉDITO GARANTIDO POR CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO SE SUBMETE À RECUPERAÇÃO JUDICIAL – ACOLHIDA – EXTRACONCURSALIDADE EVIDENCIADA – artigo 49, § 3º, da lei nº 11.101/05 – necessidade de individualização que não se confunde com a exigência de apontar as CARACTERÍSTICAS de cada título – identificação da garantia – trava bancária – recebíveis identificados – entendimento desta corte e do superior tribunal de justiça – requisitos do artigo 1.362 do código civil presentes – recurso provido (TJPR - 18ª C.Cível - 0039051-70.2018.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: Desembargadora Denise Kruger Pereira - J. 13.03.2019)<sup>10</sup>

AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CRÉDITO. DECISÃO QUE ACOLHE PARCIALMENTE A IMPUGNAÇÃO, PARA EXCLUIR DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL O CRÉDITO GARANTIDO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. INSURGÊNCIA. PLEITO DE EXCLUSÃO TAMBÉM DOS CRÉDITOS GARANTIDOS COM CESSÃO FIDUCIÁRIA. ACOLHIMENTO. DESNECESSÁRIA A INDIVIDUALIZAÇÃO DOS TÍTULOS QUE GARANTEM O CRÉDITO. TÍTULOS A PERFORMAR, SEQUER EMITIDOS NA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO. **GARANTIA QUE RECAÍ SOBRE OS PRÓPRIOS DIREITOS CREDITÓRIOS. PRECEDENTES DO STJ E DESTE TRIBUNAL. DECISÃO REFORMADA.** RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJPR - 18ª C. Cível - 0071505-98.2021.8.16.0000 - Maringá - Rel.: JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU CRISTIANE SANTOS LEITE - J. 11.05.2022)<sup>11</sup> (Destacamos)

APELAÇÕES CÍVEIS. Embargos à execução opostos por empresa em recuperação judicial e ação ordinária fundada no art. 19 da Lei de Recuperação de Empresas proposta por credora diversa. Sentença de julgamento conjunto que extinguiu, sem exame do mérito, por inépcia, parte dos pleitos formulados nos embargos à execução e, por fim, declarou a improcedência dos demais pedidos formulados em ambas as demandas, concluindo que o crédito objeto das demandas é extraconcursal. 1) EMBARGOS À EXECUÇÃO. 1.1) Razões recursais lançadas pela recuperanda que apenas reiteram o conteúdo da petição inicial na parte que versou sobre a revisão do contrato, sem combater o fundamento acerca da inépcia da petição inicial, o que configura afronta ao princípio da dialeticidade. Recurso conhecido parcialmente, apenas no que tratou da submissão do crédito à recuperação judicial 1.2) **Razões acerca da concursalidade do crédito que não prosperam, pois, performedo ou não o título objeto de cessão fiduciária, o crédito garantido permanece albergado pelo § 3º do art. 49 da Lei de Recuperação de Empresas, sendo extraconcursal.** 1.3) RECURSO DESPROVIDO. 2) AÇÃO ORDINÁRIA. 2.1) Razões recursais no sentido de que, não performedo o título objeto da cessão fiduciária, a garantia é perdida, devendo o crédito ser classificado

<sup>9</sup> SACRAMONE, Marcelo B. Comentários à Lei Recuperação de Empresas e Falência: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553622531. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553622531/>. Acesso em: 14 out. 2022.

<sup>10</sup> (TJ-PR - AI: 00390517020188160000 PR 0039051-70.2018.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Desembargadora Denise Kruger Pereira, Data de Julgamento: 13/03/2019, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/03/2019)

<sup>11</sup> (TJ-PR - AI: 00715059820218160000 Maringá 0071505-98.2021.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Cristiane Santos Leite, Data de Julgamento: 11/05/2022, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: 12/05/2022)

como extraconcursal. 2.1) **Não acolhimento, pois, performedo ou não, o crédito continua albergado pelo § 3º do art. 49 da Lei de Recuperação de Empresas, não havendo razão para retificação do quadro-geral de credores.** 2.3) RECURSO DESPROVIDO<sup>12</sup>. (Destacamos)

E na mesma linha, o Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO INTERNO. DECISÃO DE PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA DE RECEBÍVEIS. AUSÊNCIA DE DIFERENÇA ENTRE CRÉDITOS A SEREM PERFORMADOS APÓS A DECISÃO DE PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E AQUELES JÁ PERFORMADOS ATÉ AQUELE MARCO TEMPORAL. CONSTITUIÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA COM A CONTRATAÇÃO. ENTENDIMENTO DESTA CORTE NESSE SENTIDO. 1. A constituição da propriedade fiduciária, oriunda de cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis e de títulos de crédito, dá-se a partir da própria contratação. 2. O crédito garantido fiduciariamente, como na espécie, não se submete à recuperação judicial, por força do art. 49, § 3º, da Lei n. 11.101/2005, pois é de propriedade (resolúvel) do credor, e não da empresa recuperanda. **3. É desinfluyente, portanto, o momento em que é performedo, se antes ou depois do processamento da recuperação. Julgados desta Corte nesse sentido.** 4. Agravo interno desprovido.<sup>13</sup> (Destacamos)

Em análise dos contratos, contata-se que todos (os três) estão vinculados a um terceiro contrato “mãe” que constitui a cessão fiduciária de direitos creditórios, a saber: Contrato nº **602.724**, nº **57.027** e nº **57.026**:

**CONTRATO MASTER DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE TÍTULOS E DIREITOS**  
**Nº 57.028**

Pelo presente Instrumento particular,

**BANCO BOCOM BBM S.A** Instituição financeira constituída e existente de acordo com as leis do Brasil, agindo por sua filial do Rio de Janeiro, localizada à Avenida Barão de Tefé, 34, 20º andar, Saúde, CEP: 20.220-460, inscrita no CNPJ/ME sobre o nº 15.114.366/0002-40, representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de credor, doravante denominado “**FIDUCIÁRIO**”;

**DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, sociedade devidamente constituída, localizada na Cidade de São José Dos Pinhais e Estado do Paraná, à Rua Valdemiro Valaski, 2432, Guatupe, CEP 83.065-400, inscrita no CNPJ sob o nº 19.195.971/0001-62; **TOP FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, sociedade devidamente constituída, localizada na Cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, à Avenida Ministro João Arinos, 5065, Jardim Noroeste, CEP 79.045-005, inscrita no CNPJ sob o nº 10.805.902/0001-59, representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de devedora, doravante denominado(a) “**CLIENTE**”; e

**DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, sociedade devidamente constituída, localizada na Cidade de São José Dos Pinhais e Estado do Paraná, à Rua Valdemiro Valaski, 2432, Guatupe, CEP 83.065-400, inscrita no CNPJ sob o nº 19.195.971/0001-62; **TOP FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, sociedade devidamente constituída, localizada na Cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, à Avenida Ministro João Arinos, 5065, Jardim Noroeste, CEP 79.045-005, inscrita no CNPJ sob o nº 10.805.902/0001-59, representada(s) na forma do seu(s) Estatuto(s) Social (ais), na qualidade de garantidora(s), doravante denominados(as) “**FIDUCIANTE**”.

Veja-se que, no petitório do credor, elucida que em que pese os contratos em análise possuam garantia por cessão fiduciária de direitos creditórios, parte do importe oriundo dos contratos é concursal, pois não fora feito a compensação integral daqueles, devendo o valor remanescente (não concretizado/adimplido pelos títulos cedidos) ser habilitado na Classe III – Créditos Quirografários, estando assim demonstrados:

<sup>12</sup> TJ-PR - APL: 00002180820198160142 Rebouças 0000218-08.2019.8.16.0142 (Acórdão), Relator: Rogerio Ribas, Data de Julgamento: 23/03/2023, 17ª Câmara Cível, Data de Publicação: 23/03/2023.

<sup>13</sup> (STJ - AgInt no REsp: 1932780 SP 2021/0110156-7, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 29/11/2021, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/12/2021)

NÚMERO DO CONTRATO	VALOR ADIMPLIDO-CESSÕES FIDUCIÁRIAS	VALOR REMANESCENTE EM 02/03/23
602.724	R\$ 898.518,83	R\$ 4.093.983,24
57.027 (57.026)	R\$ 2.125.186,91	R\$ 1.278.391,53
<b>Valor Total</b>	<b>R\$ 3.023.705,74</b>	<b>R\$ 5.372.374,77</b>

Outrossim, alega o Credor que o contrato nº 57.027 é devido pelas sociedades empresárias **Dispar Distribuidora de Medicamentos LTDA** e **Top Farma Distribuidora de Medicamentos LTDA EPP**, sendo que em razão da Recuperação Judicial do Grupo DP4 não estar sob os efeitos da consolidação substancial, o crédito deveria ser arrolado como devido por ambas, todavia, tal pretensão não poderá prosperar, na medida em que restou expressamente consignado na decisão que deferiu o processamento (mov. 42.1) que a Recuperação Judicial iria ocorrer em consolidação substancial, a saber:

**a. Do litisconsórcio ativo:**

É necessário tecer considerações quanto a questão afeta ao grupo econômico formado entre as autoras, que ajuizaram a demanda como litisconsortes. Restou clara a estreita relação entre as empresas do grupo, e foram alegadas circunstâncias fáticas que demonstram que possuem controle comum: mesmos sócios, operação em regime conexo e avais cruzados, demonstrando que há interconexão entre as empresas, que operam em diversos estados.

Pelo exposto, restou demonstrada a existência de grupo econômico, sendo adequada a união das empresas no polo ativo do pedido de recuperação judicial.

Veja-se que, na esteira do entendimento jurisprudência<sup>14</sup>, os contratos vinculados às garantias de cessões fiduciárias na integralidade do importe contratual, em regra, não se sujeitam aos efeitos da Recuperação Judicial independente do momento em que aqueles títulos cedidos irão performar, todavia, in casu, o credor pretende habilitar o valor remanescente do contrato referente aos títulos não performados, sendo plenamente possível por se tratar de **direito disponível**.

Destarte, em análise do referido instrumento e dos respectivos anexos, verifica-se que o Credor observou a limitação de aplicação de correção monetária imposta pelo art. 9º, inc. II, da Lei 11.101/2005, culminando no valor requerido.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PARCIAL PROCEDÊNCIA** da **Divergência** apresentada, **sendo seus créditos parcialmente excluídos da relação de credores em razão de sua extraconcursalidade, e retificado a monta concursal para o importe de R\$ 5.372.374,77 (cinco milhões trezentos e setenta e dois mil trezentos e setenta e quatro reais e setenta e sete centavos), na Classe III – Créditos Quirografários.**

## 2.4 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO - BANCO BRADESCO S.A.

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 4.700.666,14	R\$ 3.415.782,50	R\$ 3.415.782,50

O Credor Banco Bradesco S.A. apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do crédito de sua titularidade para o **importe de R\$ 3.415.782,50 (três milhões quatrocentos e quinze mil setecentos e oitenta e dois reais**

<sup>14</sup> (STJ - AgInt no REsp: 1932780 SP 2021/0110156-7, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 29/11/2021, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/12/2021)

e cinquenta centavos).

O petitório do Credor repousa sobre dois pedidos, sendo o primeiro referente a exclusão integral de créditos vinculados a contratos com garantias de alienações fiduciárias de bens móveis, e o segundo referente a habilitação de créditos concursais devidamente atualizados até a data do pedido de Recuperação Judicial.

Pertinente ao montante extraconcursal, o Credor apresentou dois contratos com garantias fiduciárias, quais sejam, **Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo Capital de Giro n.º 237/36457177 e Cédula de Crédito Bancário – Financiamento para Aquisição de Bens e/ou Serviços – CDC – PJ n.º 4657053.**

Destarte, em análise dos instrumentos contratuais celebrados pelas partes, para além das garantias fidejussórias, tem-se que há dois tipos de garantias vinculadas a sua celebração, sendo estas a cessão fiduciária de direitos creditórios e alienação fiduciária de bens móveis fungíveis.

No que tange **Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo Capital de Giro n.º 237/36457177**, tem-se as seguintes informações a respeito da garantia fiduciária:

III - Característica(s) da(s) Garantia(s)		
Descrição		Percentual ou valor R\$ em relação ao principal
CESSÃO FIDUCIÁRIA DA TOTALIDADE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS DE TITULARIDADE DE DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA DECORRENTES DA EMISSÃO DE DUPLICATAS NA AGENCIA 3645 E CONTA 20159-6 COM CRÉDITOS DIRECIONADOS PARA AGENCIA 3645 E CONTA 600230-7.		120%
1 CESSÃO FIDUCIÁRIA DA TOTALIDADE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS DE TITULARIDADE DE V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI DECORRENTES DA EMISSÃO DE DUPLICATAS NA AGENCIA 3645 E CONTA 22771-4 COM CRÉDITOS DIRECIONADOS PARA AGENCIA 3645 E CONTA 600234-0.	2	
CESSÃO FIDUCIÁRIA DA TOTALIDADE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS DE TITULARIDADE DE AZUL FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA DECORRENTES DA EMISSÃO DE DUPLICATAS NA AGENCIA 3645 E CONTA 7035-1 COM CRÉDITOS DIRECIONADOS PARA AGENCIA 3645 E CONTA 600226-9.		

Veja-se que, pertinente ao negócio jurídico concretizado através da **Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo Capital de Giro n.º 237/36457177**, evidencia-se que a garantia constituída se deu através da cessão de direitos creditórios, a qual, não obstante se diferenciar da alienação fiduciária convencional, possui a mesma finalidade, e de igual forma não está sujeita aos efeitos da Recuperação Judicial, tendo em vista que a condição que estabelece a extraconcursalidade desse tipo de garantia se dá em razão da propriedade fiduciária do bem móvel ou imóvel, conforme previsto no art. 49, §3º, da LREF<sup>15</sup>.

A cessão fiduciária de direitos creditórios, se caracteriza pela transferência de títulos de crédito (performados ou não) do detentor originário em favor de uma instituição financeira, momento

15 Art. 49.  
§ 3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretroatividade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial. (Destacam-se)



o qual, àquele primeiro tem acesso ao crédito adiantado pelo segundo, sendo que, doravante, a instituição torna-se titular dos direitos creditórios na condição de proprietário fiduciário destes bens cedidos, sendo que a cessão propriamente mencionada se dá em face dos direitos creditórios a serem concretizados através dos recebíveis, e não dos títulos em créditos propriamente ditos, isto é, a cessão ocorre antes mesmo destes créditos performarem.

Em relação a (extra)concursabilidade do montante vinculado a este tipo de garantia, o Doutrinador Marcelo Sacramone exara as seguintes considerações:

Dentro do gênero negócio fiduciário, duas espécies podem ser apontadas. A alienação fiduciária em garantia e a cessão fiduciária em garantia. Ambos os tipos de propriedade fiduciária estão excluídos da recuperação judicial, visto que o art. 49, § 3º, exclui da submissão à recuperação judicial a propriedade fiduciária e não a restringe quanto ao tipo de negócio jurídico fiduciário que lhe deu causa.

A alienação fiduciária em garantia consiste na transmissão da propriedade de coisa material ao credor, pelo devedor, com escopo de garantia. **A cessão fiduciária, por seu turno, também é espécie de negócio fiduciário, mas o cedente transfere ao cessionário a titularidade de direitos ou títulos de crédito com a finalidade de garantir a satisfação de uma dívida.** [...]

Nos termos do art. 49, § 3º, o credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis manterá os direitos de propriedade sobre a coisa, de forma que poderá retomá-la, diante do inadimplemento, **não se submetendo aos efeitos da recuperação judicial do devedor. Pelo dispositivo legal, tutela-se o direito de propriedade do referido credor.** Seu crédito não se sujeita à recuperação judicial, entretanto, apenas pelo bem que lhe foi transferido fiduciariamente em garantia, o qual deve ser liquidado pelo credor para amortizar o valor de seu crédito.<sup>16</sup>

Também corrobora o entendimento do Tribunal de Justiça do Paraná, a saber:

Agravo de instrumento – impugnação À LISTA DE CREDORES – decisão que julgou improcedente o pedido – IRRESIGNAÇÃO DA IMPUGNANTE – ALEGAÇÃO DE QUE O CRÉDITO GARANTIDO POR CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO SE SUBMETE À RECUPERAÇÃO JUDICIAL – ACOLHIDA – EXTRACONCURSALIDADE EVIDENCIADA – artigo 49, § 3º, da lei nº 11.101/05 – necessidade de individualização que não se confunde com a exigência de apontar as CARACTERÍSTICAS de cada título – identificação da garantia – trava bancária – recebíveis identificados – entendimento desta corte e do superior tribunal de justiça – requisitos do artigo 1.362 do código civil presentes – recurso provido (TJPR - 18ª C.Cível - 0039051-70.2018.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: Desembargadora Denise Kruger Pereira - J. 13.03.2019)<sup>17</sup>

AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CRÉDITO. DECISÃO QUE ACOLHE PARCIALMENTE A IMPUGNAÇÃO, PARA EXCLUIR DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL O CRÉDITO GARANTIDO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. INSURGÊNCIA. PLEITO DE EXCLUSÃO TAMBÉM DOS CRÉDITOS GARANTIDOS COM CESSÃO FIDUCIÁRIA. ACOLHIMENTO. DESNECESSÁRIA A INDIVIDUALIZAÇÃO DOS TÍTULOS QUE GARANTEM O CRÉDITO. TÍTULOS A PERFORMAR, SEQUER EMITIDOS NA DATA

<sup>16</sup> SACRAMONE, Marcelo B. Comentários à Lei Recuperação de Empresas e Falência. Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553622531. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553622531/>. Acesso em: 14 out. 2022.

<sup>17</sup> (TJ-PR - AI: 00390517020188160000 PR 0039051-70.2018.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Desembargadora Denise Kruger Pereira, Data de Julgamento: 13/03/2019, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/03/2019)

DE ASSINATURA DO CONTRATO. **GARANTIA QUE RECAÍ SOBRE OS PRÓPRIOS DIREITOS CREDITÓRIOS. PRECEDENTES DO STJ E DESTE TRIBUNAL. DECISÃO REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.** (TJPR - 18ª C. Cível - 0071505-98.2021.8.16.0000 - Maringá - Rel.: JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU CRISTIANE SANTOS LEITE - J. 11.05.2022)<sup>18</sup> (Destacamos)

APELAÇÕES CÍVEIS. Embargos à execução opostos por empresa em recuperação judicial e ação ordinária fundada no art. 19 da Lei de Recuperação de Empresas proposta por credora diversa. Sentença de julgamento conjunto que extinguiu, sem exame do mérito, por inépcia, parte dos pleitos formulados nos embargos à execução e, por fim, declarou a improcedência dos demais pedidos formulados em ambas as demandas, concluindo que o crédito objeto das demandas é extraconcursal. 1) EMBARGOS À EXECUÇÃO. 1.1) Razões recursais lançadas pela recuperanda que apenas reiteram o conteúdo da petição inicial na parte que versou sobre a revisão do contrato, sem combater o fundamento acerca da inépcia da petição inicial, o que configura afronta ao princípio da dialeticidade. Recurso conhecido parcialmente, apenas no que tratou da submissão do crédito à recuperação judicial 1.2) **Razões acerca da concursalidade do crédito que não prosperam, pois, performedo ou não o título objeto de cessão fiduciária, o crédito garantido permanece albergado pelo § 3º do art. 49 da Lei de Recuperação de Empresas, sendo extraconcursal.** 1.3) RECURSO DESPROVIDO. 2) AÇÃO ORDINÁRIA. 2.1) Razões recursais no sentido de que, não performedo o título objeto da cessão fiduciária, a garantia é perdida, devendo o crédito ser classificado como extraconcursal. 2.1) **Não acolhimento, pois, performedo ou não, o crédito continua albergado pelo § 3º do art. 49 da Lei de Recuperação de Empresas, não havendo razão para retificação do quadro-geral de credores.** 2.3) RECURSO DESPROVIDO<sup>19</sup>. (Destacamos)

E na mesma linha, o Superior Tribunal de Justiça:

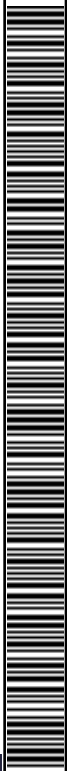
AGRAVO INTERNO. DECISÃO DE PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA DE RECEBÍVEIS. AUSÊNCIA DE DIFERENÇA ENTRE CRÉDITOS A SEREM PERFORMADOS APÓS A DECISÃO DE PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E AQUELES JÁ PERFORMADOS ATÉ AQUELE MARCO TEMPORAL. CONSTITUIÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA COM A CONTRATAÇÃO. ENTENDIMENTO DESTA CORTE NESSE SENTIDO. 1. A constituição da propriedade fiduciária, oriunda de cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis e de títulos de crédito, dá-se a partir da própria contratação. 2. O crédito garantido fiduciariamente, como na espécie, não se submete à recuperação judicial, por força do art. 49, § 3º, da Lei n. 11.101/2005, pois é de propriedade (resolúvel) do credor, e não da empresa recuperanda. 3. **É desinfluyente, portanto, o momento em que é performedo, se antes ou depois do processamento da recuperação. Julgados desta Corte nesse sentido.** 4. Agravo interno desprovido.<sup>20</sup> (Destacamos)

Desta feita, considerando que a integralidade do contrato é garantida pela cessão fiduciária, é medida que se impõe reconhecer a extraconcursalidade integral do importe em sintonia ao pedido

18 (TJ-PR - AI: 00715059820218160000 Maringá 0071505-98.2021.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Cristiane Santos Leite, Data de Julgamento: 11/05/2022, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: 12/05/2022)

19 TJ-PR - APL: 00002180820198160142 Rebouças 0000218-08.2019.8.16.0142 (Acórdão), Relator: Rogerio Ribas, Data de Julgamento: 23/03/2023, 17ª Câmara Cível, Data de Publicação: 23/03/2023.

20 (STJ - AgInt no REsp: 1932780 SP 2021/0110156-7, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 29/11/2021, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/12/2021)



do credor, por força do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005.

Outrossim, pertinente ao contrato **Cédula de Crédito Bancário – Financiamento para Aquisição de Bens e/ou Serviços – CDC – PJ nº 4657053**, tem-se as seguintes informações a respeito da garantia fiduciária:

<b>Cédula de Crédito Bancário - Financiamento para Aquisição de Bens e/ou Serviços - CDC - PJ</b> N° Cédula: 46570						
<b>VIA NEGOCIÁVEL</b>						
14 - Seguro Prestamista <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não			15 - Valor do Prêmio - R\$			
16 - Praça de Pagamento CURITIBA - PR						
17 - Descrição do Bem(ns)/Serviço(s) Financiado(s) <b>ALIENAÇÃO DE MAQUINAS/EQUIPAMENTOS</b> 2 UNIDADES MARCA: STILL MODELO: EMPILHADEIRA ELETRICA FMX 17 1930 ANO:2019 N° Serie: 341930V01511 / N° Serie: 341930V01512						
17.1 - Nome/Denominação Social do Fornecedor do(s) bem(ns)/Serviço(s) Financiado(s) Kion South America Fabr.Equip. Armaz. Ltda						
17.2 - CPF/CNPJ/MF 42.365.296/0010-85		17.3 - Valor 410.163,50		17.4 - N°. da Nota Fiscal 105995		
17.5 - N°. do Banco		Nome Agência XX		Conta-Corrente	Dig.	
<b>III - Pagamentos Autorizados</b>						
1	1.1 - Tributos R\$ 7.399,39	1,77 %	1.2 - Seguros R\$ 0,00	0 %	1.3 - Tarifas R\$ 1.690,00	0,40 %
	1.4 - Pagtos. Servs. Terceiros R\$ 0,00	0 %	1.5 - Registro R\$ 0,00	0 %	1.6 - Total R\$ 9.089,39	2.17 %
2	Custo Efetivo Total - CET 1,02 % a.m. 12,95 % a.a.					
<b>IV - Dados da Operação</b>						
1	Valor Total Devido do Empréstimo no ato da Contratação R\$ 417.562,89		2	Valor Liberado ao Cliente R\$ 408.473,50 Percentual: 97,83 %		
<b>V - Outros dados desta Cédula</b>						

Downloaded from <http://ajphaphysocpharm.sagepub.com> at 11:01 11 November 2014

Nesse sentido, é o entendimento do e. STJ e e. TJSP, conforme julgados recentes, respectivamente in verbis:

“CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUÍZO DA EXECUÇÃO DE **CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. DEVEDOR FIDUCIANTE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.** CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE PELO FIDUCIÁRIO. VENDA DO BEM. EXTINÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA. VALOR ARRECADADO INSUFICIENTE PARA O PAGAMENTO DA DÍVIDA. **SALDO DEVEDOR. NATUREZA QUIROGRAFÁRIA. SATISFAÇÃO DO REMANESCENTE DA DÍVIDA.** COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. (...). **Eventual saldo devedor apresenta natureza de dívida pessoal, devendo ser habilitado na recuperação judicial ou falência na classe dos credores quirografários.** 5. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo da Recuperação Judicial<sup>21</sup>”.

**“Impugnação de crédito. Credor com garantia fiduciária sobre direitos creditórios. Necessidade, como requisito formal da constituição da garantia fiduciária, de especificação do direito creditório, não dos títulos. Entendimento do Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 1.797.196/SP. Garantia, na hipótese, que não abrange 100% do crédito. Saldo não**

**coberto pelo valor da garantia que é quirografário. Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial do Conselho da Justiça Federal nesse sentido.** Determinação de delimitação, na origem, do alcance da garantia. Recurso provido, com observação<sup>22</sup>.

Neste sentido, tem-se os seguintes valores remanescentes na **data do pedido de recuperação judicial** e de garantia fiduciária em relação ao mencionado contrato apresentado pela instituição financeira credora:

NÚMERO DO CONTRATO	VALOR REMANESCENTE DO CONTRATO EM 02/03/2023	VALOR DA GARANTIA FIDUCIÁRIA
4657053	R\$ 118.855,36	R\$ 410.136,50
<b>Valor Total</b>		<b>R\$ 410.136,50</b>

Isto posto, em conformidade ao Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial, esta Administradora Judicial entende pela exclusão da totalidade dos valores, tendo em vista que as garantias abrangem a integralidade do valor remanescente dos contratos bancários.

Outrossim, no que tange aos créditos concursais, tem-se o seguinte cenário.

O credor apresentou 11 (onze) contratos, sendo eles, 01 (uma) Cédula de Crédito Bancário Empréstimo – Capital de Giro Aval – FGI/PEAC (número contábil interno FGG/4.078.146); 09 (nove) referentes a cartões de créditos; e 01 (um) referente a encargos de conta bancária, todos devidamente instruídos com cálculos limitados até a data do pedido de recuperação judicial (02/03/2023).

Pois bem, em análise aos referidos instrumentos e seus respectivos anexos, tem-se as seguintes informações:

NÚMERO DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO EM 02/03/2023 (em reais)
FGG/4.078.146	3.089.597,59
VISA CORPORATIVO-AIKON	532,90
VISA CORPORATIVO-AZUL	2.084,27
AMERICAN EXPRESS BUSINESS-DISPAR	175.253,14
ELO BNDES-DISPAR	67.622,34
VISA CORPORATIVO-DISPAR	69.787,25
AMEX GOLD CORPORATE-TOP FARMA	1.139,20
VISA CORPORATIVO-TOP FARMA	2.317,93
VISA CORPORATIVO-V&V	6.624,92
BRDESCO CORPORATIVO VISA-V&V	822,96
ENCARGOS CONTA 21.771-9-V&V	25.263,65
<b>Valor Total</b>	<b>3.415.782,50</b>

Assim sendo, em análise aos referidos instrumentos e de seus respectivos anexos, verifica-se que o Credor observou a limitação de aplicação de correção monetária imposta pelo art. 9º, inc. II, da Lei 11.101/2005, culminando no valor requerido.





Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** da **Divergência** apresentada, **sendo seus créditos parcialmente excluídos da relação de credores em razão de sua extraconcursalidade, e retificada a monta concursal para o importe de R\$ 3.415.782,50 (três milhões quatrocentos e quinze mil setecentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos), na Classe III – Créditos Quirografários.**

**2.5 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO - BANCO CHINA CONSTRUCTION BANK**

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 1.875.000,05	R\$ 0	R\$ 0

O Credor Banco China Construction Bank apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a exclusão integral dos créditos de sua titularidade.

O pedido consiste na alegação de todo o importe se tratar de crédito extraconcursal, tendo em vista as garantias por alienação fiduciária de bens móveis vinculadas ao contrato firmado entre as partes que deu origem ao crédito.

Em seu petítório, o Credor apresentou a Cédula de Crédito Bancário nº 1301563-0, 1 que por sua vez possui garantia de alienação fiduciária.

Destarte, em análise dos instrumentos contratuais celebrado pelas partes, tem-se que a garantia fiduciária vinculada àquele negócio jurídico se refere a cessão de direitos creditórios, a qual, não obstante se diferenciar da alienação fiduciária convencional, possui a mesma finalidade, e de igual forma não se sujeita aos efeitos da Recuperação Judicial, tendo em vista que a condição que estabelece a extraconcursalidade desse tipo de garantia se dá em razão da propriedade fiduciária do bem móvel ou imóvel, conforme previsto no art. 49, §3º da LREF<sup>23</sup>.

A cessão fiduciária de direitos creditórios, se caracteriza pela transferência de títulos de crédito (performados ou não) do detentor originário em favor de uma instituição financeira, momento o qual, àquele primeiro tem acesso ao crédito adiantado pelo segundo, sendo que, doravante, a instituição torna-se titular dos direitos creditórios na condição de proprietário fiduciário destes bens cedidos, sendo que a cessão propriamente mencionada se dá em face dos direitos creditórios a serem concretizados através dos recebíveis, e não dos títulos em créditos propriamente ditos, isto é, a cessão ocorre antes mesmo destes créditos performarem.

Em relação a (extra)concursalidade do montante vinculado a este tipo de garantia, o Doutrinador Marcelo Sacramone exara as seguintes considerações:

Dentro do gênero negócio fiduciário, duas espécies podem ser apontadas. A alienação fiduciária em garantia e a cessão fiduciária em garantia. Ambos os tipos de propriedade fiduciária estão excluídos da recuperação judicial, visto que o art. 49, § 3º, exclui da submissão à recuperação judicial a propriedade fiduciária e não a restringe quanto ao tipo de negócio jurídico fiduciário que lhe deu causa. A alienação fiduciária em garantia consiste na transmissão da propriedade

23 Art. 49.  
§ 3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretroatividade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial. (Destacamos)

de coisa material ao credor, pelo devedor, com escopo de garantia. **A cessão fiduciária, por seu turno, também é espécie de negócio fiduciário, mas o cedente transfere ao cessionário a titularidade de direitos ou títulos de crédito com a finalidade de garantir a satisfação de uma dívida.** [...]

Nos termos do art. 49, § 3º, o credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis manterá os direitos de propriedade sobre a coisa, de forma que poderá retomá-la, diante do inadimplemento, **não se submetendo aos efeitos da recuperação judicial do devedor. Pelo dispositivo legal, tutela-se o direito de propriedade do referido credor.** Seu crédito não se sujeita à recuperação judicial, entretanto, apenas pelo bem que lhe foi transferido fiduciariamente em garantia, o qual deve ser liquidado pelo credor para amortizar o valor de seu crédito.<sup>24</sup>

Também corrobora o entendimento do Tribunal de Justiça do Paraná, a saber:

Agravo de instrumento – impugnação À LISTA DE CREDORES – decisão que julgou improcedente o pedido – IRRESIGNAÇÃO DA IMPUGNANTE – ALEGAÇÃO DE QUE O CRÉDITO GARANTIDO POR CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO SE SUBMETE À RECUPERAÇÃO JUDICIAL – ACOLHIDA – EXTRACONCURSALIDADE EVIDENCIADA – artigo 49, § 3º, da lei nº 11.101/05 – necessidade de individualização que não se confunde com a exigência de apontar as CARACTERÍSTICAS de cada título – identificação da garantia – trava bancária – recebíveis identificados – entendimento desta corte e do superior tribunal de justiça – requisitos do artigo 1.362 do código civil presentes – recurso provido (TJPR - 18ª C.Cível - 0039051-70.2018.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: Desembargadora Denise Kruger Pereira - J. 13.03.2019)<sup>25</sup>

AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CRÉDITO. DECISÃO QUE ACOLHE PARCIALMENTE A IMPUGNAÇÃO, PARA EXCLUIR DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL O CRÉDITO GARANTIDO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. INSURGÊNCIA. PLEITO DE EXCLUSÃO TAMBÉM DOS CRÉDITOS GARANTIDOS COM CESSÃO FIDUCIÁRIA. ACOLHIMENTO. DESNECESSÁRIA A INDIVIDUALIZAÇÃO DOS TÍTULOS QUE GARANTEM O CRÉDITO. TÍTULOS A PERFORMAR, SEQUER EMITIDOS NA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO. **GARANTIA QUE RECAÍ SOBRE OS PRÓPRIOS DIREITOS CREDITÓRIOS. PRECEDENTES DO STJ E DESTE TRIBUNAL. DECISÃO REFORMADA.** RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJPR - 18ª C. Cível - 0071505-98.2021.8.16.0000 - Maringá - Rel.: JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU CRISTIANE SANTOS LEITE - J. 11.05.2022)<sup>26</sup> (Destacamos)

APELAÇÕES CÍVEIS. Embargos à execução opostos por empresa em recuperação judicial e ação ordinária fundada no art. 19 da Lei de Recuperação de Empresas proposta por credora diversa. Sentença de julgamento conjunto que extinguiu, sem exame do mérito, por inépcia, parte dos pleitos formulados nos embargos à execução e, por fim, declarou a improcedência dos demais pedidos formulados em ambas as demandas, concluindo que o crédito objeto das demandas

<sup>24</sup> SACRAMONE, Marcelo B. Comentários à Lei Recuperação de Empresas e Falência: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553622531. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553622531/>. Acesso em: 14 out. 2022.

<sup>25</sup> (TJ-PR - AI: 00390517020188160000 PR 0039051-70.2018.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Desembargadora Denise Kruger Pereira, Data de Julgamento: 13/03/2019, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/03/2019)

<sup>26</sup> (TJ-PR - AI: 00715059820218160000 Maringá 0071505-98.2021.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Cristiane Santos Leite, Data de Julgamento: 11/05/2022, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: 12/05/2022)



é extraconcursal. 1) EMBARGOS À EXECUÇÃO. 1.1) Razões recursais lançadas pela recuperanda que apenas reiteram o conteúdo da petição inicial na parte que versou sobre a revisão do contrato, sem combater o fundamento acerca da inépcia da petição inicial, o que configura afronta ao princípio da dialeticidade. Recurso conhecido parcialmente, apenas no que tratou da submissão do crédito à recuperação judicial 1.2) **Razões acerca da concursalidade do crédito que não prosperam, pois, performedo ou não o título objeto de cessão fiduciária, o crédito garantido permanece albergado pelo § 3º do art. 49 da Lei de Recuperação de Empresas, sendo extraconcursal.** 1.3) RECURSO DESPROVIDO. 2) AÇÃO ORDINÁRIA. 2.1) Razões recursais no sentido de que, não performedo o título objeto da cessão fiduciária, a garantia é perdida, devendo o crédito ser classificado como extraconcursal. 2.1) **Não acolhimento, pois, performedo ou não, o crédito continua albergado pelo § 3º do art. 49 da Lei de Recuperação de Empresas, não havendo razão para retificação do quadro-geral de credores.** 2.3) RECURSO DESPROVIDO<sup>27</sup>. (Destacamos)

E na mesma linha, o Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO INTERNO. DECISÃO DE PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA DE RECEBÍVEIS. AUSÊNCIA DE DIFERENÇA ENTRE CRÉDITOS A SEREM PERFORMADOS APÓS A DECISÃO DE PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E AQUELES JÁ PERFORMADOS ATÉ AQUELE MARCO TEMPORAL. CONSTITUIÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA COM A CONTRATAÇÃO. ENTENDIMENTO DESTA CORTE NESSE SENTIDO. 1. A constituição da propriedade fiduciária, oriunda de cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis e de títulos de crédito, dá-se a partir da própria contratação. 2. O crédito garantido fiduciariamente, como na espécie, não se submete à recuperação judicial, por força do art. 49, § 3º, da Lei n. 11.101/2005, pois é de propriedade (resolúvel) do credor, e não da empresa recuperanda. **3. É desinfluyente, portanto, o momento em que é performedo, se antes ou depois do processamento da recuperação. Julgados desta Corte nesse sentido.** 4. Agravo interno desprovido.<sup>28</sup> (Destacamos)

Em análise dos contratos e das respectivas garantias tem-se que fora estabelecido os seguintes valores para fins da garantia fiduciária, a saber:

Contrato nº 1201562-0:

<b>GARANTIAS</b>
<b>CESSÃO FIDUCIÁRIA de DUPLICATA</b> Cuja descrição e condições de garantia constam do(s) documento(s) anexo(s) a este, da qual passa(m) a fazer parte integrante e complementar para todos os efeitos de direito.
<b>Duplicatas de Venda Mercantil / Direitos creditórios decorrentes de Venda Mercantil</b>
<b>VII) VALOR DA GARANTIA</b> As partes atribuem à garantia o valor de: R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)

Desta feita, considerando que a integralidade do contrato é garantida pela cessão fiduciária, é medida que se impõe reconhecer a extraconcursalidade integral do importe em sintonia ao pedido

27 TJ-PR - APL: 00002180820198160142 Rebouças 0000218-08.2019.8.16.0142 (Acórdão), Relator: Rogerio Ribas, Data de Julgamento: 23/03/2023, 17ª Câmara Cível, Data de Publicação: 23/03/2023.

28 (STJ - AgInt no REsp: 1932780 SP 2021/0110156-7, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 29/11/2021, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/12/2021)



do credor, por força do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** da **Divergência** apresentada, **sendo a integralidade de seus créditos excluídos da relação de credores em razão de sua extraconcursalidade.**

2.6 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – BANCO DO BRASIL S.A.

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 1.868.423,26	R\$ 0	R\$ 1.868.423,26

O Credor Banco do Brasil S.A. apresentou habilitação de crédito nos autos ao mov. 112.1, ocasião em que requereu a habilitação de crédito de sua titularidade, não indicando, todavia o valor pretendido.

Em análise do pedido realizado pelo credor, tem-se que o Habilitante não apresentou os contratos/documentos comprobatórios dos créditos, tampouco planilha de cálculos referente ao importe que pretendia habilitar, em total dissonância as disposições do art. 9, II e III da LREF.

Durante o período de análise esta Administradora Judicial requereu diretamente ao credor que providenciasse as informações e documentos descritos no parágrafo retro, consoante e-mail abaixo remetido por um colaborador desta AJ ao causídico do Habilitante, todavia não recebeu quaisquer documentos/informações até o presente momento, a saber:

Prezada Elaine, boa tarde.

Conforme já elucidado por telefone, referente à recuperação judicial do Grupo DP4, no que tange ao pedido de habilitação/divergência apresentado nos autos de Recuperação Judicial (mov. mov. 112.1) do Grupo DP4 (0005010-98.2023.8.16.0001 - 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba PR), em favor do credor Banco do Brasil S.A., faz-se necessário que vossa senhoria providencie as seguintes informações:

I – o valor do crédito, atualizado até a data do pedido de recuperação judicial (02/03/23), sua origem e classificação;

II – os documentos comprobatórios do crédito; (ex. Cédulas de crédito bancários e outros mencionados na petição de mov. 112)

III – a indicação da garantia prestada pelo devedor/Recuperanda;

Nestes termos, solicito que seja encaminhado para o e-mail [grupodp4@marquesadmjudicial.com.br](mailto:grupodp4@marquesadmjudicial.com.br), as mencionadas informações para que seja possível verificar todos os pontos apresentados na referida divergência acostada nos autos.

Por fim, destacamos que é dever do credor instruir o pedido de divergência/habilitação de crédito com o cálculo do crédito atualizado até a data do pedido de Recuperação Judicial, bem como, **todos os documentos comprobatórios do crédito**. Assim, esta Administradora Judicial requer a complementação da divergência com os documentos/informações supramencionados, bem como, informa que irá acatlar a emenda da divergência tão somente até a data limite de **24/05/2023**.

Atenciosamente,

**Wellington Colombo**  
Advogado  
OAB/PR nº 106.536  
[advogado4@marquesadmjudicial.com.br](mailto:advogado4@marquesadmjudicial.com.br)  
[www.marquesadmjudicial.com.br](http://www.marquesadmjudicial.com.br)

Unidade Curitiba  
Av. Colombo, 100, 100  
80.000-000 - Curitiba, PR  
Cidade Center

Unidade Maringá  
Av. João Pinheiro, 100, 100  
81.100-000 - Maringá, PR  
Parque

**MARQUES**  
administração judicial

ACESSE



Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, **esta Administradora Judicial** conclui pela **IMPROCEDÊNCIA** da Divergência apresentada pelo Credor, sendo o crédito em questão mantido em favor do credor, no importe de **R\$ 1.868.423,26 (um milhão oitocentos e sessenta e oito mil quatrocentos e vinte e três reais e vinte e seis centavos)**, na **Classe III - Créditos Quirografários**.

## 2.7 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO - BANESTES S.A.-BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 3.000.000,00	R\$ 1.843.833,89	R\$ 1.843.833,89

O Credor Banco do Estado Do Espírito Santo – Banestes S.A. apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do crédito de sua titularidade para o importe de **R\$ 1.843.833,89 (um milhão oitocentos e quarenta e três mil oitocentos e trinta e três reais e oitenta e nove centavos)**.

O petitório do Credor repousa sobre dois pedidos, sendo o primeiro referente a exclusão parcial de créditos de sua titularidade vinculados a um contrato com garantia de alienações fiduciárias de bens móveis, ou melhor, garantia por cessão fiduciária de direitos creditórios, e o segundo referente a habilitação de créditos concursais devidamente atualizados até a data do pedido de Recuperação Judicial, que se traduzem pelo valor remanescente não coberto pelas garantias fiduciárias.

Pertinente ao montante extraconcursal, o Credor apresentou a cédula de crédito bancária nº **22-100160-00**, o qual possui garantias fiduciárias, leia-se cessões fiduciárias de direitos creditórios.

Destarte, em análise ao instrumento contratual celebrado pelas partes, tem-se que a garantia fiduciária vinculada àqueles negócios jurídicos se refere a cessão de direitos creditórios, a qual, não obstante se diferenciar da alienação fiduciária convencional, possui a mesma finalidade, e de igual forma não se sujeita aos efeitos da Recuperação Judicial, tendo em vista que a condição que estabelece a extraconcursalidade desse tipo de garantia se dá em razão da propriedade fiduciária do bem móvel ou imóvel, conforme previsto no art. 49, §3º da LREF<sup>29</sup>.

A cessão fiduciária de direitos creditórios, se caracteriza pela transferência de títulos de crédito (performados ou não) do detentor originário em favor de uma instituição financeira, momento o qual, àquele primeiro tem acesso ao crédito adiantado pelo segundo, sendo que, doravante, a instituição torna-se titular dos direitos creditórios na condição de proprietário fiduciário destes bens cedidos, sendo que a cessão propriamente mencionada se dá em face dos direitos creditórios a serem concretizados através dos recebíveis, e não dos títulos em créditos propriamente ditos, isto é, a cessão ocorre antes mesmo destes créditos performarem.

Em relação a (extra)concursalidade do montante vinculado a este tipo de garantia, o Doutrinador Marcelo Sacramone exara as seguintes considerações:

Dentro do gênero negócio fiduciário, duas espécies podem ser apontadas. A alienação fiduciária em garantia e a cessão fiduciária em garantia. Ambos os tipos de propriedade fiduciária estão excluídos da recuperação judicial, visto que o art. 49, § 3º, exclui da submissão à recuperação judicial a propriedade fiduciária e não a restringe quanto ao tipo de negócio jurídico fiduciário que lhe deu causa.

A alienação fiduciária em garantia consiste na transmissão da propriedade de coisa material ao credor, pelo devedor, com escopo de garantia. **A cessão fiduciária, por seu turno, também é espécie de negócio fiduciário, mas o cedente transfere ao cessionário a titularidade de direitos ou títulos de crédito com a finalidade de garantir a satisfação de uma dívida.**

<sup>29</sup> Art. 49.

§ 3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretroatividade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial. (Destacam-se)

[...]

Nos termos do art. 49, § 3º, o credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis manterá os direitos de propriedade sobre a coisa, de forma que poderá retomá-la, diante do inadimplemento, **não se submetendo aos efeitos da recuperação judicial do devedor. Pelo dispositivo legal, tutela-se o direito de propriedade do referido credor.** Seu crédito não se sujeita à recuperação judicial, entretanto, apenas pelo bem que lhe foi transferido fiduciariamente em garantia, o qual deve ser liquidado pelo credor para amortizar o valor de seu crédito.<sup>30</sup>

Também corrobora o entendimento do Tribunal de Justiça do Paraná, a saber:

Agravo de instrumento – impugnação À LISTA DE CREDORES – decisão que julgou improcedente o pedido – IRRESIGNAÇÃO DA IMPUGNANTE – ALEGAÇÃO DE QUE O CRÉDITO GARANTIDO POR CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO SE SUBMETE À RECUPERAÇÃO JUDICIAL – ACOLHIDA – EXTRACONCURSALIDADE EVIDENCIADA – artigo 49, § 3º, da lei nº 11.101/05 – necessidade de individualização que não se confunde com a exigência de apontar as CARACTERÍSTICAS de cada título – identificação da garantia – trava bancária – recebíveis identificados – entendimento desta corte e do superior tribunal de justiça – requisitos do artigo 1.362 do código civil presentes – recurso provido (TJPR - 18ª C.Cível - 0039051-70.2018.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: Desembargadora Denise Kruger Pereira - J. 13.03.2019)<sup>31</sup>

AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CRÉDITO. DECISÃO QUE ACOLHE PARCIALMENTE A IMPUGNAÇÃO, PARA EXCLUIR DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL O CRÉDITO GARANTIDO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. INSURGÊNCIA. PLEITO DE EXCLUSÃO TAMBÉM DOS CRÉDITOS GARANTIDOS COM CESSÃO FIDUCIÁRIA. ACOLHIMENTO. DESNECESSÁRIA A INDIVIDUALIZAÇÃO DOS TÍTULOS QUE GARANTEM O CRÉDITO. TÍTULOS A PERFORMAR, SEQUER EMITIDOS NA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO. **GARANTIA QUE RECAÍ SOBRE OS PRÓPRIOS DIREITOS CREDITÓRIOS. PRECEDENTES DO STJ E DESTE TRIBUNAL. DECISÃO REFORMADA.** RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJPR - 18ª C. Cível - 0071505-98.2021.8.16.0000 - Maringá - Rel.: JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU CRISTIANE SANTOS LEITE - J. 11.05.2022)<sup>32</sup> (Destacamos)

APELAÇÕES CÍVEIS. Embargos à execução opostos por empresa em recuperação judicial e ação ordinária fundada no art. 19 da Lei de Recuperação de Empresas proposta por credora diversa. Sentença de julgamento conjunto que extinguiu, sem exame do mérito, por inépcia, parte dos pleitos formulados nos embargos à execução e, por fim, declarou a improcedência dos demais pedidos formulados em ambas as demandas, concluindo que o crédito objeto das demandas é extraconcursal. 1) EMBARGOS À EXECUÇÃO. 1.1) Razões recursais lançadas pela recuperanda que apenas reiteram o conteúdo da petição inicial na parte que versou sobre a revisão do contrato, sem combater o fundamento acerca da inépcia da petição inicial, o que configura afronta

30 SACRAMONE, Marcelo B. Comentários à Lei Recuperação de Empresas e Falência: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553622531. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553622531/>. Acesso em: 14 out. 2022.

31 (TJ-PR - AI: 00390517020188160000 PR 0039051-70.2018.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Desembargadora Denise Kruger Pereira, Data de Julgamento: 13/03/2019, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/03/2019)

32 (TJ-PR - AI: 00715059820218160000 Maringá 0071505-98.2021.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Cristiane Santos Leite, Data de Julgamento: 11/05/2022, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: 12/05/2022)

ao princípio da dialeticidade. Recurso conhecido parcialmente, apenas no que tratou da submissão do crédito à recuperação judicial 1.2) **Razões acerca da concursalidade do crédito que não prosperam, pois, performedo ou não o título objeto de cessão fiduciária, o crédito garantido permanece albergado pelo § 3º do art. 49 da Lei de Recuperação de Empresas, sendo extraconcursal.** 1.3) RECURSO DESPROVIDO. 2) AÇÃO ORDINÁRIA. 2.1) Razões recursais no sentido de que, não performedo o título objeto da cessão fiduciária, a garantia é perdida, devendo o crédito ser classificado como extraconcursal. 2.1) **Não acolhimento, pois, performedo ou não, o crédito continua albergado pelo § 3º do art. 49 da Lei de Recuperação de Empresas, não havendo razão para retificação do quadro-geral de credores.** 2.3) RECURSO DESPROVIDO<sup>33</sup>. (Destacamos)

E na mesma linha, o Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO INTERNO. DECISÃO DE PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA DE RECEBÍVEIS. AUSÊNCIA DE DIFERENÇA ENTRE CRÉDITOS A SEREM PERFORMADOS APÓS A DECISÃO DE PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E AQUELES JÁ PERFORMADOS ATÉ AQUELE MARCO TEMPORAL. CONSTITUIÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA COM A CONTRATAÇÃO. ENTENDIMENTO DESTA CORTE NESSE SENTIDO. 1. A constituição da propriedade fiduciária, oriunda de cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis e de títulos de crédito, dá-se a partir da própria contratação. 2. O crédito garantido fiduciariamente, como na espécie, não se submete à recuperação judicial, por força do art. 49, § 3º, da Lei n. 11.101/2005, pois é de propriedade (resolúvel) do credor, e não da empresa recuperanda. **3. É desinfluyente, portanto, o momento em que é performedo, se antes ou depois do processamento da recuperação. Julgados desta Corte nesse sentido.** 4. Agravo interno desprovido.<sup>34</sup> (Destacamos)

Em análise ao Instrumento, tem-se que a cessão fiduciária de direitos creditórios em garantia se dá no patamar de 40% do montante/débito oriundo do contrato, a saber:

		CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO – CCB		Cédula Nº 22-100160-00
ANEXO 01 – PARTE INTEGRANTE DA CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 22-100160-00				
TERMO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE TÍTULOS DE CRÉDITO				
<b>1. EMITENTE</b>				
1.1. Nome/Razão social		CPF/CNPJ		
DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		19.195.971/0001-62		
<b>2. AVALISTA(S)</b>				
2.1. Nome/Razão social		CPF/CNPJ		
EDUARDO RAWSKI DE PAULA		007.636.489-57		
2.2. Nome/Razão social		CPF/CNPJ		
E.L.M. PARTICIPAÇÕES EIRELI		17.007.891/0001-00		
<b>3. FIEL(ÊS) DEPOSITÁRIO(S)</b>				
3.1. Nome/Razão social		CPF/CNPJ		
XXX		XXX		
<b>4. INTERVENIENTE(S) GARANTIDOR(ES) E/OU FIDUCIANTE(S)</b>				
4.1. Nome/Razão social		CPF/CNPJ		
XXX		XXX		
<b>5. DESCRIÇÃO DAS GARANTIAS</b>				
5.1. Percentual				
40%				

33 TJ-PR - APL: 00002180820198160142 Rebouças 0000218-08.2019.8.16.0142 (Acórdão), Relator: Rogerio Ribas, Data de Julgamento: 23/03/2023, 17ª Câmara Cível, Data de Publicação: 23/03/2023.

34 (STJ - AgInt no REsp: 1932780 SP 2021/0110156-7, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 29/11/2021, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/12/2021)

Veja-se que, no petitório o credor, elucida que em que pese os contratos em análise possuam garantia por cessão fiduciária de direitos creditórios, parte do importe oriundo dos contratos é concursal, pois a garantia se deu em apenas parte (40%) do valor do contrato na data do pedido de Recuperação Judicial, devendo o valor remanescente (não contemplado pelas garantias) ser habilitado na classe III - créditos quirografários, estando assim demonstrados:

NÚMERO DO CONTRATO	VALOR INTEGRAL DO CONTRATO EM 02/03/23	VALOR GARANTIA (40%) - CESSÕES FIDUCIÁRIAS	VALOR REMANESCENTE EM 02/03/23
22-100160-00	R\$ 3.073.056,47	R\$ 1.229.222,58	R\$1.843.833,89
<b>Valor Total</b>	<b>R\$ 3.073.056,47</b>	<b>R\$ 1.229.222,58</b>	<b>R\$1.843.833,89</b>

Isto posto, em sede de análise em conformidade com o Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial, esta Administradora Judicial entende pela exclusão parcial dos valores, tendo em vista que as garantias fiduciárias não abrangem a integralidade do valor remanescente dos contratos bancários, razão pela qual entende-se que deve ser habilitado na Classe III - Créditos Quirografários, os seguintes valores referentes ao referido contrato bancário:

NÚMERO DO CONTRATO	VALOR SUJEITO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL
22-100160-00	R\$1.843.833,89
<b>Valor Total</b>	<b>R\$1.843.833,89</b>

Destarte, em análise dos referidos instrumentos e das respectivas planilhas de débitos, verifica-se que o Credor observou a limitação de aplicação de correção monetária imposta pelo art. 9º, inc. II, da Lei 11.101/2005, culminando no valor requerido.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA da Divergência** apresentada, **sendo seus créditos parcialmente excluídos da relação de credores em razão de sua extraconcursalidade, e retificado a monta concursal para o importe de R\$ 1.843.833,89 (um milhão oitocentos e quarenta e três mil oitocentos e trinta e três reais e oitenta e nove centavos), na Classe III - Créditos Quirografários.**

## 2.8 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO - BANCO FIBRA S.A.

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 3.012.746,84	R\$ 101.237,47	R\$ 101.237,47

O Credor Banco Fibra S.A. apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do crédito de sua titularidade para o importe de **R\$ 101.237,47 (cento e um mil duzentos e trinta e sete reais e sete centavos).**

O petitório do Credor repousa sobre dois pedidos, sendo o primeiro referente a exclusão integral de créditos vinculados a contratos com garantias de alienações fiduciárias de bens móveis, e o segundo referente a habilitação de créditos concursais devidamente atualizados até a data do pedido de Recuperação Judicial.



Pertinente ao montante extraconcursal, o Credor apresentou a Cédula de Crédito Bancário nº **CG 0105322**, o qual possui garantias fiduciárias, leia-se cessões fiduciárias de direitos creditórios.

Destarte, em análise ao instrumento contratual celebrado pelas partes, para além das garantias fidejussórias, tem-se que há três garantias vinculadas a sua celebração, sendo estas a cessão fiduciária de duplicatas (60%), cessão fiduciária de Direitos em conta vinculada (100%) e alienação fiduciária de bens móveis fungíveis (40%). A saber:

<b>2.1. Cessão Fiduciária de Duplicatas</b> nos termos do Convênio de Abertura de Limite de Crédito Para Contratação de Operações e Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Duplicatas. Base de Exigibilidade: <b>60,00%</b> sobre ( x ) Percentual sobre o Valor Principal    ( ) Percentual sobre o Valor Principal + Encargos ("Saldo Devedor") ( - ) Valor Fixo: R\$
<b>2.2. Cessão Fiduciária de Direitos em Conta Vinculada</b> nos termos do Instrumento Particular de Constituição de Garantia Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Conta Vinculada. Base de Exigibilidade: <b>100,00%</b> sobre ( x ) Percentual sobre o Valor Principal    ( ) Percentual sobre o Valor Principal + Encargos ("Saldo Devedor") ( - ) Valor Fixo: R\$
<b>2.3. Alienação Fiduciária de Bens Móveis Fungíveis</b> nos termos do Instrumento Particular de Constituição de Garantia Alienação Fiduciária. Base de Exigibilidade: <b>40,00%</b> sobre ( x ) Percentual sobre o Valor Principal    ( ) Percentual sobre o Valor Principal + Encargos ("Saldo Devedor") ( - ) Valor Fixo: R\$

Cliente e Interviente(s) Garantidor(es)		Contrato Principal		Nº do Contrato e Data	
DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO		CG 0105322 - 14/04/2022	
Local do Depósito dos Bens Dados em Alienação Fiduciária					
RUA VALDEMIRO VALASKI, 2432, GUATUPE - SAO JOSE DOS PINHAIS, PR – CEP: 83065-400					
Relação dos Bens Dados pela Empresa, em Garantia de Alienação Fiduciária					
PRODUTO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VLR UNIT. R\$	VLR TOTAL R\$
MEDICAMENTOS	CETOCORT CR 30G L0359731	UNIDADE	57.000	6,35	361.950,00
	CETOCORT N POM 30G L4337036		57.000	8,42	479.940,00
	CETOCORT POM 30G L03580492		57.000	7,92	451.440,00
	LOZAN SH FR 100ML L0166191		57.000	13,53	771.210,00
TOTAL					2.064.540,00
Cia. Seguradora: *****		Nº da Apólice: *****			
Seguros: *****		Validade: *****		Valor: *****	

Veja-se que, duas das três garantias fiduciárias vinculadas ao negócio jurídico, se referem a cessão de direitos creditórios, a qual, não obstante se diferenciar da alienação fiduciária convencional, possui a mesma finalidade, e de igual forma não está sujeita aos efeitos da Recuperação Judicial, tendo em vista que a condição que estabelece a extraconcursalidade desse tipo de garantia se dá em razão da propriedade fiduciária do bem móvel ou imóvel, conforme previsto no art. 49, §3º da LREF<sup>35</sup>.

A cessão fiduciária de direitos creditórios, se caracteriza pela transferência de títulos de crédito (performados ou não) do detentor originário em favor de uma instituição financeira, momento o qual, àquele primeiro tem acesso ao crédito adiantado pelo segundo, sendo que, doravante, a instituição torna-se titular dos direitos creditórios na condição de proprietário fiduciário destes bens cedidos, sendo que a cessão propriamente mencionada se dá em face dos direitos creditórios a serem concretizados através dos recebíveis, e não dos títulos em créditos propriamente ditos, isto é, a cessão ocorre antes mesmo destes créditos performarem.

Em relação a (extra)concursalidade do montante vinculado a este tipo de garantia, o Doutrinador Marcelo Sacramone exara as seguintes considerações:

35 Art. 49.  
§ 3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretroatividade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial. (Destacam-se)

Dentro do gênero negócio fiduciário, duas espécies podem ser apontadas. A alienação fiduciária em garantia e a cessão fiduciária em garantia. Ambos os tipos de propriedade fiduciária estão excluídos da recuperação judicial, visto que o art. 49, § 3º, exclui da submissão à recuperação judicial a propriedade fiduciária e não a restringe quanto ao tipo de negócio jurídico fiduciário que lhe deu causa.

A alienação fiduciária em garantia consiste na transmissão da propriedade de coisa material ao credor, pelo devedor, com escopo de garantia. **A cessão fiduciária, por seu turno, também é espécie de negócio fiduciário, mas o cedente transfere ao cessionário a titularidade de direitos ou títulos de crédito com a finalidade de garantir a satisfação de uma dívida.** [...]

Nos termos do art. 49, § 3º, o credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis manterá os direitos de propriedade sobre a coisa, de forma que poderá retomá-la, diante do inadimplemento, **não se submetendo aos efeitos da recuperação judicial do devedor. Pelo dispositivo legal, tutela-se o direito de propriedade do referido credor.** Seu crédito não se sujeita à recuperação judicial, entretanto, apenas pelo bem que lhe foi transferido fiduciariamente em garantia, o qual deve ser liquidado pelo credor para amortizar o valor de seu crédito.<sup>36</sup>

Também corrobora o entendimento do Tribunal de Justiça do Paraná, a saber:

agravo de instrumento – impugnação À LISTA DE CREDORES – decisão que julgou improcedente o pedido – IRRESIGNAÇÃO DA IMPUGNANTE – ALEGAÇÃO DE QUE O CRÉDITO GARANTIDO POR CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO SE SUBMETE À RECUPERAÇÃO JUDICIAL – ACOLHIDA – EXTRACONCURSALIDADE EVIDENCIADA – artigo 49, § 3º, da lei nº 11.101/05 – necessidade de individualização que não se confunde com a exigência de apontar as CARACTERÍSTICAS de cada título – identificação da garantia – trava bancária – recebíveis identificados – entendimento desta corte e do superior tribunal de justiça – requisitos do artigo 1.362 do código civil presentes – recurso provido (TJPR - 18ª C.Cível - 0039051-70.2018.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: Desembargadora Denise Kruger Pereira - J. 13.03.2019)<sup>37</sup>

AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CRÉDITO. DECISÃO QUE ACOLHE PARCIALMENTE A IMPUGNAÇÃO, PARA EXCLUIR DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL O CRÉDITO GARANTIDO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. INSURGÊNCIA. PLEITO DE EXCLUSÃO TAMBÉM DOS CRÉDITOS GARANTIDOS COM CESSÃO FIDUCIÁRIA. ACOLHIMENTO. DESNECESSÁRIA A INDIVIDUALIZAÇÃO DOS TÍTULOS QUE GARANTEM O CRÉDITO. TÍTULOS A PERFORMAR, SEQUER EMITIDOS NA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO. **GARANTIA QUE RECAÍ SOBRE OS PRÓPRIOS DIREITOS CREDITÓRIOS. PRECEDENTES DO STJ E DESTE TRIBUNAL. DECISÃO REFORMADA.** RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJPR - 18ª C. Cível - 0071505-98.2021.8.16.0000 - Maringá - Rel.: JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU CRISTIANE SANTOS LEITE - J. 11.05.2022)<sup>38</sup> (Destacamos)

<sup>36</sup> SACRAMONE, Marcelo B. Comentários à Lei Recuperação de Empresas e Falência: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553622531. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553622531/>. Acesso em: 14 out. 2022.

<sup>37</sup> (TJ-PR - AI: 00390517020188160000 PR 0039051-70.2018.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Desembargadora Denise Kruger Pereira, Data de Julgamento: 13/03/2019, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/03/2019)

<sup>38</sup> (TJ-PR - AI: 00715059820218160000 Maringá 0071505-98.2021.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Cristiane Santos Leite, Data de Julgamento: 11/05/2022, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: 12/05/2022)

APELAÇÕES CÍVEIS. Embargos à execução opostos por empresa em recuperação judicial e ação ordinária fundada no art. 19 da Lei de Recuperação de Empresas proposta por credora diversa. Sentença de julgamento conjunto que extinguiu, sem exame do mérito, por inépcia, parte dos pleitos formulados nos embargos à execução e, por fim, declarou a improcedência dos demais pedidos formulados em ambas as demandas, concluindo que o crédito objeto das demandas é extraconcursal. 1) EMBARGOS À EXECUÇÃO. 1.1) Razões recursais lançadas pela recuperanda que apenas reiteram o conteúdo da petição inicial na parte que versou sobre a revisão do contrato, sem combater o fundamento acerca da inépcia da petição inicial, o que configura afronta ao princípio da dialeticidade. Recurso conhecido parcialmente, apenas no que tratou da submissão do crédito à recuperação judicial 1.2) **Razões acerca da concursalidade do crédito que não prosperam, pois, performedo ou não o título objeto de cessão fiduciária, o crédito garantido permanece albergado pelo § 3º do art. 49 da Lei de Recuperação de Empresas, sendo extraconcursal.** 1.3) RECURSO DESPROVIDO. 2) AÇÃO ORDINÁRIA. 2.1) Razões recursais no sentido de que, não performedo o título objeto da cessão fiduciária, a garantia é perdida, devendo o crédito ser classificado como extraconcursal. 2.1) **Não acolhimento, pois, performedo ou não, o crédito continua albergado pelo § 3º do art. 49 da Lei de Recuperação de Empresas, não havendo razão para retificação do quadro-geral de credores.** 2.3) RECURSO DESPROVIDO<sup>39</sup>. (Destacamos)

E na mesma linha, o Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO INTERNO. DECISÃO DE PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA DE RECEBÍVEIS. AUSÊNCIA DE DIFERENÇA ENTRE CRÉDITOS A SEREM PERFORMADOS APÓS A DECISÃO DE PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E AQUELES JÁ PERFORMADOS ATÉ AQUELE MARCO TEMPORAL. CONSTITUIÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA COM A CONTRATAÇÃO. ENTENDIMENTO DESTA CORTE NESSE SENTIDO. 1. A constituição da propriedade fiduciária, oriunda de cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis e de títulos de crédito, dá-se a partir da própria contratação. 2. O crédito garantido fiduciariamente, como na espécie, não se submete à recuperação judicial, por força do art. 49, § 3º, da Lei n. 11.101/2005, pois é de propriedade (resolúvel) do credor, e não da empresa recuperanda. 3. **É desinfluyente, portanto, o momento em que é performedo, se antes ou depois do processamento da recuperação. Julgados desta Corte nesse sentido.** 4. Agravo interno desprovido.<sup>40</sup> (Destacamos)

Desta feita, considerando que o contrato é integralmente garantido pela cessão fiduciária, é medida que se impõe reconhecer a extraconcursalidade integral do importe em sintonia ao pedido do credor, por força do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005.

Outrossim, no que tange aos créditos concursais, tem-se o seguinte cenário.

O Credor apresentou 1 (um) contrato, qual seja, Cédula De Crédito Bancário nº CE0105522, celebrado em data de 14/04/2022, o que o torna sujeito a Recuperação Judicial, na forma do art. 49 da LREF, devidamente instruído com cálculos limitados até a data do pedido de recuperação judicial (02/03/2023).

39 TJ-PR - APL: 00002180820198160142 Rebouças 0000218-08.2019.8.16.0142 (Acórdão), Relator: Rogerio Ribas, Data de Julgamento: 23/03/2023, 17ª Câmara Cível, Data de Publicação: 23/03/2023.

40 (STJ - AgInt no REsp: 1932780 SP 2021/0110156-7, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 29/11/2021, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/12/2021)



Pois bem, em análise dos referidos instrumentos e dos respectivos anexos, tem-se as seguintes informações:

NÚMERO DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO EM 02/03/2023
CE0105522	R\$ 101.237,47
<b>Valor Total</b>	<b>R\$ 101.237,47</b>

Destarte, em análise dos referidos instrumentos e das respectivas planilhas de débitos, verifica-se que o Credor observou a limitação de aplicação de correção monetária imposta pelo art. 9º, inc. II, da Lei 11.101/2005, culminando no valor requerido.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** da **Divergência** apresentada, **sendo seus créditos parcialmente excluídos da relação de credores em razão de sua extraconcursalidade, e retificado a monta concursal para o importe de R\$ 101.237,47 (cento e um mil duzentos e trinta e sete reais e quarenta e sete centavos), na Classe III – Créditos Quirografários.**

## 2.9 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO - BANCO GUANABARA S.A.

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 11.064.623,79	R\$ 0	R\$ 4.227.912,66

O Credor Banco Guanabara S.A. apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a exclusão integral dos créditos de sua titularidade.

O pedido consiste na alegação de todo o importe se tratar de crédito extraconcursal, tendo em vista as garantias por cessão fiduciária vinculadas aos contratos firmados entre as partes que deu origem ao crédito.

Em seu petitório, o credor apresentou 2 (dois) contratos com garantias fiduciárias, quais sejam, Nota Comercial Escritural nº NC0000007 e Cédula de Crédito Bancário nº 36366.

Em análise dos instrumentos contratuais celebrado pelas partes, tem-se que a garantia fiduciária vinculada aos mencionados negócios jurídicos se referem a cessão de direitos creditórios, a qual, não obstante se diferenciar da alienação fiduciária convencional, possui a mesma finalidade, e de igual forma não se sujeita aos efeitos da Recuperação Judicial, tendo em vista que a condição que estabelece a extraconcursalidade desse tipo de garantia se dá em razão da propriedade fiduciária do bem móvel ou imóvel, conforme previsto no art. 49, §3 da LREF<sup>41</sup>.

A cessão fiduciária de direitos creditórios se caracteriza pela transferência de títulos de crédito (performados ou não) do detentor originário em favor de uma instituição financeira, momento o qual, àquele primeiro tem acesso ao crédito adiantado pelo segundo, sendo que doravante, o último citado torna-se titular dos direitos creditórios na condição de proprietário fiduciário destes bens cedidos, sendo que a cessão propriamente mencionada se dá em face dos direitos creditórios a serem concretizados através dos recebíveis, e não dos títulos em créditos propriamente ditos, isto é, a cessão ocorre antes mesmo destes créditos performarem.

<sup>41</sup> Art. 49.

§ 3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial. (Destacamos)

Em relação a (extra)concursabilidade do montante vinculado a este tipo de garantia, o Doutrinador Marcelo Sacramone exara as seguintes considerações:

Dentro do gênero negócio fiduciário, duas espécies podem ser apontadas. A alienação fiduciária em garantia e a cessão fiduciária em garantia. Ambos os tipos de propriedade fiduciária estão excluídos da recuperação judicial, visto que o art. 49, § 3º, exclui da submissão à recuperação judicial a propriedade fiduciária e não a restringe quanto ao tipo de negócio jurídico fiduciário que lhe deu causa.

A alienação fiduciária em garantia consiste na transmissão da propriedade de coisa material ao credor, pelo devedor, com escopo de garantia. **A cessão fiduciária, por seu turno, também é espécie de negócio fiduciário, mas o cedente transfere ao cessionário a titularidade de direitos ou títulos de crédito com a finalidade de garantir a satisfação de uma dívida.** [...]

Nos termos do art. 49, § 3º, o credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis manterá os direitos de propriedade sobre a coisa, de forma que poderá retomá-la, diante do inadimplemento, **não se submetendo aos efeitos da recuperação judicial do devedor. Pelo dispositivo legal, tutela-se o direito de propriedade do referido credor.** Seu crédito não se sujeita à recuperação judicial, entretanto, apenas pelo bem que lhe foi transferido fiduciariamente em garantia, o qual deve ser liquidado pelo credor para amortizar o valor de seu crédito.<sup>42</sup>

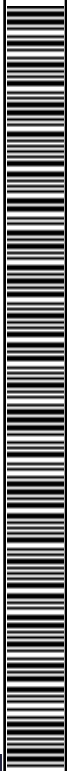
Também corrobora o entendimento do Tribunal de Justiça do Paraná, a saber:

agravo de instrumento – impugnação À LISTA DE CREDORES – decisão que julgou improcedente o pedido – IRRESIGNAÇÃO DA IMPUGNANTE – ALEGAÇÃO DE QUE O CRÉDITO GARANTIDO POR CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO SE SUBMETE À RECUPERAÇÃO JUDICIAL – ACOLHIDA – EXTRACONCURSALIDADE EVIDENCIADA – artigo 49, § 3º, da lei nº 11.101/05 – necessidade de individualização que não se confunde com a exigência de apontar as CARACTERÍSTICAS de cada título – identificação da garantia – trava bancária – recebíveis identificados – entendimento desta corte e do superior tribunal de justiça – requisitos do artigo 1.362 do código civil presentes – recurso provido (TJPR - 18ª C.Cível - 0039051-70.2018.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: Desembargadora Denise Kruger Pereira - J. 13.03.2019)<sup>43</sup>

AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CRÉDITO. DECISÃO QUE ACOLHE PARCIALMENTE A IMPUGNAÇÃO, PARA EXCLUIR DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL O CRÉDITO GARANTIDO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. INSURGÊNCIA. PLEITO DE EXCLUSÃO TAMBÉM DOS CRÉDITOS GARANTIDOS COM CESSÃO FIDUCIÁRIA. ACOLHIMENTO. DESNECESSÁRIA A INDIVIDUALIZAÇÃO DOS TÍTULOS QUE GARANTEM O CRÉDITO. TÍTULOS A PERFORMAR, SEQUER EMITIDOS NA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO. **GARANTIA QUE RECAÍ SOBRE OS PRÓPRIOS DIREITOS CREDITÓRIOS. PRECEDENTES DO STJ E DESTE TRIBUNAL. DECISÃO REFORMADA.** RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJPR - 18ª C. Cível - 0071505-98.2021.8.16.0000 - Maringá - Rel.: JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU CRISTIANE SANTOS LEITE - J.

42 SACRAMONE, Marcelo B. Comentários à Lei Recuperação de Empresas e Falência.: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553622531. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553622531/>. Acesso em: 14 out. 2022.

43 (TJ-PR - AI: 00390517020188160000 PR 0039051-70.2018.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Desembargadora Denise Kruger Pereira, Data de Julgamento: 13/03/2019, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/03/2019)



11.05.2022)<sup>44</sup> (Destacamos)

E na mesma linha, o Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO INTERNO. DECISÃO DE PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA DE RECEBÍVEIS. AUSÊNCIA DE DIFERENÇA ENTRE CRÉDITOS A SEREM PERFORMADOS APÓS A DECISÃO DE PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E AQUELES JÁ PERFORMADOS ATÉ AQUELE MARCO TEMPORAL. CONSTITUIÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA COM A CONTRATAÇÃO. ENTENDIMENTO DESTA CORTE NESSE SENTIDO. 1. A constituição da propriedade fiduciária, oriunda de cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis e de títulos de crédito, dá-se a partir da própria contratação. 2. O crédito garantido fiduciariamente, como na espécie, não se submete à recuperação judicial, por força do art. 49, § 3º, da Lei n. 11.101/2005, pois é de propriedade (resolúvel) do credor, e não da empresa recuperanda. **3. É desinfluyente, portanto, o momento em que é performedo, se antes ou depois do processamento da recuperação. Julgados desta Corte nesse sentido.** 4. Agravo interno desprovido.<sup>45</sup> (Destacamos)

Pois bem.

Em análise do instrumento contratual nº NC0000007, tem-se que a cessão fiduciária de direitos creditórios em garantia se dá no patamar de 55% do montante/débito oriundo do contrato, a saber:

		<b>Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia Nota Comercial</b>	
BANCO GUANABARA			
Anexo à Nota Comercial nº:	Série:	Local e Data de Emissão:	
NC0000007	UNICA	Rio de Janeiro, 20/09/2022	
<b>I. CREDOR FIDUCIÁRIO E TITULAR DA NOTA</b>			
BANCO GUANABARA S.A., instituição financeira com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Brasil, nº 8.255, 3º andar, Ramos, CEP 21.030-000, inscrita no CNPJ/ME sob nº 31.880.826/0001-16, representada neste ato na forma do seu estatuto social, doravante denominada simples e genericamente CREDOR, TITULAR DA NOTA ou BANCO, conforme o caso.			
<b>II. EMISSOR(A)</b>			
Nome/Razão Social		CPF/CNPJ	
DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.		19.195.971/0001-62	
Endereço		Cidade	Estado CEP
RUA VALDOMIRO VALASKI, Nº 2.432, GUATUPÉ,		SÃO JOSÉ DO PINHAIS	PR 83.065-400
Agência	Conta Vinculada		
0001	33907-1		
<b>VI.2. Amortização e Resgate Antecipado</b>		<input checked="" type="checkbox"/> Permitida Amortização Extraordinária – Prêmio de até 20% <input checked="" type="checkbox"/> Permitida Oferta de Resgate Antecipado Facultativo	
<b>VII GARANTIAS</b>		Além do Aval do(s) Avalista(s) qualificado(s) no item V, que representam as garantias fiduciárias, esta Nota Comercial Escritural contará com garantia real de cessão fiduciária de títulos de crédito equivalentes a <b>55% (cinquenta e cinco por cento)</b> ou 3 PNT'S, o que for maior, sobre o saldo devedor das notas comerciais durante toda vigência das notas comerciais, tudo de acordo com o(s) instrumento(s) de Constituição da Garantia que faz(em) parte integrante e inseparável da presente emissão.	

Veja-se que, nada obstante as considerações do credor quanto a extraconcursalidade integral do montante, em análise da garantia por cessão fiduciária de direitos creditórios constata-se que esta abrange apenas parte (55%) do valor do contrato na data do pedido de Recuperação Judicial.

Assim, embora, de fato, seja de natureza extraconcursal contratos garantidos fiduciariamente, conforme previsão do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005, o Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial dispõe que **“o saldo do crédito não coberto pelo valor do bem e/ou da garantia dos contratos previstos no § 3º do art. 49 da Lei n. 11.101/2005 é crédito quirografário, sujeito à recuperação judicial.”**

44 (TJ-PR - AI: 00715059820218160000 Maringá 0071505-98.2021.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Cristiane Santos Leite, Data de Julgamento: 11/05/2022, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: 12/05/2022)

45 (STJ - AgInt no REsp: 1932780 SP 2021/0110156-7, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 29/11/2021, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/12/2021)

Nesse sentido, é o entendimento do e. STJ e e. TJSP, conforme julgados recentes, respectivamente *in verbis*:

“CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUÍZO DA EXECUÇÃO DE **CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. DEVEDOR FIDUCIANTE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.** CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE PELO FIDUCIÁRIO. VENDA DO BEM. EXTINÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA. VALOR ARRECADADO INSUFICIENTE PARA O PAGAMENTO DA DÍVIDA. **SALDO DEVEDOR. NATUREZA QUIROGRAFÁRIA. SATISFAÇÃO DO REMANESCENTE DA DÍVIDA.** COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. (...). **Eventual saldo devedor apresenta natureza de dívida pessoal, devendo ser habilitado na recuperação judicial ou falência na classe dos credores quirografários.** 5. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo da Recuperação Judicial<sup>46</sup>”.

“Impugnação de crédito. **Credor com garantia fiduciária sobre direitos creditórios.** Necessidade, como requisito formal da constituição da garantia fiduciária, de especificação do direito creditório, não dos títulos. Entendimento do Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 1.797.196/ SP. **Garantia, na hipótese, que não abrange 100% do crédito. Saldo não coberto pelo valor da garantia que é quirografário. Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial do Conselho da Justiça Federal nesse sentido. Determinação de delimitação, na origem, do alcance da garantia.** Recurso provido, com observação<sup>47</sup>”.

Neste sentido, tem-se os seguintes valores remanescentes na **data do pedido de recuperação judicial** e de garantias fiduciária em relação ao mencionado contrato apresentado pela instituição financeira credora:

NÚMERO DO CONTRATO	VALOR DO INTEGRAL DO CONTRATO EM 02/03/23	VALOR GARANTIA (55%) -CESSÕES FIDUCIÁRIAS	VALOR REMANESCENTE EM 02/03/23
nº NC0000007	R\$ 9.395.361,48	R\$ 5.167.448,81	R\$ 4.227.912,66
<b>Valor Total</b>	<b>R\$9.395.361,48</b>	<b>R\$ 5.167.448,81</b>	<b>R\$ 4.227.912,66</b>

Isto posto, em sede de análise em conformidade com o Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial, esta Administradora Judicial entende pela exclusão parcial dos valores, tendo em vista que as garantias fiduciárias não abrangem a integralidade do valor remanescente do contrato bancário, razão pela qual entende-se que deve ser habilitado na Classe III – Créditos Quirografários, os seguintes valores referentes ao referido contrato bancário:

NÚMERO DO CONTRATO	VALOR SUJEITO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL
NC0000007	R\$ 4.227.912,66
<b>Valor Total</b>	<b>R\$ 4.227.912,66</b>

Outrossim, pertinente o Cédula de Crédito Bancário nº 36366, o credor informou que o contrato

46 STJ - CC: 128194 GO 2013/0147016-0, Relator: Ministro Raul Araújo, Data de Julgamento: 28/06/2017, S2 - Segunda Seção, Data de Publicação: DJe 01/08/2017.  
47 TJ-SP - AI: 22378268120198260000 SP 2237826-81.2019.8.26.0000, Relator: Araldo Telles, Data de Julgamento: 29/04/2020, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 29/04/2020.





Assim sendo, diante da declaração de quitação pelo Credor, esta Administradora Judicial promoverá o contrato em análise da relação de credores.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PARCIAL PROCEDÊNCIA** da **Divergência** apresentada, sendo seus créditos parcialmente excluídos da relação de credores em razão de sua extraconcursalidade, e o remanescente de **R\$ 4.227.912,66 (quatro milhões duzentos e vinte e sete mil novecentos e doze reais e sessenta e seis centavos)**, habilitados na **Classe III - Créditos Quirografários**.

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 5.285.741,77	R\$ 1.003.333,32	R\$ 1.003.333,32

O Credor Banco Industrial do Brasil S.A. apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do crédito de sua titularidade para o importe de **R\$ 1.003.333,32 (um milhão três mil trezentos e trinta e três reais e trinta e dois centavos).**

O petítório do Credor repousa sobre dois pedidos, sendo o primeiro referente a exclusão integral de créditos vinculados a contratos com garantias de alienações fiduciárias de bens móveis, e o segundo referente a habilitação de créditos concursais devidamente atualizados até a data do pedido de Recuperação Judicial.

Pertinente ao montante extraconcursal, o credor apresentou a Cédula de Crédito Bancário nº 3556-22, o qual possui garantias fiduciárias, leia-se cessões fiduciárias de direitos creditórios.

Destarte, em análise do instrumento contratual celebrado pelas partes, para além das garantias fidejussórias, tem-se que as garantias fiduciárias vinculada ao negócio jurídico se referem a cessão de direitos creditórios, que se restaram pactuadas em favor do credor, em importe equivalente a **integralidade** do saldo devedor do instrumento contratual, a saber:

<b>INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DUPLICATAS, DIREITOS DE CRÉDITO(S), RECURSOS FINANCEIROS E TÍTULO(S) Nº 01-3556/22</b>			
<b>PREÂMBULO E DEFINIÇÕES:</b>			
<b>1. CREDOR FIDUCIÁRIO ou BANCO:</b>			
Nome: <b>BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.</b>		CNPJ/MF: 31.895.683/0001-16	
Endereço: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1703 – Itaim Bibi			
CEP: 04543-011	Cidade: São Paulo	UF: SP	Telefone: (11) 3049-9700
<b>2. DEVEDOR e GARANTIDOR ("DEVEDOR"):</b>			
Nome: <b>DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA</b>		CNPJ ou CPF/MF: 19.195.971/0001-62	Telefone: (41) 3544-1140
Endereço: Rua Valdemiro Valaski, nº 2432 - Guatupe	CEP: 83.065-400	Cidade: São Jose dos Pinhais	UF: PR
Banco (Nº / Nome): 604 – Banco Industrial do Brasil S.A	Agência nº: 0001-9	Conta Corrente nº: 0400031582	

Veja-se que, não obstante a cessão fiduciária de direitos creditórios se diferenciar da alienação fiduciária convencional, possui a mesma finalidade, e de igual forma não está sujeita aos efeitos da Recuperação Judicial, tendo em vista que a condição que estabelece a extraconcursalidade desse tipo de garantia se dá em razão da propriedade fiduciária do bem móvel ou imóvel, conforme previsto no art. 49, § 3º da LREF<sup>48</sup>.

A cessão fiduciária de direitos creditórios se caracteriza pela transferência de títulos de crédito (performados ou não) do detentor originário em favor de uma instituição financeira, momento o qual, àquele primeiro tem acesso ao crédito adiantado pelo segundo, sendo que doravante, o último citado torna-se titular dos direitos creditórios na condição de proprietário fiduciário destes bens cedidos, sendo que a cessão propriamente mencionada se dá em face dos direitos creditórios a serem concretizados através dos recebíveis, e não dos títulos em créditos propriamente ditos, isto é, a cessão ocorre antes mesmo destes créditos performarem.

Em relação a (extra)concursalidade do montante vinculado a este tipo de garantia, o Doutrinador Marcelo Sacramone exara as seguintes considerações:

Dentro do gênero negócio fiduciário, duas espécies podem ser apontadas. A alienação fiduciária em garantia e a cessão fiduciária em garantia. Ambos os tipos de propriedade fiduciária estão excluídos da recuperação judicial, visto que o art. 49, § 3º, exclui da submissão à recuperação judicial a propriedade fiduciária e não a restringe quanto ao tipo de negócio jurídico fiduciário que lhe deu causa.

A alienação fiduciária em garantia consiste na transmissão da propriedade de coisa material ao credor, pelo devedor, com escopo de garantia. **A cessão fiduciária, por seu turno, também é espécie de negócio fiduciário, mas o cedente transfere ao cessionário a titularidade de direitos ou títulos de crédito com a finalidade de garantir a satisfação de uma dívida.** [...]

Nos termos do art. 49, § 3º, o credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis manterá os direitos de propriedade sobre a coisa, de forma que poderá retomá-la, diante do inadimplemento, **não se submetendo aos efeitos da recuperação judicial do devedor. Pelo dispositivo legal, tutela-se o direito de propriedade do referido credor.** Seu crédito não se sujeita à recuperação judicial, entretanto, apenas pelo bem que lhe foi transferido fiduciariamente em garantia, o qual deve ser liquidado pelo credor para amortizar o valor de seu crédito.<sup>49</sup>

Também corrobora o entendimento do Tribunal de Justiça do Paraná, a saber:

Agravo de instrumento – impugnação À LISTA DE CREDORES – decisão que julgou improcedente o pedido – IRRESIGNAÇÃO DA IMPUGNANTE – ALEGAÇÃO DE QUE O CRÉDITO GARANTIDO POR CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO SE SUBMETE À RECUPERAÇÃO JUDICIAL – ACOLHIDA – EXTRACONCURSALIDADE EVIDENCIADA – artigo 49, § 3º, da lei nº 11.101/05 – necessidade de individualização que não se confunde com a exigência de apontar as CARACTERÍSTICAS de cada título – identificação da garantia – trava bancária – recebíveis identificados – entendimento desta corte e do superior tribunal de justiça – requisitos do artigo 1.362 do código civil presentes – recurso provido (TJPR - 18ª

<sup>48</sup> Art. 49.

<sup>49</sup> § 3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irrevocababilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial. (Destacamos)

<sup>49</sup> SACRAMONE, Marcelo B. Comentários à Lei Recuperação de Empresas e Falência: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553622531. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553622531/>. Acesso em: 14 out. 2022.

C.Cível - 0039051-70.2018.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: Desembargadora Denise Kruger Pereira - J. 13.03.2019)<sup>50</sup>

AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CRÉDITO. DECISÃO QUE ACOLHE PARCIALMENTE A IMPUGNAÇÃO, PARA EXCLUIR DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL O CRÉDITO GARANTIDO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. INSURGÊNCIA. PLEITO DE EXCLUSÃO TAMBÉM DOS CRÉDITOS GARANTIDOS COM CESSÃO FIDUCIÁRIA. ACOLHIMENTO. DESNECESSÁRIA A INDIVIDUALIZAÇÃO DOS TÍTULOS QUE GARANTEM O CRÉDITO. TÍTULOS A PERFORMAR, SEQUER EMITIDOS NA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO. **GARANTIA QUE RECAÍ SOBRE OS PRÓPRIOS DIREITOS CREDITÓRIOS. PRECEDENTES DO STJ E DESTE TRIBUNAL. DECISÃO REFORMADA.** RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJPR - 18ª C. Cível - 0071505-98.2021.8.16.0000 - Maringá - Rel.: JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU CRISTIANE SANTOS LEITE - J. 11.05.2022)<sup>51</sup> (Destacamos)

APELAÇÕES CÍVEIS. Embargos à execução opostos por empresa em recuperação judicial e ação ordinária fundada no art. 19 da Lei de Recuperação de Empresas proposta por credora diversa. Sentença de julgamento conjunto que extinguiu, sem exame do mérito, por inépcia, parte dos pleitos formulados nos embargos à execução e, por fim, declarou a improcedência dos demais pedidos formulados em ambas as demandas, concluindo que o crédito objeto das demandas é extraconcursal. 1) EMBARGOS À EXECUÇÃO. 1.1) Razões recursais lançadas pela recuperanda que apenas reiteram o conteúdo da petição inicial na parte que versou sobre a revisão do contrato, sem combater o fundamento acerca da inépcia da petição inicial, o que configura afronta ao princípio da dialeticidade. Recurso conhecido parcialmente, apenas no que tratou da submissão do crédito à recuperação judicial 1.2) **Razões acerca da concursalidade do crédito que não prosperam, pois, performedo ou não o título objeto de cessão fiduciária, o crédito garantido permanece albergado pelo § 3º do art. 49 da Lei de Recuperação de Empresas, sendo extraconcursal.** 1.3) RECURSO DESPROVIDO. 2) AÇÃO ORDINÁRIA. 2.1) Razões recursais no sentido de que, não performedo o título objeto da cessão fiduciária, a garantia é perdida, devendo o crédito ser classificado como extraconcursal. 2.1) **Não acolhimento, pois, performedo ou não, o crédito continua albergado pelo § 3º do art. 49 da Lei de Recuperação de Empresas, não havendo razão para retificação do quadro-geral de credores.** 2.3) RECURSO DESPROVIDO<sup>52</sup>. (Destacamos)

E na mesma linha, o Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO INTERNO. DECISÃO DE PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA DE RECEBÍVEIS. AUSÊNCIA DE DIFERENÇA ENTRE CRÉDITOS A SEREM PERFORMADOS APÓS A DECISÃO DE PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E AQUELES JÁ PERFORMADOS ATÉ AQUELE MARCO TEMPORAL. CONSTITUIÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA COM A CONTRATAÇÃO. ENTENDIMENTO DESTA CORTE NESSE SENTIDO. 1. A constituição da

<sup>50</sup> (TJ-PR - AI: 00390517020188160000 PR 0039051-70.2018.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Desembargadora Denise Kruger Pereira, Data de Julgamento: 13/03/2019, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/03/2019)

<sup>51</sup> (TJ-PR - AI: 00715059820218160000 Maringá 0071505-98.2021.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Cristiane Santos Leite, Data de Julgamento: 11/05/2022, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: 12/05/2022)

<sup>52</sup> TJ-PR - APL: 00002180820198160142 Rebouças 0000218-08.2019.8.16.0142 (Acórdão), Relator: Rogerio Ribas, Data de Julgamento: 23/03/2023, 17ª Câmara Cível, Data de Publicação: 23/03/2023.

propriedade fiduciária, oriunda de cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis e de títulos de crédito, dá-se a partir da própria contratação. 2. O crédito garantido fiduciariamente, como na espécie, não se submete à recuperação judicial, por força do art. 49, § 3º, da Lei n. 11.101/2005, pois é de propriedade (resolúvel) do credor, e não da empresa recuperanda. **3. É desinfluyente, portanto, o momento em que é performado, se antes ou depois do processamento da recuperação. Julgados desta Corte nesse sentido.** 4. Agravo interno desprovido.<sup>53</sup> (Destacamos)

Desta feita, considerando que a integralidade do contrato é garantida pela cessão fiduciária, é medida que se impõe reconhecer a extraconcursalidade integral do importe em sintonia ao pedido do credor, por força do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005.

Outrossim, no que tange aos créditos concursais, tem-se o seguinte cenário.

O credor apresentou a Cédula de Crédito Bancário nº CCB 3333-22, celebrado em data de 26/05/22, o que o torna sujeito a Recuperação Judicial, na forma do art. 49 da LREF, devidamente instruídos com cálculos limitados até a data do pedido de recuperação judicial (02/03/2023).

Destarte, em análise dos referidos instrumentos e das respectivas planilhas de débitos, verifica-se que o Credor observou a limitação de aplicação de correção monetária imposta pelo art. 9º, inc. II, da Lei 11.101/2005, culminando no valor requerido.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** da **Divergência** apresentada, **sendo seus créditos parcialmente excluídos da relação de credores em razão de sua extraconcursalidade, e retificado a monta concursal para o importe de R\$ 1.003.333,32 (um milhão três mil trezentos e trinta e três reais e trinta e dois centavos), na Classe III – Créditos Quirografários.**

## 2.11 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO - BANCO PAULISTA S.A.

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 4.750.000,00	R\$ 0	R\$ 0

O Credor Banco Paulista S.A. apresentou Divergência de Crédito tempestiva, ocasião em que requereu a exclusão integral do importe de sua titularidade da Recuperação Judicial.

O petitório do credor repousa sobre apenas um pedido, sendo este referente a exclusão integral de créditos vinculados a contratos com garantias de cessões fiduciárias de direitos creditórios e alienações fiduciárias de bens móveis.

Alega o Credor que celebrou junto a Recuperanda a Cédula de Crédito Bancário nº 58531/1, sendo que, em análise do instrumento contratual pactuado pelas partes, para além das garantias fidejussórias, tem-se que há duas garantias vinculadas a sua celebração, sendo estas a cessão fiduciária de direitos creditórios e alienação fiduciária de bens móveis fungíveis. A saber:

53 (STJ - AgInt no REsp: 1932780 SP 2021/0110156-7, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 29/11/2021, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/12/2021)



## II. DUPLICATAS E DIREITOS CREDITÓRIOS OBJETO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA

1. As duplicatas sacadas pelos devedor(es) fiduciante(s) acima nomeado(s) e qualificado(s) ("Devedores Fiduciantes"), decorrentes de negócios mercantis realizados com seus clientes, entregues pelos Devedores Fiduciantes ao credor fiduciário acima nomeado e qualificado ("Credor") por meio de remessas de borderôs de títulos e/ou arquivos eletrônicos ("Duplicatas"); e
2. Todos os direitos creditórios em face da respectiva instituição financeira depositária, decorrentes da abertura e manutenção da conta vinculada identificada no item IV abaixo ("Direitos Creditórios Conta") e, em conjunto com as Duplicatas, "Direitos Creditórios").

## VI. CONDIÇÕES GERAIS

1. Em garantia do bom, fiel e cabal cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas em razão da emissão ou celebração pelo Cliente, pelos Devedores Fiduciantes e pelo(s) devedor(es) solidário(s) acima nomeado(s) e qualificado(s) ("Devedores Solidários" e, em conjunto com o Cliente e com os Devedores Fiduciantes, "Partes Solidárias") do título ou instrumento identificado no item III acima, bem como assumidas em razão da celebração deste instrumento pelas Partes Solidárias, incluindo o pagamento das Tarifas, entre outras obrigações (em conjunto, "Obrigações Garantidas"), os Devedores Fiduciantes cedem fiduciariamente ao Credor, conforme cronograma dos itens i) a iv) abaixo, os Direitos Creditórios, os quais, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames, são transferidos e entregues ao Credor nos termos previstos neste instrumento, passando o Credor a deter, a partir do momento da entrega, além da propriedade fiduciária dos Direitos Creditórios, a respectiva posse direta e indireta:

- i) A totalidade dos Direitos Creditórios Conta na data de assinatura do presente Instrumento;
- ii) Duplicatas, cujo valor total corresponda ao menos a R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), na data de desembolso do título ou instrumento identificado no item III acima ("Data de Desembolso");
- iii) Duplicatas, cujo valor total corresponda ao menos a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), no prazo de 10 (dez) dias úteis da Data de Desembolso; e
- iv) Duplicatas, cujo valor total corresponda ao menos a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), no prazo de 20 (vinte) dias úteis da Data de Desembolso.

## II. BENS OBJETO DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

### 1. IDENTIFICAÇÃO DOS BENS

- i) Os seguintes bens de propriedade do(s) devedor(es) fiduciante(s) acima nomeado(s) e qualificado(s) ("Devedores Fiduciantes" e "Bens", respectivamente), que constituem estoques de produtos acabados e/ou de matérias-primas:

Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
RIVAROXABANA 20MG C/30 COMP REV-LG	18.800 unidades	R\$ 162,2100 / unidades	R\$ 3.049.548,00

Veja-se, uma das garantias fiduciárias vinculada ao negócio jurídico se refere a cessão de direitos creditórios, a qual, não obstante se diferenciar da alienação fiduciária convencional, possui a mesma finalidade, e de igual forma não está sujeita aos efeitos da Recuperação Judicial, tendo em vista que a condição que estabelece a extraconcursalidade desse tipo de garantia se dá em razão da propriedade fiduciária do bem móvel ou imóvel, conforme previsto no art. 49, §3º da LREF<sup>54</sup>.

A cessão fiduciária de direitos creditórios se caracteriza pela transferência de títulos de crédito (performados ou não) do detentor originário, em favor de uma instituição financeira, momento o

54 Art. 49.

§ 3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretroatividade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial. (Destacam-se)

qual, àquele primeiro tem acesso ao crédito adiantado pelo segundo, sendo que doravante, o último citado torna-se titular dos direitos creditórios na condição de proprietário fiduciário destes bens cedidos, sendo que a cessão propriamente mencionada se dá em face dos direitos creditórios a serem concretizados através dos recebíveis, e não dos títulos em créditos propriamente ditos, isto é, a cessão ocorre antes mesmo destes créditos performarem.

Em relação a (extra)concursabilidade do montante vinculado a este tipo de garantia, o Doutrinador Marcelo Sacramone exara as seguintes considerações:

Dentro do gênero negócio fiduciário, duas espécies podem ser apontadas. A alienação fiduciária em garantia e a cessão fiduciária em garantia. Ambos os tipos de propriedade fiduciária estão excluídos da recuperação judicial, visto que o art. 49, § 3º, exclui da submissão à recuperação judicial a propriedade fiduciária e não a restringe quanto ao tipo de negócio jurídico fiduciário que lhe deu causa.

A alienação fiduciária em garantia consiste na transmissão da propriedade de coisa material ao credor, pelo devedor, com escopo de garantia. **A cessão fiduciária, por seu turno, também é espécie de negócio fiduciário, mas o cedente transfere ao cessionário a titularidade de direitos ou títulos de crédito com a finalidade de garantir a satisfação de uma dívida.** [...]

Nos termos do art. 49, § 3º, o credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis manterá os direitos de propriedade sobre a coisa, de forma que poderá retomá-la, diante do inadimplemento, **não se submetendo aos efeitos da recuperação judicial do devedor. Pelo dispositivo legal, tutela-se o direito de propriedade do referido credor.** Seu crédito não se sujeita à recuperação judicial, entretanto, apenas pelo bem que lhe foi transferido fiduciariamente em garantia, o qual deve ser liquidado pelo credor para amortizar o valor de seu crédito.<sup>55</sup>

Também corrobora o entendimento do Tribunal de Justiça do Paraná, a saber:

Agravo de instrumento – impugnação À LISTA DE CREDITORES – decisão que julgou improcedente o pedido – IRRESIGNAÇÃO DA IMPUGNANTE – ALEGAÇÃO DE QUE O CRÉDITO GARANTIDO POR CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO SE SUBMETE À RECUPERAÇÃO JUDICIAL – ACOLHIDA – EXTRACONCURSALIDADE EVIDENCIADA – artigo 49, § 3º, da lei nº 11.101/05 – necessidade de individualização que não se confunde com a exigência de apontar as CARACTERÍSTICAS de cada título – identificação da garantia – trava bancária – recebíveis identificados – entendimento desta corte e do superior tribunal de justiça – requisitos do artigo 1.362 do código civil presentes – recurso provido (TJPR - 18ª C.Cível - 0039051-70.2018.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: Desembargadora Denise Kruger Pereira - J. 13.03.2019)<sup>56</sup>

AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CRÉDITO. DECISÃO QUE ACOLHE PARCIALMENTE A IMPUGNAÇÃO, PARA EXCLUIR DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL O CRÉDITO GARANTIDO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. INSURGÊNCIA. PLEITO DE EXCLUSÃO TAMBÉM DOS CRÉDITOS GARANTIDOS COM CESSÃO FIDUCIÁRIA. ACOLHIMENTO. DESNECESSÁRIA A INDIVIDUALIZAÇÃO DOS TÍTULOS QUE GARANTEM O CRÉDITO. TÍTULOS A PERFORMAR, SEQUER EMITIDOS NA DATA

<sup>55</sup> SACRAMONE, Marcelo B. Comentários à Lei Recuperação de Empresas e Falência. Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553622531. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553622531/>. Acesso em: 14 out. 2022.

<sup>56</sup> (TJ-PR - AI: 00390517020188160000 PR 0039051-70.2018.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Desembargadora Denise Kruger Pereira, Data de Julgamento: 13/03/2019, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/03/2019)

DE ASSINATURA DO CONTRATO. **GARANTIA QUE RECAÍ SOBRE OS PRÓPRIOS DIREITOS CREDITÓRIOS. PRECEDENTES DO STJ E DESTE TRIBUNAL. DECISÃO REFORMADA.** RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJPR - 18ª C. Cível - 0071505-98.2021.8.16.0000 - Maringá - Rel.: JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU CRISTIANE SANTOS LEITE - J. 11.05.2022)<sup>57</sup> (Destacamos)

APELAÇÕES CÍVEIS. Embargos à execução opostos por empresa em recuperação judicial e ação ordinária fundada no art. 19 da Lei de Recuperação de Empresas proposta por credora diversa. Sentença de julgamento conjunto que extinguiu, sem exame do mérito, por inépcia, parte dos pleitos formulados nos embargos à execução e, por fim, declarou a improcedência dos demais pedidos formulados em ambas as demandas, concluindo que o crédito objeto das demandas é extraconcursal. 1) EMBARGOS À EXECUÇÃO. 1.1) Razões recursais lançadas pela recuperanda que apenas reiteram o conteúdo da petição inicial na parte que versou sobre a revisão do contrato, sem combater o fundamento acerca da inépcia da petição inicial, o que configura afronta ao princípio da dialeticidade. Recurso conhecido parcialmente, apenas no que tratou da submissão do crédito à recuperação judicial 1.2) **Razões acerca da concursalidade do crédito que não prosperam, pois, performado ou não o título objeto de cessão fiduciária, o crédito garantido permanece albergado pelo § 3º do art. 49 da Lei de Recuperação de Empresas, sendo extraconcursal.** 1.3) RECURSO DESPROVIDO. 2) AÇÃO ORDINÁRIA. 2.1) Razões recursais no sentido de que, não performado o título objeto da cessão fiduciária, a garantia é perdida, devendo o crédito ser classificado como extraconcursal. 2.1) **Não acolhimento, pois, performado ou não, o crédito continua albergado pelo § 3º do art. 49 da Lei de Recuperação de Empresas, não havendo razão para retificação do quadro-geral de credores.** 2.3) RECURSO DESPROVIDO<sup>58</sup>. (Destacamos)

E na mesma linha, o Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO INTERNO. DECISÃO DE PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA DE RECEBÍVEIS. AUSÊNCIA DE DIFERENÇA ENTRE CRÉDITOS A SEREM PERFORMADOS APÓS A DECISÃO DE PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E AQUELES JÁ PERFORMADOS ATÉ AQUELE MARCO TEMPORAL. CONSTITUIÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA COM A CONTRATAÇÃO. ENTENDIMENTO DESTA CORTE NESSE SENTIDO. 1. A constituição da propriedade fiduciária, oriunda de cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis e de títulos de crédito, dá-se a partir da própria contratação. 2. O crédito garantido fiduciariamente, como na espécie, não se submete à recuperação judicial, por força do art. 49, § 3º, da Lei n. 11.101/2005, pois é de propriedade (resolúvel) do credor, e não da empresa recuperanda. 3. **É desinfluyente, portanto, o momento em que é performado, se antes ou depois do processamento da recuperação. Julgados desta Corte nesse sentido.** 4. Agravo interno desprovido.<sup>59</sup> (Destacamos)

Desta feita, considerando que a integralidade do contrato é garantida pela cessão fiduciária, é medida que se impõe reconhecer a extraconcursalidade integral do importe em sintonia ao pedido

57 (TJ-PR - AI: 00715059820218160000 Maringá 0071505-98.2021.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Cristiane Santos Leite, Data de Julgamento: 11/05/2022, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: 12/05/2022)

58 TJ-PR - APL: 00002180820198160142 Rebouças 0000218-08.2019.8.16.0142 (Acórdão), Relator: Rogerio Ribas, Data de Julgamento: 23/03/2023, 17ª Câmara Cível, Data de Publicação: 23/03/2023.

59 (STJ - AgInt no REsp: 1932780 SP 2021/0110156-7, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 29/11/2021, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/12/2021)

do credor, por força do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** da Divergência apresentada, sendo a integralidade de seus créditos **excluídos** da relação de credores em razão de sua extraconcursalidade.

2.12 DIVERGÊNCIA - BANCO SAFRA S.A

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 2.561.904,61	R\$ 1.465.561,74	R\$ 1.465.561,74

O Credor Banco Safra S.A. apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do crédito de sua titularidade para o importe de **R\$ 1.465.561,74 (um milhão quatrocentos e sessenta e cinco mil quinhentos e sessenta e um reais e setenta e quatro centavos)**.

O petitório do credor repousa sobre dois pedidos, sendo o primeiro referente a exclusão parcial de créditos de sua titularidade vinculados a um contrato com garantia de alienações fiduciárias de bens móveis, ou melhor, garantia por cessão fiduciária de direitos creditórios, e o segundo referente a habilitação de créditos concursais devidamente atualizados até a data do pedido de Recuperação Judicial, que se traduzem pelo valor remanescente não coberto pelas garantias fiduciárias e valores oriundos de outros instrumentos contratuais.

Pertinente ao montante extraconcursal, o credor apresentou a cédula de crédito bancário nº **4027532**, o qual possui garantias fiduciárias, leia-se cessões fiduciárias de direitos creditórios.

Destarte, em análise do instrumento contratual celebrado pelas partes, tem-se que a garantia fiduciária vinculada àqueles negócios jurídicos se refere a cessão de direitos creditórios, a qual, não obstante se diferenciar da alienação fiduciária convencional, possui a mesma finalidade, e de igual forma não se sujeita aos efeitos da Recuperação Judicial, tendo em vista que a condição que estabelece a extraconcursalidade desse tipo de garantia se dá em razão da propriedade fiduciária do bem móvel ou imóvel, conforme previsto no art. 49, §3º, da LREF<sup>60</sup>.

A cessão fiduciária de direitos creditórios se caracteriza pela transferência de títulos de crédito (performados ou não) do detentor originário, em favor de uma instituição financeira, momento o qual, àquele primeiro tem acesso ao crédito adiantado pelo segundo, sendo que doravante, o último citado torna-se titular dos direitos creditórios na condição de proprietário fiduciário destes bens cedidos, sendo que a cessão propriamente mencionada se dá em face dos direitos creditórios a serem concretizados através dos recebíveis, e não dos títulos em créditos propriamente ditos, isto é, a cessão ocorre antes mesmo destes créditos performarem.

Em relação a (extra)concursalidade do montante vinculado a este tipo de garantia, o Doutrinador Marcelo Sacramone exara as seguintes considerações:

Dentro do gênero negócio fiduciário, duas espécies podem ser apontadas. A alienação fiduciária em garantia e a cessão fiduciária em garantia. Ambos os tipos de propriedade fiduciária estão excluídos da recuperação

60 Art. 49.  
§ 3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial. (Destacamos)

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.141/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8FW HJCAC K6HEE 3W2HB



judicial, visto que o art. 49, § 3º, exclui da submissão à recuperação judicial a propriedade fiduciária e não a restringe quanto ao tipo de negócio jurídico fiduciário que lhe deu causa.

A alienação fiduciária em garantia consiste na transmissão da propriedade de coisa material ao credor, pelo devedor, com escopo de garantia. **A cessão fiduciária, por seu turno, também é espécie de negócio fiduciário, mas o cedente transfere ao cessionário a titularidade de direitos ou títulos de crédito com a finalidade de garantir a satisfação de uma dívida.** [...]

Nos termos do art. 49, § 3º, o credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis manterá os direitos de propriedade sobre a coisa, de forma que poderá retomá-la, diante do inadimplemento, **não se submetendo aos efeitos da recuperação judicial do devedor. Pelo dispositivo legal, tutela-se o direito de propriedade do referido credor.** Seu crédito não se sujeita à recuperação judicial, entretanto, apenas pelo bem que lhe foi transferido fiduciariamente em garantia, o qual deve ser liquidado pelo credor para amortizar o valor de seu crédito.<sup>61</sup>

Também corrobora o entendimento do Tribunal de Justiça do Paraná, a saber:

agravo de instrumento – impugnação À LISTA DE CREDITORES – decisão que julgou improcedente o pedido – IRRESIGNAÇÃO DA IMPUGNANTE – ALEGAÇÃO DE QUE O CRÉDITO GARANTIDO POR CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO SE SUBMETE À RECUPERAÇÃO JUDICIAL – ACOLHIDA – EXTRACONCURSALIDADE EVIDENCIADA – artigo 49, § 3º, da lei nº 11.101/05 – necessidade de individualização que não se confunde com a exigência de apontar as CARACTERÍSTICAS de cada título – identificação da garantia – trava bancária – recebíveis identificados – entendimento desta corte e do superior tribunal de justiça – requisitos do artigo 1.362 do código civil presentes – recurso provido (TJPR - 18ª C.Cível - 0039051-70.2018.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: Desembargadora Denise Kruger Pereira - J. 13.03.2019)<sup>62</sup>

AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CRÉDITO. DECISÃO QUE ACOLHE PARCIALMENTE A IMPUGNAÇÃO, PARA EXCLUIR DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL O CRÉDITO GARANTIDO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. INSURGÊNCIA. PLEITO DE EXCLUSÃO TAMBÉM DOS CRÉDITOS GARANTIDOS COM CESSÃO FIDUCIÁRIA. ACOLHIMENTO. DESNECESSÁRIA A INDIVIDUALIZAÇÃO DOS TÍTULOS QUE GARANTEM O CRÉDITO. TÍTULOS A PERFORMAR, SEQUER EMITIDOS NA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO. **GARANTIA QUE RECAÍ SOBRE OS PRÓPRIOS DIREITOS CREDITÓRIOS. PRECEDENTES DO STJ E DESTE TRIBUNAL. DECISÃO REFORMADA.** RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJPR - 18ª C. Cível - 0071505-98.2021.8.16.0000 - Maringá - Rel.: JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU CRISTIANE SANTOS LEITE - J. 11.05.2022)<sup>63</sup> (Destacamos)

APELAÇÕES CÍVEIS. Embargos à execução opostos por empresa em recuperação judicial e ação ordinária fundada no art. 19 da Lei de

61 SACRAMONE, Marcelo B. Comentários à Lei Recuperação de Empresas e Falência: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553622531. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553622531/>. Acesso em: 14 out. 2022.

62 (TJ-PR - AI: 00390517020188160000 PR 0039051-70.2018.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Desembargadora Denise Kruger Pereira, Data de Julgamento: 13/03/2019, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/03/2019)

63 (TJ-PR - AI: 00715059820218160000 Maringá 0071505-98.2021.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Cristiane Santos Leite, Data de Julgamento: 11/05/2022, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: 12/05/2022)



Recuperação de Empresas proposta por credora diversa. Sentença de julgamento conjunto que extinguiu, sem exame do mérito, por inépcia, parte dos pleitos formulados nos embargos à execução e, por fim, declarou a improcedência dos demais pedidos formulados em ambas as demandas, concluindo que o crédito objeto das demandas é extraconcursal. 1) EMBARGOS À EXECUÇÃO. 1.1) Razões recursais lançadas pela recuperanda que apenas reiteram o conteúdo da petição inicial na parte que versou sobre a revisão do contrato, sem combater o fundamento acerca da inépcia da petição inicial, o que configura afronta ao princípio da dialeticidade. Recurso conhecido parcialmente, apenas no que tratou da submissão do crédito à recuperação judicial 1.2) **Razões acerca da concursalidade do crédito que não prosperam, pois, performedo ou não o título objeto de cessão fiduciária, o crédito garantido permanece albergado pelo § 3º do art. 49 da Lei de Recuperação de Empresas, sendo extraconcursal.** 1.3) RECURSO DESPROVIDO. 2) AÇÃO ORDINÁRIA. 2.1) Razões recursais no sentido de que, não performedo o título objeto da cessão fiduciária, a garantia é perdida, devendo o crédito ser classificado como extraconcursal. 2.1) **Não acolhimento, pois, performedo ou não, o crédito continua albergado pelo § 3º do art. 49 da Lei de Recuperação de Empresas, não havendo razão para retificação do quadro-geral de credores.** 2.3) RECURSO DESPROVIDO<sup>64</sup>. (Destacamos)

E na mesma linha, o Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO INTERNO. DECISÃO DE PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA DE RECEBÍVEIS. AUSÊNCIA DE DIFERENÇA ENTRE CRÉDITOS A SEREM PERFORMADOS APÓS A DECISÃO DE PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E AQUELES JÁ PERFORMADOS ATÉ AQUELE MARCO TEMPORAL. CONSTITUIÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA COM A CONTRATAÇÃO. ENTENDIMENTO DESTA CORTE NESSE SENTIDO. 1. A constituição da propriedade fiduciária, oriunda de cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis e de títulos de crédito, dá-se a partir da própria contratação. 2. O crédito garantido fiduciariamente, como na espécie, não se submete à recuperação judicial, por força do art. 49, § 3º, da Lei n. 11.101/2005, pois é de propriedade (resolúvel) do credor, e não da empresa recuperanda. **3. É desinfluyente, portanto, o momento em que é performedo, se antes ou depois do processamento da recuperação. Julgados desta Corte nesse sentido.** 4. Agravo interno desprovido.<sup>65</sup> (Destacamos)

Em análise ao instrumento em pauta, tem-se que a cessão fiduciária de direitos creditórios em garantia se dá no patamar de 80% do montante/débito oriundo do contrato, a saber:

<sup>64</sup> TJ-PR - APL: 00002180820198160142 Rebouças 0000218-08.2019.8.16.0142 (Acórdão), Relator: Rogerio Ribas, Data de Julgamento: 23/03/2023, 17ª Câmara Cível, Data de Publicação: 23/03/2023.

<sup>65</sup> (STJ - AgInt no REsp: 1932780 SP 2021/0110156-7, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 29/11/2021, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/12/2021)





Outrossim, no que tange aos créditos integralmente concursais, tem-se o seguinte cenário.

O credor apresentou 2 (dois) contratos, quais sejam, CCB (Cheque Empresarial) n° 5817103 e CCB (Mútuo) n° 4022000, celebrados em data de 20/01/2021 e 18/09/2020 respectivamente, o que os torna sujeitos a Recuperação Judicial, na forma do art. 49 da LREF, devidamente instruídos com cálculos limitados até a data do pedido de recuperação judicial (02/03/2023).

Pois bem, em análise dos referidos instrumentos e dos respectivos anexos, tem-se as seguintes informações:

NÚMERO DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO EM 02/03/2023
5817103	R\$ 479.009,98
4022000	R\$ 680.050,91
<b>Valor Total</b>	<b>R\$ 1.159.060,89</b>

Destarte, em análise dos referidos instrumentos e das respectivas planilhas de débitos, verifica-se que o Credor observou a limitação de aplicação de correção monetária imposta pelo art. 9º, inc. II, da Lei 11.101/2005, culminando no valor requerido.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** da **Divergência** apresentada, **sendo seus créditos parcialmente excluídos da relação de credores em razão de sua extraconcursalidade, e retificado a monta concursal para o importe de R\$ 1.465.561,74 (um milhão quatrocentos e sessenta e cinco mil quinhentos e sessenta e um reais e setenta e quatro centavos)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**.

## 2.13 DIVERGÊNCIA - BANCO SANTANDER S.A.

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 17.274.049,89	R\$ 831.933,42	R\$ 1.013.805,75

O Credor Banco Santander S.A. apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do crédito de sua titularidade para o importe de **R\$ 831.933,42 (oitocentos e trinta e um mil novecentos e trinta e três reais e quarenta e dois centavos)**.

O petitório do credor repousa sobre dois pedidos, sendo o primeiro referente a exclusão parcial de créditos de sua titularidade vinculados a contratos com garantia de alienações fiduciárias de bens móveis, ou melhor, garantia por cessão fiduciária de direitos creditórios, e o segundo referente a habilitação de créditos concursais devidamente atualizados até a data do pedido de Recuperação Judicial, que se traduzem pelo valor remanescente não coberto pelas garantias fiduciárias e valores oriundos de outros instrumentos contratuais.

Pertinente ao montante extraconcursal, o credor apresentou Cédula de Crédito Bancário – Capital de Giro n.º 000270201219; Cédula de Crédito Bancário – Capital de Giro n.º 000270345421; Cédula de Crédito Bancário – Capital de Giro n.º 000270548116, as qual possuem garantias fiduciárias, leia-se cessões fiduciárias de direitos creditórios.

Destarte, em análise dos instrumentos contratual celebrado pelas partes, tem-se que a garantia fiduciária vinculada àqueles negócios jurídicos se refere a cessão de direitos creditórios, a qual,



não obstante se diferenciar da alienação fiduciária convencional, possui a mesma finalidade, e de igual forma não se sujeita aos efeitos da Recuperação Judicial, tendo em vista que a condição que estabelece a extraconcursabilidade desse tipo de garantia se dá em razão da propriedade fiduciária do bem móvel ou imóvel, conforme previsto no art. 49, §3º, da LREF<sup>66</sup>.

A cessão fiduciária de direitos creditórios se caracteriza pela transferência de títulos de crédito (performados ou não) do detentor originário, em favor de uma instituição financeira, momento o qual, àquele primeiro tem acesso ao crédito adiantado pelo segundo, sendo que doravante, o último citado torna-se titular dos direitos creditórios na condição de proprietário fiduciário destes bens cedidos, sendo que a cessão propriamente mencionada se dá em face dos direitos creditórios a serem concretizados através dos recebíveis, e não dos títulos em créditos propriamente ditos, isto é, a cessão ocorre antes mesmo destes créditos performarem.

Em relação a (extra)concursabilidade do montante vinculado a este tipo de garantia, o Doutrinador Marcelo Sacramone exara as seguintes considerações:

Dentro do gênero negócio fiduciário, duas espécies podem ser apontadas. A alienação fiduciária em garantia e a cessão fiduciária em garantia. Ambos os tipos de propriedade fiduciária estão excluídos da recuperação judicial, visto que o art. 49, § 3º, exclui da submissão à recuperação judicial a propriedade fiduciária e não a restringe quanto ao tipo de negócio jurídico fiduciário que lhe deu causa.

A alienação fiduciária em garantia consiste na transmissão da propriedade de coisa material ao credor, pelo devedor, com escopo de garantia. **A cessão fiduciária, por seu turno, também é espécie de negócio fiduciário, mas o cedente transfere ao cessionário a titularidade de direitos ou títulos de crédito com a finalidade de garantir a satisfação de uma dívida.** [...]

Nos termos do art. 49, § 3º, o credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis manterá os direitos de propriedade sobre a coisa, de forma que poderá retomá-la, diante do inadimplemento, **não se submetendo aos efeitos da recuperação judicial do devedor. Pelo dispositivo legal, tutela-se o direito de propriedade do referido credor.** Seu crédito não se sujeita à recuperação judicial, entretanto, apenas pelo bem que lhe foi transferido fiduciariamente em garantia, o qual deve ser liquidado pelo credor para amortizar o valor de seu crédito.<sup>67</sup>

Também corrobora o entendimento do Tribunal de Justiça do Paraná, a saber:

agravo de instrumento – impugnação À LISTA DE CREDORES – decisão que julgou improcedente o pedido – IRRESIGNAÇÃO DA IMPUGNANTE – ALEGAÇÃO DE QUE O CRÉDITO GARANTIDO POR CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO SE SUBMETE À RECUPERAÇÃO JUDICIAL – ACOLHIDA – EXTRACONCURSABILIDADE EVIDENCIADA – artigo 49, § 3º, da lei nº 11.101/05 – necessidade de individualização que não se confunde com a exigência de apontar as CARACTERÍSTICAS de cada título – identificação da garantia – trava bancária – recebíveis identificados – entendimento desta corte e do superior tribunal de justiça – requisitos do artigo 1.362 do código civil presentes – recurso provido (TJPR - 18ª

<sup>66</sup> Art. 49.

§ 3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretroatividade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial. (Destacamos)

<sup>67</sup> SACRAMONE, Marcelo B. Comentários à Lei Recuperação de Empresas e Falência: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553622531. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553622531/>. Acesso em: 14 out. 2022.

C.Cível - 0039051-70.2018.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: Desembargadora Denise Kruger Pereira - J. 13.03.2019)<sup>68</sup>

AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CRÉDITO. DECISÃO QUE ACOLHE PARCIALMENTE A IMPUGNAÇÃO, PARA EXCLUIR DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL O CRÉDITO GARANTIDO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. INSURGÊNCIA. PLEITO DE EXCLUSÃO TAMBÉM DOS CRÉDITOS GARANTIDOS COM CESSÃO FIDUCIÁRIA. ACOLHIMENTO. DESNECESSÁRIA A INDIVIDUALIZAÇÃO DOS TÍTULOS QUE GARANTEM O CRÉDITO. TÍTULOS A PERFORMAR, SEQUER EMITIDOS NA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO. **GARANTIA QUE RECAÍ SOBRE OS PRÓPRIOS DIREITOS CREDITÓRIOS. PRECEDENTES DO STJ E DESTE TRIBUNAL. DECISÃO REFORMADA.** RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJPR - 18ª C. Cível - 0071505-98.2021.8.16.0000 - Maringá - Rel.: JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU CRISTIANE SANTOS LEITE - J. 11.05.2022)<sup>69</sup> (Destacamos)

APELAÇÕES CÍVEIS. Embargos à execução opostos por empresa em recuperação judicial e ação ordinária fundada no art. 19 da Lei de Recuperação de Empresas proposta por credora diversa. Sentença de julgamento conjunto que extinguiu, sem exame do mérito, por inépcia, parte dos pleitos formulados nos embargos à execução e, por fim, declarou a improcedência dos demais pedidos formulados em ambas as demandas, concluindo que o crédito objeto das demandas é extraconcursal. 1) EMBARGOS À EXECUÇÃO. 1.1) Razões recursais lançadas pela recuperanda que apenas reiteram o conteúdo da petição inicial na parte que versou sobre a revisão do contrato, sem combater o fundamento acerca da inépcia da petição inicial, o que configura afronta ao princípio da dialeticidade. Recurso conhecido parcialmente, apenas no que tratou da submissão do crédito à recuperação judicial 1.2) **Razões acerca da concursalidade do crédito que não prosperam, pois, performedo ou não o título objeto de cessão fiduciária, o crédito garantido permanece albergado pelo § 3º do art. 49 da Lei de Recuperação de Empresas, sendo extraconcursal.** 1.3) RECURSO DESPROVIDO. 2) AÇÃO ORDINÁRIA. 2.1) Razões recursais no sentido de que, não performedo o título objeto da cessão fiduciária, a garantia é perdida, devendo o crédito ser classificado como extraconcursal. 2.1) **Não acolhimento, pois, performedo ou não, o crédito continua albergado pelo § 3º do art. 49 da Lei de Recuperação de Empresas, não havendo razão para retificação do quadro-geral de credores.** 2.3) RECURSO DESPROVIDO<sup>70</sup>. (Destacamos)

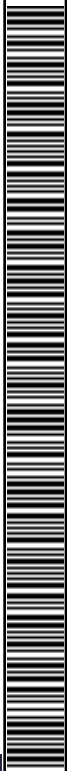
E na mesma linha, o Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO INTERNO. DECISÃO DE PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA DE RECEBÍVEIS. AUSÊNCIA DE DIFERENÇA ENTRE CRÉDITOS A SEREM PERFORMADOS APÓS A DECISÃO DE PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E AQUELES JÁ PERFORMADOS ATÉ AQUELE MARCO TEMPORAL. CONSTITUIÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA COM A CONTRATAÇÃO. ENTENDIMENTO DESTA CORTE NESSE SENTIDO. 1. A constituição da

<sup>68</sup> (TJ-PR - AI: 00390517020188160000 PR 0039051-70.2018.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Desembargadora Denise Kruger Pereira, Data de Julgamento: 13/03/2019, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/03/2019)

<sup>69</sup> (TJ-PR - AI: 00715059820218160000 Maringá 0071505-98.2021.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Cristiane Santos Leite, Data de Julgamento: 11/05/2022, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: 12/05/2022)

<sup>70</sup> TJ-PR - APL: 00002180820198160142 Rebouças 0000218-08.2019.8.16.0142 (Acórdão), Relator: Rogerio Ribas, Data de Julgamento: 23/03/2023, 17ª Câmara Cível, Data de Publicação: 23/03/2023.





propriedade fiduciária, oriunda de cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis e de títulos de crédito, dá-se a partir da própria contratação.  
2. O crédito garantido fiduciariamente, como na espécie, não se submete à recuperação judicial, por força do art. 49, § 3º, da Lei n. 11.101/2005, pois é de propriedade (resolúvel) do credor, e não da empresa recuperanda.  
**3. É desinfluyente, portanto, o momento em que é performado, se antes ou depois do processamento da recuperação. Julgados desta Corte nesse sentido.** 4. Agravo interno desprovido.<sup>71</sup> (Destacamos)

Em análise dos instrumentos em pauta, tem-se que a cessão fiduciária de direitos creditórios em garantia se deu nos seguintes patamares a saber:

#### Cédula de Crédito Bancário – Capital de Giro n.º 000270201219

IV - OBJETO DA GARANTIA	Os (i) bens abaixo indicados, descritos em borderôs ou arquivos eletrônicos previamente entregues ao BANCO, e (ii) recursos financeiros oriundos do pagamento desses bens creditados e/ou que vierem a ser creditados na(s) conta(s) vinculada(s) acima indicada(s) ("Títulos"):  <input checked="" type="checkbox"/> Duplicatas, físicas ou escriturais, de emissão da(s) GARANTIDORA(S) contra seus clientes; e/ou <input type="checkbox"/> Cheques emitidos por clientes da(s) GARANTIDORA(S), em seu favor.  Valor Total da Garantia: R\$ 1.900.000,00.  Percentual/Valor de Cobertura: 100,00% do saldo devedor das Obrigações Garantidas (definição abaixo indicada) que será utilizado para fins de reforço e/ou substituição da garantia, nos termos da cláusula 8 abaixo.
-------------------------	---

#### Cédula de Crédito Bancário – Capital de Giro n.º 000270345421

IV - OBJETO DA GARANTIA	Os (i) bens abaixo indicados, descritos em borderôs ou arquivos eletrônicos previamente entregues ao BANCO, e (ii) recursos financeiros oriundos do pagamento desses bens creditados e/ou que vierem a ser creditados na(s) conta(s) vinculada(s) acima indicada(s) ("Títulos"):  <input checked="" type="checkbox"/> Duplicatas, físicas ou escriturais, de emissão da(s) GARANTIDORA(S) contra seus clientes; e/ou <input type="checkbox"/> Cheques emitidos por clientes da(s) GARANTIDORA(S), em seu favor.  Valor Total da Garantia: R\$ 1.000.000,00.  Percentual/Valor de Cobertura: 100,00% do saldo devedor das Obrigações Garantidas (definição abaixo indicada) que será utilizado para fins de reforço e/ou substituição da garantia, nos termos da cláusula 8 abaixo.
-------------------------	---

#### Cédula de Crédito Bancário – Capital de Giro n.º 000270548116

IV - OBJETO DA GARANTIA	Os (i) bens abaixo indicados, descritos em borderôs ou arquivos eletrônicos previamente entregues ao BANCO, e (ii) recursos financeiros oriundos do pagamento desses bens creditados e/ou que vierem a ser creditados na(s) conta(s) vinculada(s) acima indicada(s) ("Títulos"):  <input checked="" type="checkbox"/> Duplicatas, físicas ou escriturais, de emissão da(s) GARANTIDORA(S) contra seus clientes; e/ou <input type="checkbox"/> Cheques emitidos por clientes da(s) GARANTIDORA(S), em seu favor.  Valor Total da Garantia: R\$ 4.030.000,00 (Quatro milhões e trinta mil reais).  Percentual/Valor de Cobertura: 100,00% do saldo devedor das Obrigações Garantidas (definição abaixo indicada) que, conforme o caso, será atualizado pela variação cambial de moeda estrangeira, que será utilizado para fins de reforço e/ou substituição da garantia, nos termos da cláusula 8 abaixo.
-------------------------	---

71 (STJ - AgInt no REsp: 1932780 SP 2021/0110156-7, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 29/11/2021, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/12/2021)

Veja-se que, nada obstante as considerações do credor quanto a extraconcursalidade integral do montante oriundos dos mencionados instrumentos contratuais, se faz necessária a análise dos valores abrangidos pelas garantias por cessão fiduciária de direitos creditórios na data do pedido de Recuperação Judicial.

Explica-se

Embora, de fato, seja de natureza extraconcursal contratos garantidos fiduciariamente, conforme previsão do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005, o Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial dispõe que **“o saldo do crédito não coberto pelo valor do bem e/ou da garantia dos contratos previstos no § 3º do art. 49 da Lei n. 11.101/2005 é crédito quirografário, sujeito à recuperação judicial.”**

Nesse sentido, é o entendimento do e. STJ e e. TJSP, conforme julgados recentes, respectivamente *in verbis*:

**“CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUÍZO DA EXECUÇÃO DE CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. DEVEDOR FIDUCIANTE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE PELO FIDUCIÁRIO. VENDA DO BEM. EXTINÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA. VALOR ARRECADADO INSUFICIENTE PARA O PAGAMENTO DA DÍVIDA. SALDO DEVEDOR. NATUREZA QUIROGRAFÁRIA. SATISFAÇÃO DO REMANESCENTE DA DÍVIDA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. (...). Eventual saldo devedor apresenta natureza de dívida pessoal, devendo ser habilitado na recuperação judicial ou falência na classe dos credores quirografários. 5. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo da Recuperação Judicial<sup>72</sup>”.**

**“Impugnação de crédito. Credor com garantia fiduciária sobre direitos creditórios. Necessidade, como requisito formal da constituição da garantia fiduciária, de especificação do direito creditório, não dos títulos. Entendimento do Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 1.797.196/ SP. Garantia, na hipótese, que não abrange 100% do crédito. Saldo não coberto pelo valor da garantia que é quirografário. Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial do Conselho da Justiça Federal nesse sentido. Determinação de delimitação, na origem, do alcance da garantia. Recurso provido, com observação<sup>73</sup>”.**

Neste sentido, tem-se os seguintes valores remanescentes na **data do pedido de recuperação judicial** e de garantias fiduciária em relação aos mencionados contrato apresentado pela instituição financeira credora:

NÚMERO DO CONTRATO	VALOR DO INTEGRAL DO CONTRATO EM 02/03/23	VALOR GARANTIA -CESSÕES FIDUCIÁRIAS	VALOR REMANESCENTE EM 02/03/23
000270201219	R\$ 2.048.701,20	R\$ 1.900.000,00	R\$ 148.701,20
000270345421	R\$ 1.033.171,13	R\$ 1.000.000,00	R\$ 33.171,13
000270548116	R\$ 3.727.125,90	R\$ 4.030.000,00	-
Valor Total			R\$ 181.872,33

72 STJ - CC: 128194 GO 2013/0147016-0, Relator: Ministro Raul Araújo, Data de Julgamento: 28/06/2017, S2 - Segunda Seção, Data de Publicação: DJe 01/08/2017.  
73 TJ-SP - AI: 22378268120198260000 SP 2237826-81.2019.8.26.0000, Relator: Araldo Telles, Data de Julgamento: 29/04/2020, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 29/04/2020.

Isto posto, em sede de análise em conformidade com o Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial, esta Administradora Judicial entende pela exclusão parcial dos valores, tendo em vista que as garantias fiduciárias não abrangem a integralidade do valor remanescente dos contratos bancários, razão pela qual entende-se que deve ser habilitado na Classe III – Créditos Quirografários, os seguintes valores referentes ao referido contrato bancário:

NÚMERO DO CONTRATO	VALOR SUJEITO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL
000270201219	R\$ 148.701,20
000270345421	R\$ 33.171,13
<b>Valor Total</b>	<b>R\$ 181.872,33</b>

Outrossim, no que tange aos créditos integralmente concursais, tem-se o seguinte cenário.

O credor apresentou 4 (quatro) contratos, quais sejam, Cédula de Crédito Bancário – Cheque Empresa n.º 1586- 130522362; Cédula de Crédito Bancário – Cheque Empresa n.º 1586- 130895118; Cédula de Crédito Bancário – Cheque Empresa n.º 1586- 130004835; Cédula de Crédito Bancário – Cheque Empresa 1552-130000858, celebrados em data de 09/06/2020, 04/09/2020, 11/08/2020 e 08/06/2020, respectivamente, o que os tornam sujeitos a Recuperação Judicial, na forma do art. 49 da LREF, devidamente instruídos com cálculos limitados até a data do pedido de recuperação judicial (02/03/2023).

Pois bem, em análise dos referidos instrumentos e dos respectivos anexos, tem-se as seguintes informações:

NÚMERO DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO EM 02/03/2023
1586-130522362	R\$ 334.059,22
1586-130895118	R\$ 98.701,57
1586-130004835	R\$ 99.383,60
1552-130000858	R\$ 299.789,03
<b>Valor Total</b>	<b>R\$ 831.933,42</b>

Destarte, em análise dos referidos instrumentos e das respectivas planilhas de débitos, verifica-se que o Credor observou a limitação de aplicação de correção monetária imposta pelo art. 9º, inc. II, da Lei 11.101/2005, culminando no valor requerido.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PARCIAL PROCEDÊNCIA** da **Divergência** apresentada, **sendo seus créditos parcialmente excluídos da relação de credores em razão de sua extraconcursalidade, e retificado a monta concursal para o importe de R\$ 1.013.805,75 (um milhão treze mil oitocentos e cinco reais e setenta e cinco centavos), na Classe III – Créditos Quirografários.**



2.14 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO - BANCO SOFISA S.A

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 18.291.192,30	R\$ 0	R\$ 0


O Credor Banco Sofisa S.A. apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a **exclusão** integral do importe de sua titularidade da Recuperação Judicial.

O petitório do credor repousa sobre o pedido de exclusão integral de créditos vinculados a contratos com garantias fiduciárias de bens móveis.


Alega o Credor que celebrou junto ao Grupo Recuperando seis contratos, quase sejam, Cédula de Crédito Bancário nº CAP 15258-1 (16/11/2021); Cédula de Crédito Bancário nº PMT 17337-1 (25/02/2022); Cédula de Crédito Bancário nº PMT 13858-2 (31/08/2021); Cédula de Crédito Bancário nº PMT 18689-7 (12/05/2022); Cédula de Crédito Bancário nº PMT 25211-6 (02/01/2023); e Cédula de Crédito Bancário nº PAF 08978-6 (30/10/2020).

Destarte, em análise dos instrumentos contratuais celebrado pelas partes, para além das garantias fidejussórias, tem-se que as garantias fiduciárias vinculada ao negócio jurídico se referem a cessão de direitos creditórios, que se restaram pactuadas em favor do credor, em importe equivalente a **integralidade** do saldo devedor do instrumento contratual, a saber:

Cédula de Crédito Bancário nº CAP 15258-1 (16/11/2021):



CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº CAP15258-1  
EMPRESTIMO



☐ Cessão Fiduciária de CDB

☐ Cessão Fiduciária de CHEQUES

☐ Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito

☒ Cessão Fiduciária de DUPLICATAS

☐ OUTRAS

Descrição da Garantia

As garantias são constituídas nos termos do(s) ANEXO(S) que integra(m) a presente CCB como se aqui estivesse(m) inteiramente transcrito(s), para todos os fins e efeitos de direito.  
Percentual mínimo da garantia: 100,00 % (CEM INTEIROS por cento) do valor atualizado desta CCB.

Cédula de Crédito Bancário nº PMT 17337-1 (25/02/2022):

VI - CARACTERÍSTICAS DA CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO / CONTRATO / INSTRUMENTO GARANTIDO (OBRIGAÇÕES GARANTIDAS):

1. Especificação:  
☒ CCB - CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - EMPRESTIMO      nº PMT17337-1  
☐ CCB - CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - RESCISÃO DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE      nº Nihil  
☐ CCB - CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - Nihil      nº Nihil  
☐ OUTRAS      Nihil

2. Valor - R\$:  
R\$ 3.000.000,00 (TRÊS MILHÕES DE REAIS)

3. Local e Data de Emissão:  
SAO JOSE DOS PINHAIS : 25/02/2022

4. Prazo:  
733 ( SETECENTOS E TRINTA E TRÊS dias )

5. Vencimento Final:  
28/02/2024

6. Taxa de Juros Efetiva - %:  
5,9145 % ao ano 0,4800 % ao mês

7. Custo Efetivo Total - CET:  
7,6559 % a.a. 0,6082 % a.m.

8. Encargos:  
☐ Por Exatidão    ☐ Por Atrasos    ☒ Por Multas

VI - QUANTIA DA GARANTIA: DUPLICATAS:  
Percentual Mínimo Contratado para a Garantia:  
80,0000 % ( OITENTA INTEIROS por cento ) do valor atualizado das Obrigações Garantidas.

DISCRIMINAÇÃO: Duplicatas eletrônicas, emitidas e a serem emitidas pelo Cliente e/ou pelo(s) Interventente(s) Garante(s), todas resultante de vendas mercantis/prestação de serviços já realizadas e/ou que forem realizadas durante a vigência das Obrigações Garantidas. Referidas duplicatas eletrônicas são/serão emitidas sob a forma de caracteres criados em computador, oriundos da escrituração do Cliente e/ou do(s) Interventente(s) Garante(s), nos termos do artigo 889, § 3º, do Código Civil.

As duplicatas serão entregues ao Sofisa uma única vez ou de tempos em tempos, conforme as características das Obrigações Garantidas, por meio da transferência de arquivo eletrônico e serão consideradas válidas, independentemente de registro ou de qualquer outra formalidade.



Cédula de Crédito Bancário nº PMT 13858-2 (31/08/2021):

**INSTRUMENTO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DUPLICATAS Nº PMT13858-2**

**V – OBJETO DA GARANTIA: DUPLICATAS:**

Percentual Mínimo Contratado para a Garantia:

80,00 % (OITENTA INTEIROS por cento) do valor atualizado das Obrigações Garantidas.

**DISCRIMINAÇÃO:** Duplicatas eletrônicas, emitidas e a serem emitidas pelo Cliente e/ou pelo(s) Interviente(s) Garante(s), todas resultante de vendas mercantis/prestações de serviços já realizadas e/ou que forem realizadas durante a vigência das Obrigações Garantidas. Referidas duplicatas eletrônicas são/serão emitidas sob a forma de caracteres criados em computador, oriundos da escrituração do Cliente e/ou do(s) Interviente(s) Garante(s), nos termos do artigo 889, § 3º, do Código Civil.

As duplicatas serão entregues ao Sofisa uma única vez ou de tempos em tempos, conforme as características das Obrigações Garantidas, por meio da transferência de arquivo eletrônico e serão consideradas válidas, independentemente de registro ou de qualquer outra formalidade.

Cédula de Crédito Bancário nº PMT 18689-7 (12/05/2022):

**VI – CARACTERÍSTICAS DA CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO / CONTINUAÇÃO DO INSTRUMENTO GARANTIDO (OBRIGAÇÕES GARANTIDAS):**

1. Especificação:  
☒ CCB – CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO – EMPRÉSTIMO Nº PMT18689-7  
☐ CCB – CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO – ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE Nº NIHL  
☐ CCB – CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO NIHL Nº NIHL  
☐ Outras: NIHL

2. Valor - R\$  
R\$ 3.000.000,00 (TRÊS MILHÕES DE REAIS)

3. Local e data de emissão:  
SAO JOSE DOS PINHAIS / 12/05/2022

4. Prazo  
732 (SETECENTOS E TRINTA E DOIS dias)

5. Vencimento Final  
13/05/2024

6. Taxa de Juros Efetiva - %  
5,9145 % ao ano 0,4800 % ao mês

7. Encargos:  
☐ Pré-fixados ☐ Pós-fixados ☒ Flutuantes

**VII – OBJETO DA GARANTIA (DUPLICATAS):**

Percentual Mínimo Contratado para a Garantia:  
80,0000 % (OITENTA INTEIROS por cento) do valor atualizado das Obrigações Garantidas.

**DISCRIMINAÇÃO:** Duplicatas eletrônicas, emitidas e a serem emitidas pelo Cliente e/ou pelo(s) Interviente(s) Garante(s), todas resultante de vendas mercantis/prestações de serviços já realizadas e/ou que forem realizadas durante a vigência das Obrigações Garantidas. Referidas duplicatas eletrônicas são/serão emitidas sob a forma de caracteres criados em computador, oriundos da escrituração do Cliente e/ou do(s) Interviente(s) Garante(s), nos termos do artigo 889, § 3º, do Código Civil.

As duplicatas serão entregues ao Sofisa uma única vez ou de tempos em tempos, conforme as características das Obrigações Garantidas, por meio da transferência de arquivo eletrônico e serão consideradas válidas, independentemente de registro ou de qualquer outra formalidade.

Cédula de Crédito Bancário nº PMT 25211-6 (02/01/2023):

**IV – CARACTERÍSTICAS DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS (OBRIGAÇÕES):**

1. Especificação:  
☒ CCB – CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO – EMPRÉSTIMO Nº PMT25211-6  
☐ CCB – CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO – ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE Nº NIHL  
☐ CCB – CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO NIHL Nº NIHL  
☐ Outras: NIHL

2. Valor R\$  
2.500.000,00 (DOIS MILHÕES E QUINHENTOS MIL REAIS)

3. Local e data de emissão:  
SAO JOSE DOS PINHAIS / 02/01/2023

4. Prazo  
731 (SETECENTOS E TRINTA E UM dias)

5. Vencimento final  
02/01/2025

6. Taxa de juros - %  
19,5618 % ao ano 1,5000 % ao mês

7. Encargos:  
☐ Pré-fixados ☐ Pós-fixados ☒ Flutuantes

**V OBJETO DA GARANTIA (DUPLICATAS):**

Percentual Mínimo para a Garantia:  
20,0000% (VINTE INTEIROS por cento) do valor atualizado das OBRIGAÇÕES.

Cédula de Crédito Bancário nº PAF 08978-6 (30/10/2020):

**VI – GARANTIAS**

☐ ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BENS MÓVEIS  
☐ ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BENS IMÓVEIS  
☐ ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE VEÍCULOS  
☐ CESSÃO FIDUCIÁRIA DE CDB  
☐ CESSÃO FIDUCIÁRIA DE CHEQUES  
☐ CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS DE CRÉDITO  
☒ CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DUPLICATAS  
☐ Outras: NIHL

AS GARANTIAS SÃO CONSTITUÍDAS NOS TERMOS DO(S) ANEXO(S) QUE INTEGRAM A PRESENTE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO (CCB) COMO SE AQUI ESTIVESSE(M) INTERAMENTE TRANSCRITO(S), PARA TODOS OS FINS E EFEITOS DE DIREITO.

Percentual mínimo da garantia: 20,00% (VINTE INTEIROS por cento) do valor atualizado desta CCB.

Veja-se que, não obstante a cessão fiduciária de direitos creditórios se diferenciar da alienação fiduciária convencional, possui a mesma finalidade, e de igual forma não está sujeita aos efeitos da Recuperação Judicial, tendo em vista que a condição que estabelece a extraconcursalidade desse tipo de garantia se dá em razão da propriedade fiduciária do bem móvel ou imóvel, conforme previsto no art. 49, §3º da LREF<sup>74</sup>.

74 Art. 49.  
§ 3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretroatividade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato



A cessão fiduciária de direitos creditórios se caracteriza pela transferência de títulos de crédito (performados ou não) do detentor originário em favor de uma instituição financeira, momento o qual, àquele primeiro tem acesso ao crédito adiantado pelo segundo, sendo que doravante, o último citado torna-se titular dos direitos creditórios na condição de proprietário fiduciário destes bens cedidos, sendo que a cessão propriamente mencionada se dá em face dos direitos creditórios a serem concretizados através dos recebíveis, e não dos títulos em créditos propriamente ditos, isto é, a cessão ocorre antes mesmo destes créditos performarem.

Em relação a (extra)concursalidade do montante vinculado a este tipo de garantia, o Doutrinador Marcelo Sacramone exara as seguintes considerações:

Dentro do gênero negócio fiduciário, duas espécies podem ser apontadas. A alienação fiduciária em garantia e a cessão fiduciária em garantia. Ambos os tipos de propriedade fiduciária estão excluídos da recuperação judicial, visto que o art. 49, § 3º, exclui da submissão à recuperação judicial a propriedade fiduciária e não a restringe quanto ao tipo de negócio jurídico fiduciário que lhe deu causa.

A alienação fiduciária em garantia consiste na transmissão da propriedade de coisa material ao credor, pelo devedor, com escopo de garantia. **A cessão fiduciária, por seu turno, também é espécie de negócio fiduciário, mas o cedente transfere ao cessionário a titularidade de direitos ou títulos de crédito com a finalidade de garantir a satisfação de uma dívida.** [...]

Nos termos do art. 49, § 3º, o credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis manterá os direitos de propriedade sobre a coisa, de forma que poderá retomá-la, diante do inadimplemento, **não se submetendo aos efeitos da recuperação judicial do devedor. Pelo dispositivo legal, tutela-se o direito de propriedade do referido credor.** Seu crédito não se sujeita à recuperação judicial, entretanto, apenas pelo bem que lhe foi transferido fiduciariamente em garantia, o qual deve ser liquidado pelo credor para amortizar o valor de seu crédito.<sup>75</sup>

Também corrobora o entendimento do Tribunal de Justiça do Paraná, a saber:

agravo de instrumento – impugnação À LISTA DE CREDITORES – decisão que julgou improcedente o pedido – IRRESIGNAÇÃO DA IMPUGNANTE – ALEGAÇÃO DE QUE O CRÉDITO GARANTIDO POR CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO SE SUBMETE À RECUPERAÇÃO JUDICIAL – ACOLHIDA – EXTRACONCURSALIDADE EVIDENCIADA – artigo 49, § 3º, da lei nº 11.101/05 – necessidade de individualização que não se confunde com a exigência de apontar as CARACTERÍSTICAS de cada título – identificação da garantia – trava bancária – recebíveis identificados – entendimento desta corte e do superior tribunal de justiça – requisitos do artigo 1.362 do código civil presentes – recurso provido (TJPR - 18ª C.Cível - 0039051-70.2018.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: Desembargadora Denise Kruger Pereira - J. 13.03.2019)<sup>76</sup>

AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CRÉDITO. DECISÃO QUE ACOLHE PARCIALMENTE A IMPUGNAÇÃO, PARA EXCLUIR DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL O CRÉDITO GARANTIDO COM ALIENAÇÃO

de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial. (Destacamos)

<sup>75</sup> SACRAMONE, Marcelo B. Comentários à Lei Recuperação de Empresas e Falência.: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553622531. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553622531/>. Acesso em: 14 out. 2022.

<sup>76</sup> (TJ-PR - AI: 00390517020188160000 PR 0039051-70.2018.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Desembargadora Denise Kruger Pereira, Data de Julgamento: 13/03/2019, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/03/2019)



FIDUCIÁRIA. INSURGÊNCIA. PLEITO DE EXCLUSÃO TAMBÉM DOS CRÉDITOS GARANTIDOS COM CESSÃO FIDUCIÁRIA. ACOLHIMENTO. DESNECESSÁRIA A INDIVIDUALIZAÇÃO DOS TÍTULOS QUE GARANTEM O CRÉDITO. TÍTULOS A PERFORMAR, SEQUER EMITIDOS NA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO. **GARANTIA QUE RECAÍ SOBRE OS PRÓPRIOS DIREITOS CREDITÓRIOS. PRECEDENTES DO STJ E DESTE TRIBUNAL. DECISÃO REFORMADA.** RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJPR - 18ª C. Cível - 0071505-98.2021.8.16.0000 - Maringá - Rel.: JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU CRISTIANE SANTOS LEITE - J. 11.05.2022)<sup>77</sup> (Destacamos)

APELAÇÕES CÍVEIS. Embargos à execução opostos por empresa em recuperação judicial e ação ordinária fundada no art. 19 da Lei de Recuperação de Empresas proposta por credora diversa. Sentença de julgamento conjunto que extinguiu, sem exame do mérito, por inépcia, parte dos pleitos formulados nos embargos à execução e, por fim, declarou a improcedência dos demais pedidos formulados em ambas as demandas, concluindo que o crédito objeto das demandas é extraconcursal. 1) EMBARGOS À EXECUÇÃO. 1.1) Razões recursais lançadas pela recuperanda que apenas reiteram o conteúdo da petição inicial na parte que versou sobre a revisão do contrato, sem combater o fundamento acerca da inépcia da petição inicial, o que configura afronta ao princípio da dialeticidade. Recurso conhecido parcialmente, apenas no que tratou da submissão do crédito à recuperação judicial 1.2) **Razões acerca da concursalidade do crédito que não prosperam, pois, performedo ou não o título objeto de cessão fiduciária, o crédito garantido permanece albergado pelo § 3º do art. 49 da Lei de Recuperação de Empresas, sendo extraconcursal.** 1.3) RECURSO DESPROVIDO. 2) AÇÃO ORDINÁRIA. 2.1) Razões recursais no sentido de que, não performedo o título objeto da cessão fiduciária, a garantia é perdida, devendo o crédito ser classificado como extraconcursal. 2.1) **Não acolhimento, pois, performedo ou não, o crédito continua albergado pelo § 3º do art. 49 da Lei de Recuperação de Empresas, não havendo razão para retificação do quadro-geral de credores.** 2.3) RECURSO DESPROVIDO<sup>78</sup>. (Destacamos)

E na mesma linha, o Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO INTERNO. DECISÃO DE PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA DE RECEBÍVEIS. AUSÊNCIA DE DIFERENÇA ENTRE CRÉDITOS A SEREM PERFORMADOS APÓS A DECISÃO DE PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E AQUELES JÁ PERFORMADOS ATÉ AQUELE MARCO TEMPORAL. CONSTITUIÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA COM A CONTRATAÇÃO. ENTENDIMENTO DESTA CORTE NESSE SENTIDO. 1. A constituição da propriedade fiduciária, oriunda de cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis e de títulos de crédito, dá-se a partir da própria contratação. 2. O crédito garantido fiduciariamente, como na espécie, não se submete à recuperação judicial, por força do art. 49, § 3º, da Lei n. 11.101/2005, pois é de propriedade (resolúvel) do credor, e não da empresa recuperanda. **3. É desinfluyente, portanto, o momento em que é performedo, se antes ou depois do processamento da recuperação. Julgados desta Corte nesse sentido.** 4. Agravo interno desprovido.<sup>79</sup> (Destacamos)

77 (TJ-PR - AI: 00715059820218160000 Maringá 0071505-98.2021.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Cristiane Santos Leite, Data de Julgamento: 11/05/2022, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: 12/05/2022)

78 TJ-PR - APL: 00002180820198160142 Rebouças 0000218-08.2019.8.16.0142 (Acórdão), Relator: Rogerio Ribas, Data de Julgamento: 23/03/2023, 17ª Câmara Cível, Data de Publicação: 23/03/2023.

79 (STJ - AgInt no REsp: 1932780 SP 2021/0110156-7, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 29/11/2021, T3 - TERCEIRA TURMA, Data

Desta feita, considerando que a integralidade do contrato é garantida pela cessão fiduciária, é medida que se impõe reconhecer a extraconcursabilidade integral do importe em sintonia ao pedido do credor, por força do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** da Divergência apresentada pelo Credor, sendo a integralidade de seus créditos **excluídos** da relação de credores em razão de sua extraconcursabilidade.

## 2.15 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – BEBÊ SAÚDE LTDA

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 56.988,50	R\$ 89.341,73	R\$ 88.977,06

O Credor **Bebê Saúde LTDA** apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do crédito de sua titularidade para o importe de **R\$ 89.341,73 (oitenta e nove mil trezentos e quarenta e um reais e setenta e três centavos)**.

Em síntese, aduz o Credor que o valor do crédito indicado pelas Recuperandas está incorreto, apresentando documentos comerciais (notas fiscais) e memória de cálculo devidamente atualizada até a data do pedido de Recuperação Judicial (02/03/2023), nos seguintes termos:

NOTA FISCAL	VALOR EM 02/03/2023 (em reais)
1681	1.450,84
1639	17.722,15
1640	1.268,35
1665	6.061,14
1685	27.952,47
1689	739,80
1771	32.688,96
1670	1.093,35
18557	364,67
<b>Valor Total</b>	<b>89.341,73</b>

Ocorre que, em análise aos documentos indicados pelo credor, tem-se que a **NF nº 1855** fora emitida em **28/03/2023**, isto é, após a data do pedido de Recuperação Judicial (**02/03/2023**), considerando ainda que não foi possível averiguar se a venda do produto, ou seja, fato gerador, se deu em data anterior, o que torna o crédito vinculado ao documento em questão não sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial, na forma do art. 49 da LREF e do tema 1051 do STJ, a saber:



DATA DE RECEBIMENTO		IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEDEDOR		N. 000018557 SÉRIE 1	
		<b>DANFE</b> DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0-ENTRADA 1-SAÍDA N. 000018557 SÉRIE 1 FOLHA 01/01			
Identificação do emitente <b>BEBE SAUDE LTDA</b> RUA CUIABÁ, 330 AEROPORTO Cep:37031-090 VARGEM/MS Fone: 55130509905				<b>CHAVE DE ACESSO DA NF-e</b> 3123 0302 7296 8700 0550 5500 1000 0185 5711 0982 8040 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e <a href="http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal">www.nfe.fazenda.gov.br/portal</a> ou no site da SEFAZ Autorizada	
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA SUJEITA TRIBUT				PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 131235292689615 28/03/2023 13:36:02 40:00	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 093349340174		INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT		CNPJ/CPF 02.729.687.0005-50	
DESTINATÁRIO/REMITENTE NOME/RAZÃO SOCIAL TOP FARMACIA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP ENDEREÇO AV. MINISTRO JOÃO ARINOS, 5065 MUNICÍPIO CAMPO GRANDE UF MS CEP 79045-005 INSCRIÇÃO ESTADUAL 2835196322		CNPJ/CPF 10.809.902.0001-09 BARRIO/ENDEREÇO JARDIM NOROESTE CEP 79045-005 INSCRIÇÃO ESTADUAL 2835196322		<b>DATA DE EMISSÃO</b> 28/03/2023 <b>DATA DE ENTRADA/SAÍDA</b> 28/03/2023 <b>HORA DE ENTRADA/SAÍDA</b> 15:07:00	
FONE/FAX 06733451600		UF MS			
MUNICÍPIO CAMPO GRANDE					
CEP 79045-005					
INSCRIÇÃO ESTADUAL 2835196322					
FOLHA 01/01					

Veja-se que, não obstante o consignado no tema 1051 do STJ, quanto a imprescindibilidade da análise do fator gerador do crédito/obrigação para concluir pela (extra)concursalidade de determinado importe na Recuperação Judicial, não se tem notícia que a causa adjacente do negócio jurídico que deu origem a NF em questão fora realizado outrora que não aquela constante na data de emissão, razão pela qual o entendimento desta AJ é pela procedência parcial do pedido.

Compulsando a documentação apresentada pelo Credor e pelas Recuperandas, esta Administradora Judicial pode constatar a existência da transação comercial pactuada entre partes, bem como, verificou que todas os títulos extrajudiciais (instrumento comprobatório do crédito), exceto a NF nº 18557, foram constituídos antes do pedido de recuperação judicial e, portanto, estão sujeitos à recuperação, nos termos do art. 49 da Lei nº 11.101/2005.

Destarte, em análise dos referidos instrumentos e das respectivas planilhas de débitos, verifica-se que o Credor observou a limitação de aplicação de correção monetária imposta pelo art. 9º, inc. II, da Lei 11.101/2005, culminando no valor requerido.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PARCIAL PROCEDÊNCIA** da **Divergência** apresentada, **sendo retificado a monta de seu crédito para o importe de R\$ 88.977,06 (oitenta e oito mil novecentos e setenta e sete reais e seis centavos)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**.

**2.16 – ANUÊNCIA DE CRÉDITO – BELLIZ INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 6.926,94	R\$ 6.926,94	R\$ 6.926,94

O Credor Belliz Indústria, Comércio, Importação e Exportação EIRELI apresentou anuência a esta Administradora Judicial, ocasião em que requereu a manutenção do valor de sua titularidade em **R\$ 6.926,94 (seis mil novecentos e vinte e seis reais e noventa e quatro centavos)**.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** da anuência apresentada pelo Credor, sendo mantido seu crédito habilitado no valor de **R\$ 6.926,94 (seis mil novecentos e vinte e seis reais e noventa e quatro centavos)**, na **Classe III - Créditos Quirografários**.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.141/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: P-J8FW HJCAC K6HEE 3W2HB

## 2.17 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – BENO BRANDAO ADVOGADOS ASSOCIADOS

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 14.077,50	R\$ 29.694,72	R\$ 29.694,72

O Credor **Beno Brandao Advogados Associados** apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do crédito de sua titularidade para o importe de **R\$ 29.694,72 (vinte e nove mil seiscentos e noventa e quatro reais e setenta e dois centavos)**.

Em síntese, aduz o Credor que o valor do seu crédito indicado pelas Recuperandas está incorreto, apresentando documentos comerciais (notas fiscais) e memória de cálculo devidamente atualizada até a data do pedido de Recuperação Judicial (02/03/2023), nos seguintes termos:

NOTA FISCAL	VALOR EM 02/03/2023
4418	R\$ 14.847,36
4400	R\$ 15.820,30
<b>Valor Total</b>	<b>R\$ 29.694,72</b>

Compulsando a documentação apresentada pelo Credor e pelas Recuperandas, esta Administradora Judicial pode constatar a existência da transação comercial pactuada entre partes, bem como, verificou que todos os títulos extrajudiciais (instrumento comprobatório do crédito) foram constituídos antes do pedido de recuperação judicial e, portanto, estão sujeitos à recuperação, nos termos do art. 49 da Lei nº 11.101/2005.

Destarte, em análise dos referidos instrumentos e das respectivas planilhas de débitos, verifica-se que o Credor observou a limitação de aplicação de correção monetária imposta pelo art. 9º, inc. II, da Lei 11.101/2005, culminando no valor requerido.

Ademais, contata-se em análise da documentação comprobatória, que o crédito é oriundo de contato de honorários (prestação de serviços advocatícios), motivo pelo qual se faz necessária sua reclassificação para a Classe I – Créditos Derivados da Legislação Trabalhista por equiparação, nesse sentido o entendimento Superior Tribunal de Justiça é consolidado acerca de tal paridade.

Fora firmado o tema 637 sob rito dos Recursos Repetitivos no STJ, in fine:

*“I -Os créditos resultantes de honorários advocatícios têm natureza alimentar e equiparam-se aos trabalhistas para efeito de habilitação em falência, seja pela regência do Decreto-Lei n. 7.661/1945, seja pela forma prevista na Lei n. 11.101/2005, observado o limite de valor previsto no artigo 83, inciso I, do referido Diploma legal. II - são créditos extraconcursais os honorários de advogado resultantes de trabalhos prestados à massa falida, depois do decreto de falência, nos termos dos arts. 84 e 149 da Lei n. 11.101/2005.”*

Nada obstante, em recente julgado expôs o STJ:

**DIREITO EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RECURSO ESPECIAL. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NATUREZA ALIMENTAR. CRÉDITO TRABALHISTA POR EQUIPARAÇÃO. LIMITAÇÃO DO TRATAMENTO PREFERENCIAL (LEI 11.101/2005, ART. 83, I).**



POSSIBILIDADE. PREVISÃO NO PLANO. QUESTÃO FÁTICA. NECESSIDADE DE MANIFESTAÇÃO DO TRIBUNAL A QUO. OMISSÃO RELEVANTE CONFIGURADA. RECURSOS ESPECIAIS PARCIALMENTE PROVIDOS. 1. “1.1) Os créditos resultantes de honorários advocatícios têm natureza alimentar e equiparam-se aos trabalhistas para efeito de habilitação em falência, seja pela regência do Decreto-Lei n. 7.661/1945, seja pela forma prevista na Lei n. 11.101/2005, observado, neste último caso, o limite de valor previsto no artigo 83, inciso I, do referido Diploma legal” ( REsp 1.152.218/RS, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Corte Especial, DJe de 9/10/2014). 2. “Em se tratando de crédito trabalhista por equiparação (honorários advocatícios de alta monta), as Turmas de Direito Privado firmaram o entendimento de que é possível, por deliberação da AGC, a aplicação do limite previsto no art. 83, I, da Lei 11.101/2005 às empresas em recuperação judicial, desde que devida e expressamente previsto pelo plano de recuperação judicial, instrumento adequado para dispor sobre forma de pagamento das dívidas da empresa em soerguimento (princípio da preservação da empresa)” ( REsp 1.812.143/MT, Relator Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, DJe de 17/11/2021). 3. Na hipótese, o eg. Tribunal a quo não se manifestou sobre fato essencial ao julgamento da questão de direito, relativamente à existência, ou não, de previsão no plano de recuperação judicial - instrumento adequado para dispor sobre a forma de pagamento das dívidas da sociedade em soerguimento - da limitação pleiteada, o que impede que se aplique, de pronto, o entendimento adotado por ambas as Turmas de direito privado no que diz respeito à aplicabilidade do art. 83, I, da Lei 11.101/2005 à hipótese dos autos, mormente diante das vedações impostas pelas Súmulas 5 e 7 deste Pretório. 4. Ademais, alega-se peculiaridade relevante, quanto à inexistência de crédito trabalhista à época da aprovação do Plano de Recuperação, o que justificaria a eventual inexistência de previsão no Plano, ensejando, assim, debate acerca da possibilidade de haver ou não a limitação do elevado valor do crédito relativo aos honorários, apesar da inexistência de deliberação em tal sentido, **dado que a natureza alimentar do crédito é reconhecida**. 5. Por tais razões, deve ser acolhida a apontada violação ao art. 1.022 do CPC/2015, tão somente com relação ao pleito de limitação do valor dos créditos a 150 salários-mínimos, nos termos do art. 83, I, da Lei 11.101/2005, anulando-se o v. acórdão proferido em sede de embargos declaratórios para que outro seja proferido e, assim, sanada a omissão verificada, inclusive quanto às peculiaridades do caso, notadamente à inexistência de crédito trabalhista à época da aprovação do Plano de Recuperação, deliberando-se quanto ao cabimento ou não da limitação do valor do crédito. 6. Recursos especiais parcialmente providos.<sup>80</sup>

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** da **Divergência** apresentada, **sendo retificado a monta de sua titularidade para o importe de R\$ 29.694,72 (vinte e nove mil seiscentos e noventa e quatro reais e setenta e dois centavos)**, e reclassificado para a **Classe I - Créditos Derivados da Legislação Trabalhista**.

## 2.18 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – BS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 1.623.150,84	R\$ 1.819.744,46	R\$ 1.819.744,46

O Credor **BS Distribuidora de Produtos de Higiene Ltda** apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do crédito de sua titularidade para o importe de **R\$ 1.819.744,46 (um milhão oitocentos e dezenove mil setecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e seis centavos)**.

Em síntese, aduz o Credor que o valor do seu crédito indicado pelas Recuperandas está incorreto, apresentando documentos comerciais (notas fiscais) e memória de cálculo devidamente atualizada até a data do pedido de Recuperação Judicial (02/03/2023), nos seguintes termos:

NOTA FISCAL	DATA DE EMISSÃO	VALOR EM 02/03/2023 (em reais)
55073	29/09/2022	236.433,41
56246	29/10/2022	237.201,09
57735	30/11/2022	394.553,46
58128	15/12/2022	320.067,28
59234	12/01/2023	45.973,14
59302	17/01/2023	448.583,15
59304	17/01/2023	2.248,23
59321	18/01/2023	3.147,53
57075	18/11/2022	14.437,23
57112	18/11/2022	3.050,95
57733	30/11/2022	23.568,43
57734	30/11/2022	3.811,74
58130	15/12/2022	22.498,57
59231	12/01/2023	43.587,83
59286	13/01/2023	1.962,00
59290	16/01/2023	18.620,42
<b>VALOR TOTAL</b>		<b>1.819.744,46</b>

Compulsando a documentação apresentada pelo Credor e pelas Recuperandas, esta Administradora Judicial pode constatar a existência da transação comercial pactuada entre partes, bem como, verificou que todos os títulos extrajudiciais (instrumento comprobatório do crédito) foram constituídos antes do pedido de recuperação judicial e, portanto, estão sujeitos à recuperação, nos termos do art. 49 da Lei nº 11.101/2005.

Destarte, em análise do referido instrumento e dos respectivos anexos, verifica-se que o Credor observou a limitação de aplicação de correção monetária imposta pelo art. 9º, inc. II, da Lei 11.101/2005, culminando no valor requerido.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** da **Divergência** apresentada, **sendo retificado a monta de seu crédito para o importe de R\$ 1.819.744,46 (um milhão oitocentos e dezenove mil setecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e seis centavos)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**.

## 2.19 ANUÊNCIA DE CRÉDITO – CONFECÇÕES CAPRICHOS LTDA

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 18.457,75	R\$ 18.457,75	R\$ 18.457,75

O Credor Confeções Capricho Ltda, Importação e Exportação EIRELI apresentou anuência a esta Administradora Judicial, ocasião em que requereu a manutenção do valor de sua titularidade em **R\$ 18.457,75 (dezoito mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e setenta e cinco centavos)**.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** da anuência apresentada pelo Credor, sendo mantido seu crédito habilitado no valor de **R\$ 18.457,75 (dezoito mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e setenta e cinco centavos)**, na **Classe III - Créditos Quirografários**.

## 2.20 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 31.394,99	R\$ 0	R\$ 0

O Credor Copel Distribuição S.A. apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a exclusão integral dos créditos de sua titularidade.

Aduz o Credor, que não possui créditos inadimplidos pelas Recuperandas sujeitos a esta Recuperação Judicial.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória e da informação prestada pelo Credor de inexistência de crédito perante as Recuperandas, **esta Administradora Judicial** conclui pela **PROCEDÊNCIA** da Divergência apresentada pelo Credor, sendo **excluído** a integralidade do valor de sua titularidade da relação de credores.

## 2.21 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – DEPIBUS COMERCIO DE COSMETICOS LTDA ME

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 7.719,54	R\$ 12.096,92	R\$ 12.096,92

O Credor **Depibus Comércio De Cosméticos LTDA ME** apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do crédito

de sua titularidade para o importe de **R\$ 12.096,92 (doze mil noventa e seis reais e noventa e dois centavos)**.

Em síntese, aduz o Credor que o valor do seu crédito indicado pelas Recuperandas está incorreto, apresentando documentos comerciais (notas fiscais) e memória de cálculo devidamente atualizada até a data do pedido de Recuperação Judicial (02/03/2023), nos seguintes termos:

NOTA FISCAL	DATA DE EMISSÃO	VALOR EM 02/03/2023 (em reais)
5519	19/12/2022	847,32
5598	16/01/2023	1.547,72
5671	31/01/2023	4.550,64
5726	24/02/2023	5.151,24
VALOR TOTAL		12.096,92

Compulsando a documentação apresentada pelo Credor e pelas Recuperandas, esta Administradora Judicial pode constatar a existência da transação comercial pactuada entre partes, bem como, verificou que todos os títulos extrajudiciais (instrumento comprobatório do crédito) foram constituídos antes do pedido de recuperação judicial e, portanto, estão sujeitos à recuperação, nos termos do art. 49 da Lei nº 11.101/2005.

Destarte, em análise do referido instrumento e dos respectivos anexos, verifica-se que o Credor observou a limitação de aplicação de correção monetária imposta pelo art. 9º, inc. II, da Lei 11.101/2005, culminando no valor requerido.

Ademais, cumpre mencionar que o Credor em comento é **microempresa**, e desta feita, tendo em vista a previsão do art. 41, IV da Lei 11.101/2005, deve ser transferido para Classe IV – Créditos ME/EPP, conforme entendimento jurisprudencial uníssono infra:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO. INCLUSÃO DE CRÉDITOS EXTRAJUDICIAIS NO QUADRO GERAL DE CREDORES. IMPOSSIBILIDADE. CARÁTER COGENTE DA CLASSIFICAÇÃO LEGAL. ALTERAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO QUE PODERIA GERAR RISCO DE DILUIÇÃO DO PODER DE VOTO DOS DEMAIS CREDORES. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Conforme dispõe a lei n. 11.101/05 sobre a classificação dos créditos, impõe-se o enquadramento dos créditos devidos pela recuperanda nas seguintes classes/grupos: (a) extraconcursais, (b) concursais trabalhistas, (c) concursais com garantia real, (d) concursais quirografários, (e) concursais titulados por ME ou EPP. **Neste sentido, e considerando o caráter cogente desta classificação de créditos, não se pode admitir a inclusão de um crédito em uma classe/grupo que não aquela a que pertença por força de lei. (...)**. Deste modo, em suma, não é possível à parte credora e à recuperanda negociarem a inclusão de créditos extraconcursais em uma classe concursal da recuperação judicial. 3. Por sinal, há que se destacar a própria ausência de interesse da parte credora, ora agravada, no pedido de habilitação dos créditos extraconcursais, uma vez que, enquanto o crédito extraconcursal pode ser exigido imediata e integralmente, o crédito concursal trabalhista se sujeita aos prazos e descontos previstos no plano de recuperação judicial.

”81

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** da **Divergência** apresentada, **sendo retificado a monta de seu crédito para o importe de R\$ 12.096,92 (doze mil noventa e seis reais e noventa e dois centavos)**, e reclassificação para **Classe IV – Créditos ME/EPP**.

2.22 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – DEVISA COMERCIAL LTDA -ME

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 83.516,61	R\$ 84.434,21	R\$ 84.434,21

O Credor Devisa Comercial Ltda ME apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do crédito de sua titularidade para o importe de **R\$ 84.434,21 (oitenta e quatro mil quatrocentos e trinta e quatro reais e vinte e um centavos)**.

Em apertada síntese, aduz o Credor que o valor do seu crédito indicado pelas Recuperandas está incorreto, apresentando documentos comerciais (notas fiscais) constituídas antes do pedido de Recuperação Judicial sendo elas:

Nota Fiscal	Data de Emissão	Valor (em reais)
36900	18/11/2022	15.138,70
37604	28/12/2022	4.777,53
37469	16/12/2022	2.922,35
37231	06/12/2022	2.248,56
36900	18/11/2022	15.138,70
37604	28/12/2022	4.777,53
37469	16/12/2022	2.922,34
37761	16/01/2023	3.895,95
37604	28/12/2022	4.777,52
37995	31/01/2023	5.535,85
37761	16/01/2023	3.895,95
38108	08/02/2023	1.145,20
37995	31/01/2023	5.535,85
37761	16/01/2023	3.895,94
38108	08/02/2023	1.145,20
37995	31/01/2023	5.535,84
38108	08/02/2023	1.145,20
VALOR TOTAL		84.434,21

Compulsando a documentação apresentada pelo Credor e pelas Recuperandas, esta Administradora Judicial pode constatar a existência da transação comercial pactuada entre partes, bem como, verificou que todas os títulos extrajudiciais (instrumento comprobatório do crédito) foram constituídos antes do pedido de recuperação judicial e, portanto, estão sujeitos à recuperação, nos



termos do art. 49 da Lei nº 11.101/2005.

Ademais, cumpre mencionar que o Credor em comento é **microempresa**, e desta feita, tendo em vista a previsão do art. 41, IV da Lei 11.101/2005, deve ser transferido para Classe IV – Créditos ME/EPP, conforme entendimento jurisprudencial uníssono infra:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO. INCLUSÃO DE CRÉDITOS EXTRAJUDICIAIS NO QUADRO GERAL DE CREDORES. IMPOSSIBILIDADE. CARÁTER COGENTE DA CLASSIFICAÇÃO LEGAL. ALTERAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO QUE PODERIA GERAR RISCO DE DILUIÇÃO DO PODER DE VOTO DOS DEMAIS CREDORES. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Conforme dispõe a lei n. 11.101/05 sobre a classificação dos créditos, impõe-se o enquadramento dos créditos devidos pela recuperanda nas seguintes classes/grupos: (a) extrajudiciais, (b) judiciais trabalhistas, (c) judiciais com garantia real, (d) judiciais quirografários, (e) judiciais titulados por ME ou EPP. **Neste sentido, e considerando o caráter cogente desta classificação de créditos, não se pode admitir a inclusão de um crédito em uma classe/grupo que não aquela a que pertença por força de lei.** (...). Deste modo, em suma, não é possível à parte credora e à recuperanda negociarem a inclusão de créditos extrajudiciais em uma classe judicial da recuperação judicial. 3. Por sinal, há que se destacar a própria ausência de interesse da parte credora, ora agravada, no pedido de habilitação dos créditos extrajudiciais, uma vez que, enquanto o crédito extrajudicial pode ser exigido imediata e integralmente, o crédito judicial trabalhista se sujeita aos prazos e descontos previstos no plano de recuperação judicial.

”82

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** da **Divergência** apresentada, **sendo retificado a monta de seu crédito para o importe de R\$ 84.434,21 (oitenta e quatro mil quatrocentos e trinta e quatro reais e vinte e um centavos)**, e reclassificação para **Classe IV – Créditos ME/EPP**.

2.23 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – ECOLOG SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 210,70	R\$ 421,40	R\$ 210,70

O Credor Ecolog Serviços Ambientais Ltda apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do crédito de sua titularidade para o importe de **R\$ 421,40 (quatrocentos e vinte e um reais e quarenta centavos)**.

Em apertada síntese, aduz o Credor que o valor do seu crédito indicado pelas Recuperandas está incorreto, apresentando documentos comerciais (notas fiscais), sendo elas:

82 TJ-PR - AI: 0025642220218160000 Londrina 0025642-22.2021.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Marcelo Gobbo Dalla Dea, Data de Julgamento: 20/09/2021, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: 20/09/2021.

Nota Fiscal	Data de Emissão	Valor
20233242	03/03/2023	R\$ 210,70
20234860	05/04/2023	R\$ 210,70
VALOR TOTAL		R\$ 421,40

Ocorre que, em análise aos documentos indicados pelo credor, tem-se que a NF nº 20233242 fora emitida em **03/03/2023** e a NF nº 20234860 fora emitida em **05/04/2023**, isto é, ambas após a data do pedido de Recuperação Judicial (**02/03/2023**), considerando ainda que não foi possível averiguar se a venda do produto, ou seja, fato gerador, se deu em data anterior, o que torna o crédito vinculado ao documento em questão não sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial, na forma do art. 49 da LREF e do tema 1051 do STJ.

Veja-se que, não obstante o consignado no tema 1051 do STJ, quanto a imprescindibilidade da análise do fator gerador do crédito/obrigação para concluir pela (extra)concursalidade de determinado importe na Recuperação Judicial, não se tem notícia que a causa adjacente do negócio jurídico que deu origem a NF em questão, fora realizado outrora que não aquela constante na data de emissão, razão pela qual o entendimento desta AJ é pela procedência parcial do pedido.

Ainda, compulsando a documentação apresentada pelas Recuperandas, esta Administradora Judicial pôde constatar a existência da transação comercial pactuada entre partes em momento pretérito ao pedido de Recuperação Judicial, proveniente da NF nº 2023158 emitida em 04/01/2023 e, portanto, sujeita aos efeitos recuperacionais, nos termos do art. 49 da Lei nº 11.101/2005.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **IMPROCEDÊNCIA** da **Divergência** apresentada, **sendo habilitada a monta de seu crédito no importe de R\$ 210,70 (duzentos e dez reais e setenta centavos)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**.

## 2.24 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – EMS S.A.

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 15.301.317,21	R\$ 17.784.651,76	R\$ 16.590.576,49

O Credor **EMS S.A.** apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do crédito de sua titularidade para o importe de **R\$ 17.784.651,76 (dezessete milhões setecentos e oitenta e quatro mil seiscentos e cinquenta e um reais e setenta e seis centavos)**.

Em síntese, aduz o Credor que o valor do seu crédito indicado pelas Recuperandas está incorreto, apresentando documentos comerciais (notas fiscais) e memória de cálculo devidamente atualizada até a data do pedido de Recuperação Judicial (02/03/2023).

Preliminarmente, esta Administradora Judicial em análise do demonstrativo de cálculo apresentado pelo Credor, constatou dentre as diversas notas fiscais apresentadas, a existência de valores referenciados a documentos denominados “CSI”, momento o qual fora questionado do que se tratava o importe, haja vista que não foi possível localizar quaisquer documentos que justificassem sua manutenção, na forma do art. 9, II da LREF.

Após questionado, o Credor informou (conforme e-mail infra) que os mencionados valores serviam tão somente para controle interno, e foram incluídos por equívoco dentre os valores realmente devidos, a saber:



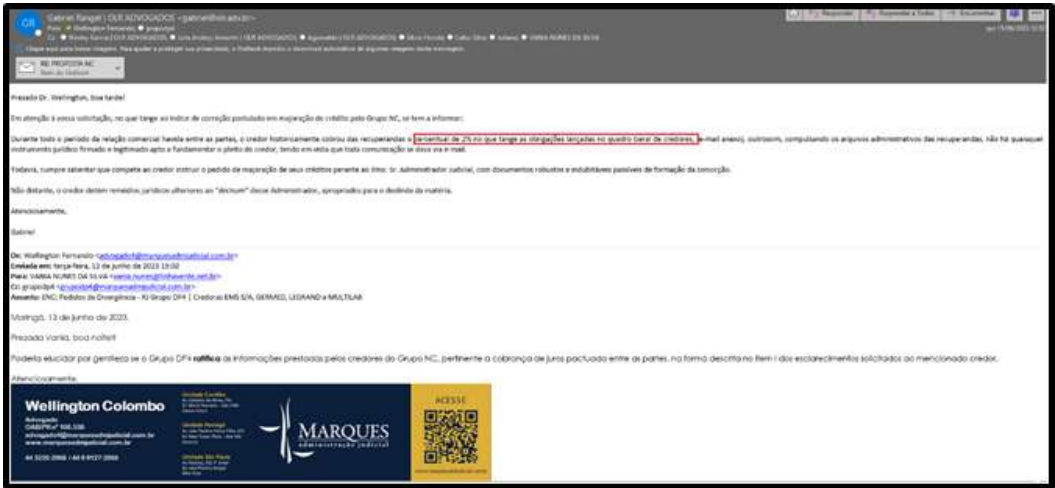
Nesse sentido, esta Administradora Judicial informa que em suas análises desconsiderou quaisquer valores referenciados a CSI, na forma elucidada pelo credor, bem como em atenção ao art. 9º, III da LREF.

Destarte, pertinente aos juros e correção monetária, o Credor informou que, durante toda a relação comercial entre o citado e o Grupo DP4, fora estabelecido que sobre os títulos que possuísem eventuais inadimplências, iriam incidir juros moratórios de 5% A.M. e correção monetária na forma da taxa SELIC, sendo que em razão de um grande volume de inadimplência, durante um curto período os mencionados juros moratórios foram minorados para o patamar de 2% A.M.

Em atenção ao art. 9º, III da LREF, esta AJ questionou o credor quanto a existência de um documento (contrato/acordo) que embasasse a pretensão do Habilitante, primordialmente no que tange aos juros e correção monetária, haja vista a disposição do art. 406 do Código Civil<sup>83</sup>.

O Credor informou que o contrato se deu de forma não escrita, motivo pelo qual, por prudência, esta Administradora Judicial questionou a Recuperanda quanto a procedência desta condição contratual entre ambos.

Todavia, consoante e-mails abaixo, após ser indagada, a Recuperanda informou que a alegação do Credor não procedia, motivo pelo qual, ante a translúcida *conditio sine qua non* de convenção contratual de juros de mora em sintonia ao art. 406 do Código Civil, esta Administradora Judicial entende pela improcedência do pedido pertinente aos juros de 5% A.M. constante na divergência apresentada pelo Credor, sendo considerado o importe de 2% A.M. para fins de cálculo do valor do montante a ser Habilitado, tendo em vista ser o importe incontroverso entre as partes, a saber:



83 Art. 406. Quando os juros moratórios não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PARCIAL PROCEDÊNCIA** da **Divergência** apresentada, **sendo retificado a monta de seu crédito para o importe de R\$ 16.590.576,49 (dezesesseis milhões quinhentos e noventa mil quinhentos e setenta e seis reais e quarenta e nove centavos)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**.

## 2.25 ANUÊNCIA DE CRÉDITO – FALCON COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA-ME

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 266.974,61	R\$ 266.974,61	R\$ 0

O Credor Falcon Comercio de Artigos Esportivos Ltda ME apresentou anuência a esta Administradora Judicial, ocasião em que requereu a manutenção do valor de sua titularidade em **R\$ 266.974,61 (duzentos e sessenta e seis mil novecentos e setenta e quatro reais e sessenta e um centavos)**, na Classe III – Créditos Quirografários.

Em que pese tenha o Credor anuído com o valor do crédito arrolado, não fora apresentado qualquer documento comercial/fiscal que corrobore com o alegado.

Nada obstante, para embasar o crédito em pauta, as Recuperandas apresentaram à esta Administradora Judicial diversas notas fiscais emitidas por outro credor, qual seja, Falcon Distribuição, Armazenamento E Transportes S.A. (CNPJ N° 23.191.831/0001-93), as quais, inclusive, são objeto de pedido de habilitação por parte do credor em comento.

Ante o exposto, considerando a inexistência de documentos que embasem o crédito, e após análise minuciosa da documentação apresentada pelas Recuperandas, esta Administradora Judicial informa que o valor será **EXCLUÍDO** da relação de credores.

## 2.26 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – FALCON DISTRIBUIÇÃO ARMAZENAMENTO E TRANSPORTES S.A

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 1.542.702,89	R\$ 2.480.690,81	R\$ 2.199.541,23

**O Credor Falcon Distribuição Armazenamento e Transportes S.A.** apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do crédito de sua titularidade para o importe de **R\$ 2.480.690,81 (dois milhões quatrocentos e oitenta mil seiscentos e noventa reais e oitenta e um centavos)**.

Em apertada síntese, aduz o Credor que o valor do seu crédito indicado pelas Recuperandas está incorreto, apresentando documentos comerciais (notas fiscais), oportunidade na qual ainda informa que as notas fiscais n°s 232727-1, 232728-1 e 233217-1 foram constituídas em momento posterior ao pedido de Recuperação Judicial, sendo elas:

Nota Fiscal	Data de Emissão	Tipo	Valor
211619	16/09/2022	Fatura	R\$ 107.750,52
211633	16/09/2022	Fatura	R\$ 24.533,30
211634	16/09/2022	Fatura	R\$ 48.219,21
211635	16/09/2022	Fatura	R\$ 12.125,34
211636	16/09/2022	Fatura	R\$ 10.692,97
212896	24/09/2022	Fatura	R\$ 3.844,59
212897	24/09/2022	Fatura	R\$ 3.940,39
212898	24/09/2022	Fatura	R\$ 22.872,78
212899	24/09/2022	Fatura	R\$ 7.891,93
212900	24/09/2022	Fatura	R\$ 8.436,04
212901	24/09/2022	Fatura	R\$ 20.379,57
212903	24/09/2022	Fatura	R\$ 11.424,86
212949	24/09/2022	Fatura	R\$ 196.263,38
212949	24/09/2022	Saldo de Nota	R\$ 107.518,00
212950	24/09/2022	Fatura	R\$ 16.543,58
212952	24/09/2022	Fatura	R\$ 234.273,27
212953	24/09/2022	Fatura	R\$ 80.712,40
212954	24/09/2022	Fatura	R\$ 15.252,38
212956	24/09/2022	Fatura	R\$ 24.152,64
212957	24/09/2022	Fatura	R\$ 69.969,18
213354	28/09/2022	Fatura	R\$ 10.875,50
213355	28/09/2022	Fatura	R\$ 28.171,95
213356	28/09/2022	Fatura	R\$ 68.307,98
213357	28/09/2022	Fatura	R\$ 32.962,24
213660	01/10/2022	Fatura	R\$ 3.889,50
213661	01/10/2022	Fatura	R\$ 53.588,75
213662	01/10/2022	Fatura	R\$ 33.610,50
213663	01/10/2022	Fatura	R\$ 46.798,50
222397	08/12/2022	Fatura	R\$ 24.109,20
222398	08/12/2022	Fatura	R\$ 153.948,40
222398	08/12/2022	Saldo de Nota	R\$ 4.106,04
222591	10/12/2022	Imposto	R\$ 4.961,76
222592	10/12/2022	Imposto	R\$ 4.073,10
222593	10/12/2022	Imposto	R\$ 595,00
222594	10/12/2022	Imposto	R\$ 785,51
222614	09/12/2022	Fatura	R\$ 46.330,19
222615	09/12/2022	Fatura	R\$ 4.540,00
222616	09/12/2022	Fatura	R\$ 18.160,00
224563	21/12/2022	Fatura	R\$ 267,93





Nota Fiscal	Data de Emissão	Tipo	Valor
224563	21/12/2022	Imposto	R\$ 37,65
224564	22/12/2022	Imposto	R\$ 2.567,66
224577	21/12/2022	Fatura	R\$ 84.539,20
224577	21/12/2022	Imposto	R\$ 11.878,96
224578	21/12/2022	Fatura	R\$ 3.850,40
224578	21/12/2022	Imposto	R\$ 541,03
228735	03/02/2023	Fatura	R\$ 10.377,40
228736	03/02/2023	Fatura	R\$ 28.076,00
228737	03/02/2023	Fatura	R\$ 14.038,00
228738	03/02/2023	Fatura	R\$ 10.445,25
231890	24/02/2023	Fatura	R\$ 290.797,09
231890	24/02/2023	Imposto	R\$ 40.868,95
231891	24/02/2023	Fatura	R\$ 17.839,20
231891	24/02/2023	Imposto	R\$ 2.506,66
231982	24/02/2023	Fatura	R\$ 252.608,70
231983	24/02/2023	Fatura	R\$ 42.131,02
232727	03/03/2023	Fatura	R\$ 18.391,78
232728	03/03/2023	Fatura	R\$ 2.733,06
233217	09/03/2023	Fatura	R\$ 11.878,44
<b>VALOR TOTAL</b>			<b>R\$ 2.412.984,83</b>

Não obstante, ao analisar todas as Notas Fiscais apresentadas pelo Credor, observou-se que este pleiteia habilitar valores recolhidos através de Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNRE), possivelmente ICMS-ST na modalidade de antecipação, e ICMS-DIFAL, recolhidos antecipadamente, estes no valor total de **R\$ R\$ 68.816,28 (sessenta e oito mil oitocentos e dezesseis reais e vinte e oito centavos)**, conforme relação de Notas Fiscais abaixo:

Nota Fiscal	Data de Emissão	Tipo	Valor
222591	10/12/2022	GNRE	R\$ 4.961,76
222592	10/12/2022	GNRE	R\$ 4.073,10
222593	10/12/2022	GNRE	R\$ 595,00
222594	10/12/2022	GNRE	R\$ 785,51
224563	21/12/2022	GNRE	R\$ 37,65
224564	22/12/2022	GNRE	R\$ 2.567,66
224577	21/12/2022	GNRE	R\$ 11.878,96
224578	21/12/2022	GNRE	R\$ 541,03
231890	24/02/2023	GNRE	R\$ 40.868,95
231891	24/02/2023	GNRE	R\$ 2.506,66
<b>VALOR TOTAL</b>			<b>R\$ 68.816,28</b>



Neste sentido, identificou esta Administradora Judicial que embora não haja a descrição pelo próprio Credor de que se trata de crédito tributário de ICMS, nem mesmo o preenchimento dos campos de “BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST” e “VALOR DO ICMS ST” nas Notas Fiscais supramencionadas, é possível identificar o Código CEST – Código Especificador da Substituição Tributária -, bem como o Convênio aplicado para cada produto elaborada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária, conforme se identifica, por exemplo, na NF nº 222591 abaixo acostada:

DADOS DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	
CÓD. PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO
20353-1	TURMA MONICA FRALDA MEGA MD 4X50 NV - Código CEST 2004800 - CONV. 38/13 FCI nº 42440F82-E3A0-4520-981A-6E12BF1E2862
20352-1	TURMA MONICA FRALDA MEGA PQ 4X62 NV - Código CEST 2004800 - CONV. 38/13 FCI nº E971135E-C282-4D9F-90A2-FE5E2D841386

Assim, é presumível que se trata de crédito tributário de ICMS-ST e ICMS-DIFAL, nos termos do art. 150, §7º, da Constituição Federal<sup>84</sup> e art. 6º da Lei nº 87/1996<sup>85</sup>, ao que tudo indica recolhido na modalidade antecipada, e aqui almejado o repasse a Recuperanda, que figura como contribuinte substituída na cadeia de fornecimento.

Entretanto, cumpre destacar que o Credor não discrimina a origem, natureza do crédito, a data de ocorrência do fato gerador, e as demais questões pertinentes para análise da habilitação, **sendo que a documentação apresentada não é apta para se auferir a sujeição do crédito aos efeitos da Recuperação Judicial**.

Outrossim, de suma importância destacar que crédito tributário não se submete aos efeitos da Recuperação Judicial, nos termos do art. 187 do Código Tributário Nacional. Não obstante, não se desconhece que no presente caso, o tributo de ICMS-ST e ICMS-DIFAL foi recolhido pelo Credor, ora Contribuinte Substituto, ou seja, o Contribuinte responsável por antecipar o recolhimento do tributo, sendo este o sujeito passivo originário da obrigação tributária.

Todavia, ante a ausência de discriminação precisa e **detalhada da origem, natureza do crédito, data de ocorrência do fato gerador**, e demais questões pertinentes para análise da habilitação, o entendimento desta AJ se dá pela improcedência do pedido do Credor de habilitar os valores referentes a restituição de impostos.

Não obstante, o Credor pretende a habilitação de R\$ 111.624,04 (cento e onze mil seiscentos e vinte e quatro reais e quatro centavos) referente a “saldo de notas”, todavia, não especificou elementos que indiquem a existência do crédito, a fim de que seja possível a análise da divergência por esta Administradora Judicial.

Desta feita, tendo em vista a não apresentação de informações suficientes para realização da análise, tal pedido restou desconsiderado. Neste mesmo sentido é o entendimento jurisprudencial:

**AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE INDIQUEM A EXISTÊNCIA DO CRÉDITO –**

84 Art. 150.

(...)

§ 7º A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

85 Art. 6º Lei estadual poderá atribuir a contribuinte do imposto ou a depositário a qualquer título a responsabilidade pelo seu pagamento, hipótese em que assumirá a condição de substituto tributário. (Redação dada pela Lcp 114, de 16.12.2002).

Inconformismo da impugnante – Não acolhimento – É certo que a impugnação de crédito tem natureza de ação incidental, com previsão de produção de provas seguido de decisão (arts. 13 e 15, IV, da Lei nº 11.101/2005). Todavia, a amplitude da cognição não autoriza que se faça uso do incidente para que seja reconhecida a existência do crédito, sendo necessário o ajuizamento de ação própria e específica na qual se reconheça a existência do crédito – Leitura dos arts. 6º. § 1º. e 9º. LRJ – Seja na impugnação de crédito já listado, seja na habilitação de crédito, exige-se do respectivo credor prova mínima de obrigação líquida, certa e exigível, justamente porque em tais procedimentos averigua-se tão somente o “montante” da dívida, e não a sua “existência”. O deferimento do pedido de recuperação judicial, de um lado, gera a suspensão das execuções ajuizadas contra o devedor; de outro, não suspende o curso da ação que demanda quantia “ilíquida” (art. 6º, I, e § 1º, LRJ). **Ademais, o pedido de habilitação deve estar acompanhado dos “documentos comprobatórios do crédito” (art. 9º, III, LRJ). Tais comandos normativos determinam que, enquanto o credor não for detentor de crédito líquido, certo e exigível, instrumentalizado em documento hábil, seja título executivo extrajudicial, seja judicial, não pode pretender a inclusão do seu “suposto” crédito** - Decisão mantida - RECURSO DESPROVIDO.<sup>86</sup>

Outrossim, quanto ao pedido de atualização dos valores, cumpre informar que não restou apresentada pelo Credor planilha de cálculo com a devida discriminação de datas, e informações aptas a serem consideradas para apuração do crédito.

Nesse sentido, não resta possível a apuração dos valores atualizados conforme requerido pelo Credor, ocasião em que foram considerados os valores originários das Notas Fiscais para fins habilitação.

Noutro ponto, em análise aos documentos indicados pelo credor, tem-se que a NF nº 232727-1 fora emitida em **03/03/2023**, a NF nº 232728-1 fora emitida em **03/03/2023** e a NF nº 233217-1 fora emitida em **03/03/2023**, isto é, após a data do pedido de Recuperação Judicial (**02/03/2023**), considerando ainda que não foi possível averiguar se a venda do produto, ou seja, fato gerador, se deu em data anterior, o que torna o crédito vinculado ao documento em questão não sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial, na forma do art. 49 da LREF e do tema 1051 do STJ.

Veja-se que, não obstante o consignado no tema 1051 do STJ, quanto a imprescindibilidade da análise do fator gerador do crédito/obrigação para concluir pela (extra)concursalidade de determinado importe na Recuperação Judicial, não se tem notícia que a causa adjacente do negócio jurídico que deu origem a NF em questão fora realizado outrora que não aquela constante na data de emissão.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PARCIAL PROCEDÊNCIA da Divergência** apresentada, sendo retificado o valor do crédito para o importe de **R\$ 2.199.541,23 (dois milhões cento e noventa e nove mil quinhentos e quarenta e um reais e vinte e três centavos)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**.

## 2.27 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – GERMED FARMACÊUTICA LTDA

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 1.592.769,23	R\$ 1.785.453,45	R\$ 1.695.831,10

O Credor **GERMED FARMACÊUTICA LTDA** apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do crédito de sua titularidade para o importe de **R\$ 1.785.453,45 (um milhão setecentos e oitenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta e três reais e quarenta e cinco centavos)**.

Em síntese, aduz o Credor que o valor do seu crédito indicado pelas Recuperandas está incorreto, apresentando documentos comerciais (notas fiscais) e memória de cálculo devidamente atualizada até a data do pedido de Recuperação Judicial (02/03/2023).

Preliminarmente, esta Administradora Judicial em análise do demonstrativo de cálculo apresentado pelo Credor, constatou dentre as diversas notas fiscais apresentadas, a existência de valores referenciados a documentos denominados “CSI”, momento o qual fora questionado do que se tratava o importe, haja vista que não foi possível localizar quaisquer documentos que justificassem sua manutenção, na forma do art. 9, II da LREF.

Após questionado, o Credor informou (conforme e-mail infra) que os mencionados valores serviam tão somente para controle interno, e foram incluídos por equívoco dentre os valores realmente devidos, a saber:

De: Renan Pereira - GRUPO NC <renan.pereira@gruponc.net.br>  
Enviado em: quarta-feira, 14 de junho de 2023 16:39  
Para: Cassia Correa <ccorrea@ajadmjudicial.com.br>; Rodrigo Garcia - GRUPO NC <rodrigo.garcia@gruponc.net.br>; Guillermo Glasman - GRUPO NC <guillermo.glasman@gruponc.net.br>  
Cc: Wellington Fernando <wfernando@ajadmjudicial.com.br>; grupo4 <grupo4@ajadmjudicial.com.br>; GERMED, LEGRAND e MULTILAB  
Assunto: RE: Pedidos de Divergência - RJ Grupo DP4 | Credoras DMS S/A, GERMED, LEGRAND e MULTILAB

Prezada Cassia,  
Boa tarde.

Referido documento intitulado de “CSI” trata-se de chamado interno para aplicação de juros a determinados títulos em atraso, o que **não gera qualquer documento comprobatório**.

Dessa forma, constatamos que sua inclusão na coluna de “Notas fiscais” **ocorreu por equívoco interno**, não se tratando de título em atraso, mas sim de juros fruto do atraso no pagamento de determinados títulos já incluídos na planilha.

Permanecemos à disposição para quaisquer dúvidas que se fizerem necessárias.

Att,

Renan Pereira - GRUPO NC  
Advogado Jr.  
renan.pereira@gruponc.net.br  
www.gruponc.net.br

Rod. Jovellano Francisco Aguiar, 120-10  
Bairro Glória Jovellano  
Borlândia/SP - CEP: 13106-901

Nesse sentido, esta Administradora Judicial informa que em suas análises desconsiderou quaisquer valores referenciados a CSI, na forma elucidada pelo credor, bem como em atenção ao art. 9º, III da LREF.

Destarte, pertinente aos juros e correção monetária, o Credor informou que, durante toda a relação comercial entre o citado e o Grupo DP4, fora estabelecido que sobre os títulos que possuísem eventuais inadimplências, iriam incidir juros moratórios de 5% A.M. e correção monetária na forma da taxa SELIC, sendo que em razão de um grande volume de inadimplência, durante um curto período os mencionados juros moratórios foram minorados para o patamar de 2% A.M.

Em atenção ao art. 9º, III da LREF, esta AJ questionou o credor quanto a existência de um documento (contrato/acordo) que embasasse a pretensão do Habilitante, primordialmente no que tange aos juros e correção monetária, haja vista a disposição do art. 406 do Código Civil<sup>87</sup>.

O Credor informou que o contrato se deu de forma não escrita, motivo pelo qual, por prudência, esta Administradora Judicial questionou a Recuperanda quanto a procedência desta condição contratual entre ambos.

<sup>87</sup> Art. 406. Quando os juros moratórios não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

Todavia, consoante e-mails abaixo, após ser indagada, a Recuperanda informou que a alegação do Credor não procedia, motivo pelo qual, ante a translúcida *conditio sine qua non* de convenção contratual de juros de mora em sintonia ao art. 406 do Código Civil, esta Administradora Judicial entende pela improcedência do pedido pertinente aos juros de 5% A.M. constante na divergência apresentada pelo Credor, sendo considerado o importe de 2% A.M. para fins de cálculo do valor do montante a ser Habilitado, tendo em vista ser o importe incontroverso entre as partes, a saber:



Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PARCIAL PROCEDÊNCIA** da **Divergência** apresentada, **sendo retificado a monta de seu crédito para o importe de R\$ 1.695.831,10 (um milhão seiscientos e noventa e cinco mil oitocentos e trinta e um reais e dez centavos)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**.

**2.28 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – HEDGE LOGÍSTICA FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO**

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
-	R\$ 164.690,16	R\$ 164.690,16

O Credor Hedge Logística Fundo de Investimento Imobiliário apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Habilitação de Crédito, ocasião em que requereu a inclusão do crédito de sua titularidade no importe de **R\$ 164.690,16 (cento e sessenta e quatro mil seiscientos e noventa reais e dezesseis centavos)**, na Classe III – Créditos Quirografários.

O valor pleiteado pelo Credor se oriunda de aluguéis devidos dos meses de janeiro/2023, fevereiro/2023 e o proporcional ao mês de março/2023, apresentado para tanto, planilha de atualização dos respectivos aluguéis até a data do pedido de Recuperação Judicial.

Em apertada síntese, aduz o Credor que a Recuperanda teria celebrado Contrato de Locação para Fins não Residenciais em 01/01/2019 junto a empresa TCP Salto Industrial, o qual possui como objeto os galpões nºs 19, 20 e 21 pelo prazo de 60 (sessenta) meses, com término em 31/12/2023, ficando a Recuperanda responsável pelo pagamento de todas as despesas relacionadas ao imóvel, tais como taxas, condomínios, impostos etc.

Além do mais, foi informado pelo Credor, que promoveu a aquisição da totalidade de ações da empresa TCP Salto Industrial S/A, alterando assim, o Locador do aludido contrato, conforme 4º



aditivo.

Ademais, alega que posteriormente, em 04/04/2022, o contrato em pauta teria sido aditado por meio do “6º aditivo ao contrato de locação”, momento no qual teria alterado o objeto de locação para os galpões/módulos nºs 17, 18 e 19, além do termo final de contrato de locação para 30/06/2024, sendo mantido a progressão do valor do aluguel anualmente, conforme acordado na Cláusula Terceira do contrato de locação, vejamos:

“3.1. O valor mensal devido a título de aluguel é de R\$ 58.536,00(cinquenta e oito mil, quinhentos e trinta e seis reais), na data base de janeiro de 2019, que será reajustado anualmente de acordo com a Legislação Vigente, aplicando-se o índice apurado pelo IPCA/IBGE, ou, na sua falta, pelo IGPM/FGV, ou na falta de ambos os índices, pelo INPC/FIPE.”

Após análise minuciosa do contrato de locação, em específico ao sexto aditivo, o qual demonstra que o Credor em pauta é de fato o titular do crédito, e considerando que os valores de aluguéis que se pretende habilitar possuem fato gerador pretérito ao pedido de Recuperação Judicial, constata-se sua sujeição aos efeitos recuperacionais, nos termos do art. 49 da Lei nº 11.101/2005.

Destarte, em análise dos referidos instrumentos e das respectivas planilhas de débitos, verifica-se que o Credor observou a limitação de aplicação de correção monetária imposta pelo art. 9º, inc. II, da Lei 11.101/2005, culminando no valor requerido.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** da **Habilitação** apresentada, **sendo incluída a monta de seu crédito no importe de R\$ 164.690,16 (cento e sessenta e quatro mil seiscentos e noventa reais e dezesseis centavos)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**.

**2.29 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – HERSIL ADMINISTRAÇÃO E EMPREENDIMENTOS PREDIAIS LTDA.**

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 67.657,60	R\$ 0	R\$ 0

O Credor Hersil Administração e Empreendimentos Prediais Ltda. apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a exclusão integral dos créditos de sua titularidade, diante da alegação de extraconcursalidade do mesmo.

Em apertada síntese, aduz o Credor que o crédito é proveniente da **administração** de condomínio advindo de Contrato de Locação celebrado entre a Recuperanda junto a empresa Hedge Logística Fundo De Investimento Imobiliário - adquirente da antiga proprietária do imóvel TCP Salto Industrial S.A. –, apresentando para tanto Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Condomínio, estando pendente taxas e despesas condominiais desde março de 2023, o qual perfaz a monta de R\$ 40.430,65 (quarenta mil quatrocentos e trinta reais e sessenta e cinco centavos), conforme relatório de débitos apresentados.

Alega que o referido crédito deve ser considerado como crédito extraconcursal, tendo em vista se tratar de taxas e despesas condominiais, sendo o crédito *sui generis*, uma vez que são essenciais para a proteção do patrimônio, manutenção da estrutura e regular funcionamento, preservação e disponibilidade do Centro Logístico.

Insta salientar que a planilha apresentada pelo Credor, contém os valores devidos em 01/03/2023 e 01/04/2023. Desta forma, considerando que os valores referentes a abril de 2023 possuem fato gerador em data posterior ao pedido de Recuperação Judicial, não há que se falar em concursalidade, por estar em dissonância à normativa do art. 49 da Lei 11.101/2005.

Quanto aos valores com vencimento em 01/03/2023, cumpre salientar os mesmos se referem a taxas condominiais, passando esta Administradora Judicial a sua análise.

No tocante a concursalidade de créditos oriundos de taxas condominiais, o Superior Tribunal de Justiça já se posicionou no sentido de considerá-las extraconcursais, conforme jurisprudência *infra*:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. **COTAS CONDOMINIAIS. EXTRACONCURSAL. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA.** DECISÃO AGRAVADA. MANUTENÇÃO. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. **A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme quanto ao entendimento de que os créditos de natureza extraconcursal provenientes de despesas condominiais não se submetem aos efeitos da recuperação judicial**, de forma que não há falar em suspensão da sua execução para a preservação da empresa em recuperação. Precedentes. 3. Agravo interno não provido.<sup>88</sup>

Desta forma, considerando o entendimento exarado pelo STJ, o qual entende ser extraconcursal taxas condominiais, as quais foram outrora relacionados pelas Recuperandas, faz-se cabível o acolhimento da pretensão do Credor.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** da **Divergência** apresentada, **sendo seus créditos EXCLUÍDOS** da Relação de Credores, devida sua extraconcursalidade.

2.30 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – ITAÚ UNIBANCO S.A.

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 2.466.813,53	R\$ 566.658,33	R\$ 566.658,33

O Credor Itaú Unibanco S.A. apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do crédito de sua titularidade para o importe de **R\$ 566.658,33 (quinhentos e sessenta e seis mil seiscentos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos)**.

O petitório do Credor repousa sobre dois pedidos, sendo o primeiro referente a exclusão integral de créditos vinculados a contratos com garantias de alienações fiduciárias de bens móveis, e o segundo referente a habilitação de créditos concursais devidamente atualizados até a data do pedido de Recuperação Judicial.

Pertinente ao montante extraconcursal, o Credor apresentou a Cédula de Crédito Bancário n° 30.626-776263477 (776263477), a qual possuiu garantia fiduciária, leia-se cessões fiduciárias de direitos creditórios.

88 STJ - AgInt no AREsp: 1951790 RJ 2021/0243801-7, Data de Julgamento: 05/09/2022, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/09/2022.

Destarte, em análise do instrumento contratual celebrado pelas partes, para além das garantias fidejussórias, tem-se que as garantias fiduciárias vinculadas ao negócio jurídico se referem a cessão de direitos creditórios, que se restaram pactuadas em favor do Credor, em importe equivalente a integralidade do saldo devedor do instrumento contratual, a saber:

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS Nº 0031077505	
<b>I – PREÂMBULO:</b>	
<b>CREDOR(ES)</b>	
IXI Itaú Unibanco S.A., instituição financeira brasileira, agindo isoladamente ou por quaisquer de suas filiais, agências, sucursais e dependências, no Brasil ou no exterior, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Olavo Setúbal, São Paulo - SP, CNPJ nº 60.701.190/0001-04, doravante designado Itaú Unibanco;	
I Banco Itaucard S.A., com sede na Alameda Pedro Calil, 43, Poá, São Paulo, CNPJ nº 17.192.451/0001-70, doravante designado Banco Itaucard;	
I Banco Itauleasing S.A., com sede na Av. Antonio Massa, 361 – Centro – Poá/SP, CNPJ nº 49.925.225/0001-48, doravante designado Banco Itauleasing.	
Sendo que, Itaú Unibanco, Banco Itaucard e Banco Itauleasing em conjunto serão designados “CREDORES FIDUCIÁRIOS” e individualmente CREDOR FIDUCIÁRIO.	
<b>CEDENTE(S)</b>	
TOP FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA Endereço: AV MINISTRO JOAO ARINOS, 5065, CEP: 79.045-005 – CAMPO GRANDE / MS CNPJ: 10.805.902/0001-59	
AIKON COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA Endereço: AV MANOEL DA COSTA LIMA, 783, CEP: 79.081-040 – CAMPO GRANDE / MS	

OBRIGAÇÕES GARANTIDAS
A integralidade das obrigações, devidamente atualizadas e acrescidas de todos os encargos, assumidas pela(s) DEVEDORA(S) decorrentes da(s) operação(ões) descritas no Anexo II, o qual poderá ser complementado, alterado, ratificado ou retificado a qualquer tempo.

Veja-se que, não obstante a cessão fiduciária de direitos creditórios se diferenciar da alienação fiduciária convencional, possui a mesma finalidade, e de igual forma não está sujeita aos efeitos da Recuperação Judicial, tendo em vista que a condição que estabelece a extraconcursalidade desse tipo de garantia se dá em razão da propriedade fiduciária do bem móvel ou imóvel, conforme previsto no art. 49, § 3º, da LREF<sup>89</sup>.

A cessão fiduciária de direitos creditórios se caracteriza pela transferência de títulos de crédito (performados ou não) do detentor originário em favor de uma instituição financeira, momento o qual, àquele primeiro tem acesso ao crédito adiantado pelo segundo, sendo que doravante, o último citado torna-se titular dos direitos creditórios na condição de proprietário fiduciário destes bens cedidos, sendo que a cessão propriamente mencionada se dá em face dos direitos creditórios a serem concretizados através dos recebíveis, e não dos títulos em créditos propriamente ditos, isto é, a cessão ocorre antes mesmo destes créditos performarem.

Em relação a (extra)concursalidade do montante vinculado a este tipo de garantia, o Doutrinador Marcelo Sacramone exara as seguintes considerações:

Dentro do gênero negócio fiduciário, duas espécies podem ser apontadas. A alienação fiduciária em garantia e a cessão fiduciária em garantia. Ambos os tipos de propriedade fiduciária estão excluídos da recuperação judicial, visto que o art. 49, § 3º, exclui da submissão à recuperação judicial a propriedade fiduciária e não a restringe quanto ao tipo de negócio

<sup>89</sup> Art. 49.

§ 3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretroatividade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial. (Destacamos)

jurídico fiduciário que lhe deu causa.

A alienação fiduciária em garantia consiste na transmissão da propriedade de coisa material ao credor, pelo devedor, com escopo de garantia. **A cessão fiduciária, por seu turno, também é espécie de negócio fiduciário, mas o cedente transfere ao cessionário a titularidade de direitos ou títulos de crédito com a finalidade de garantir a satisfação de uma dívida.** [...]

Nos termos do art. 49, § 3º, o credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis manterá os direitos de propriedade sobre a coisa, de forma que poderá retomá-la, diante do inadimplemento, **não se submetendo aos efeitos da recuperação judicial do devedor. Pelo dispositivo legal, tutela-se o direito de propriedade do referido credor.** Seu crédito não se sujeita à recuperação judicial, entretanto, apenas pelo bem que lhe foi transferido fiduciariamente em garantia, o qual deve ser liquidado pelo credor para amortizar o valor de seu crédito.<sup>90</sup>

Também corrobora o entendimento do Tribunal de Justiça do Paraná, a saber:

agravo de instrumento – impugnação À LISTA DE CREDORES – decisão que julgou improcedente o pedido – IRRESIGNAÇÃO DA IMPUGNANTE – ALEGAÇÃO DE QUE O CRÉDITO GARANTIDO POR CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO SE SUBMETE À RECUPERAÇÃO JUDICIAL – ACOLHIDA – EXTRACONCURSALIDADE EVIDENCIADA – artigo 49, § 3º, da lei nº 11.101/05 – necessidade de individualização que não se confunde com a exigência de apontar as CARACTERÍSTICAS de cada título – identificação da garantia – trava bancária – recebíveis identificados – entendimento desta corte e do superior tribunal de justiça – requisitos do artigo 1.362 do código civil presentes – recurso provido (TJPR - 18ª C.Cível - 0039051-70.2018.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: Desembargadora Denise Kruger Pereira - J. 13.03.2019)<sup>91</sup>

AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CRÉDITO. DECISÃO QUE ACOLHE PARCIALMENTE A IMPUGNAÇÃO, PARA EXCLUIR DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL O CRÉDITO GARANTIDO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. INSURGÊNCIA. PLEITO DE EXCLUSÃO TAMBÉM DOS CRÉDITOS GARANTIDOS COM CESSÃO FIDUCIÁRIA. ACOLHIMENTO. DESNECESSÁRIA A INDIVIDUALIZAÇÃO DOS TÍTULOS QUE GARANTEM O CRÉDITO. TÍTULOS A PERFORMAR, SEQUER EMITIDOS NA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO. **GARANTIA QUE RECAÍ SOBRE OS PRÓPRIOS DIREITOS CREDITÓRIOS. PRECEDENTES DO STJ E DESTE TRIBUNAL. DECISÃO REFORMADA.** RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJPR - 18ª C. Cível - 0071505-98.2021.8.16.0000 - Maringá - Rel.: JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU CRISTIANE SANTOS LEITE - J. 11.05.2022)<sup>92</sup> (Destacamos)

APELAÇÕES CÍVEIS. Embargos à execução opostos por empresa em recuperação judicial e ação ordinária fundada no art. 19 da Lei de Recuperação de Empresas proposta por credora diversa. Sentença de julgamento conjunto que extinguiu, sem exame do mérito, por

<sup>90</sup> SACRAMONE, Marcelo B. Comentários à Lei Recuperação de Empresas e Falência: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553622531. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553622531/>. Acesso em: 14 out. 2022.

<sup>91</sup> (TJ-PR - AI: 00390517020188160000 PR 0039051-70.2018.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Desembargadora Denise Kruger Pereira, Data de Julgamento: 13/03/2019, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/03/2019)

<sup>92</sup> (TJ-PR - AI: 00715059820218160000 Maringá 0071505-98.2021.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Cristiane Santos Leite, Data de Julgamento: 11/05/2022, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: 12/05/2022)

inépcia, parte dos pleitos formulados nos embargos à execução e, por fim, declarou a improcedência dos demais pedidos formulados em ambas as demandas, concluindo que o crédito objeto das demandas é extraconcursal. 1) EMBARGOS À EXECUÇÃO. 1.1) Razões recursais lançadas pela recuperanda que apenas reiteram o conteúdo da petição inicial na parte que versou sobre a revisão do contrato, sem combater o fundamento acerca da inépcia da petição inicial, o que configura afronta ao princípio da dialeticidade. Recurso conhecido parcialmente, apenas no que tratou da submissão do crédito à recuperação judicial 1.2) **Razões acerca da concursalidade do crédito que não prosperam, pois, performedo ou não o título objeto de cessão fiduciária, o crédito garantido permanece albergado pelo § 3º do art. 49 da Lei de Recuperação de Empresas, sendo extraconcursal.** 1.3) RECURSO DESPROVIDO. 2) AÇÃO ORDINÁRIA. 2.1) Razões recursais no sentido de que, não performedo o título objeto da cessão fiduciária, a garantia é perdida, devendo o crédito ser classificado como extraconcursal. 2.1) **Não acolhimento, pois, performedo ou não, o crédito continua albergado pelo § 3º do art. 49 da Lei de Recuperação de Empresas, não havendo razão para retificação do quadro-geral de credores.** 2.3) RECURSO DESPROVIDO<sup>93</sup>. (Destacamos)

E na mesma linha, o Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO INTERNO. DECISÃO DE PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA DE RECEBÍVEIS. AUSÊNCIA DE DIFERENÇA ENTRE CRÉDITOS A SEREM PERFORMADOS APÓS A DECISÃO DE PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E AQUELES JÁ PERFORMADOS ATÉ AQUELE MARCO TEMPORAL. CONSTITUIÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA COM A CONTRATAÇÃO. ENTENDIMENTO DESTA CORTE NESSE SENTIDO. 1. A constituição da propriedade fiduciária, oriunda de cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis e de títulos de crédito, dá-se a partir da própria contratação. 2. O crédito garantido fiduciariamente, como na espécie, não se submete à recuperação judicial, por força do art. 49, § 3º, da Lei n. 11.101/2005, pois é de propriedade (resolúvel) do credor, e não da empresa recuperanda. **3. É desinfluyente, portanto, o momento em que é performedo, se antes ou depois do processamento da recuperação. Julgados desta Corte nesse sentido.** 4. Agravo interno desprovido.<sup>94</sup> (Destacamos)

Desta feita, considerando que a integralidade do contrato é garantida pela cessão fiduciária, é medida que se impõe reconhecer a extraconcursalidade integral do importe em sintonia ao pedido do credor, por força do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005.

Outrossim, no que tange aos créditos concursais, tem-se o seguinte cenário.

O credor apresentou 3 (três) contratos, quais sejam, Cédula de crédito bancário Caixa Reserva Aval, contrato nº 168800355013, Cédula de Crédito Bancário Limite Itaú para SAQUE PJ aval nº 11173-168800354990 e Cédula de crédito bancário Adiantamento Crédito Liquidação, contrato nº 93500518605, devidamente instruídos com cálculos limitados até a data do pedido de Recuperação Judicial (02/03/2023).

Pois bem, em análise dos referidos instrumentos e dos respectivos anexos, tem-se as seguintes informações:

<sup>93</sup> TJ-PR - APL: 00002180820198160142 Rebouças 0000218-08.2019.8.16.0142 (Acórdão), Relator: Rogerio Ribas, Data de Julgamento: 23/03/2023, 17ª Câmara Cível, Data de Publicação: 23/03/2023.

<sup>94</sup> (STJ - AgInt no REsp: 1932780 SP 2021/0110156-7, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 29/11/2021, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/12/2021)



NÚMERO DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO EM 02/03/2023
168800355013	R\$ 200.522,44
11173-1688004108597	R\$ 210.456,52
11998-168800410859	R\$ 155.679,37
Valor Total	R\$ 566.658,33

Destarte, em análise dos referidos instrumentos e das respectivas planilhas de débitos, verifica-se que o Credor observou a limitação de aplicação de correção monetária imposta pelo art. 9º, inc. II, da Lei 11.101/2005, culminando no valor requerido.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** da **Divergência** apresentada, **sendo seus créditos parcialmente excluídos da relação de credores em razão de sua extraconcursalidade, e retificada a monta concursal para o importe de R\$ R\$ 566.658,33 (quinhentos e sessenta e seis mil seiscentos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos), na Classe III – Créditos Quirografários.**

2.31 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – L. R. NORDESTE S/A

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 3.536,34	R\$ 4.059,09	R\$ 3.536,34

O Credor L. R. Nordeste S/A apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do crédito de sua titularidade para o importe de **R\$ 4.059,09 (quatro mil cinquenta e nove reais e nove centavos).**

Em suma, alega o Credor que seu crédito é acrescido das Guias Nacionais de Recolhimentos de Tributos Estaduais (GNRE) nºs 83180 e 83546, de ICMS-ST na modalidade de antecipação, que deveriam ter sido pagas pela Recuperanda.

Neste sentido, identificou esta Administradora Judicial que embora tenha sido mencionado pelo Credor que se trata de crédito tributário de ICMS-ST, não há prova documental que comprove a natureza do crédito.

Cumpram-se destacar que, nas Notas Fiscais apresentadas, não há o preenchimento dos campos de “BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST” e “VALOR DO ICMS ST”, sendo possível identificar somente o Convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária, aplicado no campo de dados adicionais para os produtos comercializados, conforme se identifica, por exemplo, na NF nº 083.180 abaixo acostada:

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS ST	VALOR DO ICMS ST	V. DDP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	V. ICMS UF DEST.	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUTOS
1.842,12	221,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45,28	2.058,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL DI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	93,64	0,00	0,00	211,97	2.151,64

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Inf. Contribuinte: ORDEM: 075301 BC REDUZIDA PARA OP. INTERESTADUAIS CONF. CONV. 34/2006.

Email do Destinatário: ALINEHEBEL@HOTMAIL.COM

xml@ssw.inf.br

shirlei.melo@tanet.c

Inf. fisco: MD-5:94DBB831B0F3C67A412EAC4010EC561F

Impresso em 19/04/2023 às 13:35:53

Assim, embora tenha sido mencionado pelo Credor que se trata de crédito de natureza ICMS-ST, **não é possível auferir com exatidão a natureza do crédito, vez que ausente a previsão de sua base de cálculo e valor nas respectivas Notas Fiscais.**

Ainda assim, é presumível que se trata de crédito tributário de ICMS-ST, nos termos do art. 150, §7º, da Constituição Federal<sup>95</sup> e art. 6º da Lei nº 87/1996<sup>96</sup>, ao que tudo indica recolhido na modalidade antecipada, e aqui almejado o repasse a Recuperanda, que figura como contribuinte substituída na cadeia de fornecimento.

Entretanto, dado a natureza do crédito e suas peculiaridades, deveria o Credor discriminar a origem, a data de ocorrência do fato gerador, quem é o sujeito passivo do imposto, o responsável tributário, e as demais questões pertinentes para análise da habilitação, **sendo que a documentação apresentada, sem as demais especificações, não é apta para se auferir a sujeição do crédito aos efeitos da Recuperação Judicial.**

Outrossim, de suma importância destacar que crédito tributário não se submete aos efeitos da Recuperação Judicial, nos termos do art. 187 do Código Tributário Nacional. Não obstante, não se desconhece que no presente caso, o tributo de ICMS-ST foi recolhido pelo Credor, ora Contribuinte Substituto, ou seja, o Contribuinte responsável por antecipar o recolhimento do tributo, sendo este o sujeito passivo originário da obrigação tributária.

Todavia, ante a ausência de discriminação precisa e detalhada da origem, natureza do crédito, data de ocorrência do fato gerador, contribuinte, responsável tributário e demais questões pertinentes para análise da habilitação, o entendimento desta Administradora Judicial é pela improcedência do pedido de divergência deste Credor.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória do crédito requerido, esta Administradora Judicial conclui pela **IMPROCEDÊNCIA** da habilitação de crédito, devendo ser mantido em favor do credor o valor de **R\$ 3.536,34 (três mil quinhentos e trinta e seis reais e trinta e quatro centavos)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**.

**2.32 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – LEGRAND PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA**

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 7.896.703,53	R\$ 8.107.609,57	R\$ 7.715.049,72

O Credor **LEGRAND PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA** apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do crédito de sua titularidade para o importe de **R\$ 8.107.609,57 (oito milhões cento e sete mil e seiscentos e nove reais e cinquenta e sete centavos)**.

Em síntese, aduz o Credor que o valor do seu crédito indicado pelas Recuperandas está incorreto, apresentando documentos comerciais (notas fiscais) e memória de cálculo devidamente atualizada até a data do pedido de Recuperação Judicial (02/03/2023).

95 Art. 150.  
(...)  
§ 7º A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)  
96 Art. 6º Lei estadual poderá atribuir a contribuinte do imposto ou a depositário a qualquer título a responsabilidade pelo seu pagamento, hipótese em que assumirá a condição de substituto tributário. (Redação dada pela Lcp 114, de 16.12.2002).

Preliminarmente, esta Administradora Judicial em análise do demonstrativo de cálculo apresentado pelo Credor, constatou dentre as diversas notas fiscais apresentadas, a existência de valores referenciados a documentos denominados "CSI", momento o qual fora questionado do que se tratava o importe, haja vista que não foi possível localizar quaisquer documentos que justificassem sua manutenção, na forma do art. 9, II da LREF.

Após questionado, o Credor informou (conforme e-mail infra) que os mencionados valores serviam tão somente para controle interno, e foram incluídos por equívoco dentre os valores realmente devidos, a saber:

De: Renan Pereira - GRUPO NC <renan.pereira@gruponc.net.br>  
Enviada em: quarta-feira, 14 de junho de 2023 16:39  
Para: Cassia Correa <correiadocredito@juntadajudicial.com.br>  
Cc: Wellington Fernando <wfernando@marquesadministradora.com.br>; grupo4 <grupo4@gruponc.net.br>; Rodrigo Garcia - GRUPO NC <rodrigo.garcia@gruponc.net.br>; Guillermo Glasman - GRUPO NC <guillermo.glasman@gruponc.net.br>  
Assunto: RE: Pedidos de Divergência - RJ Grupo DP4 | Credoras DMS S/A, GERMED, LEGRAND e MULTILAS

Prezada Cassia,  
Boa tarde.

Referido documento intitulado de "CSI" trata-se de chamado interno para aplicação de juros a determinados títulos em atraso, o que não gera qualquer documento comprobatório.

Dessa forma, constatamos que sua inclusão na coluna de "Notas Fiscais" ocorreu por equívoco interno, não se tratando de título em atraso, mas sim de juros fruto do atraso no pagamento de determinados títulos já incluídos na planilha.

Permaneçamos à disposição para quaisquer dúvidas que se fizerem necessárias.

Att.

 Renan Pereira - GRUPO NC  
Advogado Jr.  
renan.pereira@gruponc.net.br  
www.gruponc.net.br

Rua: Jerusalém Francisco Assis, 120-10  
Bairro: Glória, 20090-000  
Rio de Janeiro, RJ - CEP: 21096-991

Nesse sentido, esta Administradora Judicial informa que em suas análises desconsiderou quaisquer valores referenciados a CSI, na forma elucidada pelo credor, bem como em atenção ao art. 9º, III da LREF.

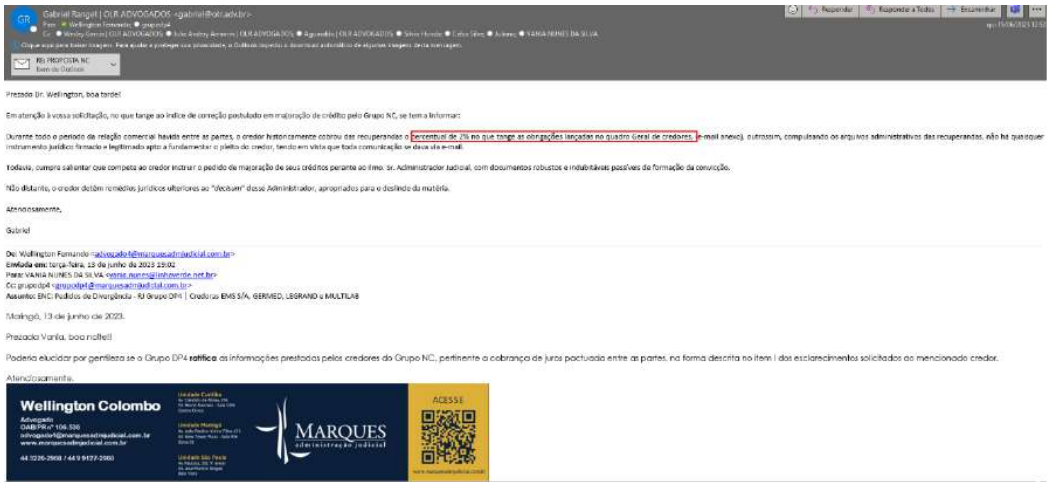
Destarte, pertinente aos juros e correção monetária, o Credor informou que, durante toda a relação comercial entre o citado e o Grupo DP4, fora estabelecido que sobre os títulos que possuísem eventuais inadimplências, iriam incidir juros moratórios de 5% A.M. e correção monetária na forma da taxa SELIC, sendo que em razão de um grande volume de inadimplência, durante um curto período os mencionados juros moratórios foram minorados para o patamar de 2% A.M.

Em atenção ao art. 9º, III da LREF, esta AJ questionou o credor quanto a existência de um documento (contrato/acordo) que embasasse a pretensão do Habilitante, primordialmente no que tange aos juros e correção monetária, haja vista a disposição do art. 406 do Código Civil<sup>97</sup>.

O Credor informou que o contrato se deu de forma não escrita, motivo pelo qual, por prudência, esta Administradora Judicial questionou a Recuperanda quanto a procedência desta condição contratual entre ambos.

Todavia, consoante e-mails abaixo, após ser indagada, a Recuperanda informou que a alegação do Credor não procedia, motivo pelo qual, ante a translúcida *conditio sine qua non* de convenção contratual de juros de mora em sintonia ao art. 406 do Código Civil, esta Administradora Judicial entende pela improcedência do pedido pertinente aos juros de 5% A.M. constante na divergência apresentada pelo Credor, sendo considerado o importe de 2% A.M. para fins de cálculo do valor do montante a ser Habilitado, tendo em vista ser o importe incontroverso entre as partes, a saber:

97 Art. 406. Quando os juros moratórios não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.



Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PARCIAL PROCEDÊNCIA** da **Divergência** apresentada, **sendo retificado a monta de seu crédito para o importe de R\$ 7.715.049,72 (sete milhões setecentos e quinze mil quarenta e nove reais e setenta e dois centavos)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**.

**2.33 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – LILLO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS INFANTIS LTDA.**

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 10.460,82	R\$ 5.929,65	R\$ 5.929,65

O Credor Lillo do Brasil Indústria e Comércio de Produtos Infantis Ltda apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do crédito de sua titularidade para o importe de **R\$ 5.929,65 (cinco mil novecentos e vinte e nove reais e sessenta e cinco centavos)**.

Em apertada síntese, aduz o Credor que o valor do seu crédito indicado pelas Recuperandas está incorreto, apresentando documentos comerciais (notas fiscais) constituídas antes do pedido de Recuperação Judicial, quais sejam:

Nota Fiscal	Data de Emissão	Valor
145542	17/01/2023	R\$ 5.120,24
145607	19/01/2023	R\$ 809,41
VALOR TOTAL		R\$ 5.929,65

Compulsando a documentação apresentada pelo Credor e pelas Recuperandas, esta Administradora Judicial pôde constatar a existência da transação comercial pactuada entre partes, bem como, verificou que todos os títulos extrajudiciais (instrumento comprobatório do crédito) foram constituídos antes do pedido de recuperação judicial e, portanto, estão sujeitos à recuperação, nos termos do art. 49 da Lei nº 11.101/2005.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** da **Divergência** apresentada, **sendo retificado a monta de seu crédito para o importe de R\$ 5.929,65 (cinco mil novecentos e vinte e nove reais e sessenta e cinco centavos)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**.

**2.34 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – MAXINUTRI LABORATÓRIO NUTRACEUTICO LTDA EPP / MAXINUTRI SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS LTDA**

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 615.523,93	R\$ 683.569,43	R\$ 19.210,98 / R\$ 664.358,45

O Credor Maxinutri Suplementos Nutricionais Ltda apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do crédito de sua titularidade para o importe de **R\$ 684.369,88 (seiscentos e oitenta e quatro mil trezentos e sessenta e nove reais e oitenta e oito centavos)**, bem como da razão social titular do crédito.

Em suas razões, informa o Credor que a razão social e CNPJ indicados pelas Recuperandas estão incorretos, quais sejam, Maxinutri Bebidas Ltda (CNPJ nº 16.888.175/0001-17) e Maxinutri Laboratorio Nutraceutico Ltda EPP (CNPJ nº 08.646.787/0001-75), razão pela qual informou que a monta devida pela Recuperanda AIKON, DISPAR, TOP FARMA, VEV COMÉRCIO é de titularidade da empresa **MAXINUTRI LABORATÓRIO NUTRACEUTICO LTDA EPP (CNPJ nº 08.646.787/0001-75)**, e o valor devido pela AZUL FARMA é de titularidade da empresa **MAXINUTRI SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS LTDA (CNPJ nº 39.452.556/0001-54)**.

Tal requerimento acerca da retificação da razão social e CNPJ do Credor, fora ratificado por meio da análise das notas fiscais encaminhadas, motivo pelo qual se faz possível seu acolhimento.

Isto posto, o crédito de titularidade de **Maxinutri Laboratório Nutraceutico EPP (CNPJ nº 08.646.787/0001-75)** é composto por:

Nota Fiscal	Data de Emissão	Valor
21516	30/11/2022	R\$ 19.210,98
<b>VALOR TOTAL</b>		<b>R\$ 19.210,98</b>

Ademais, cumpre mencionar que o Credor em comento é **empresa de pequeno porte**, e desta feita, tendo em vista a previsão do art. 41, IV da Lei 11.101/2005, deve ser transferido para Classe IV – Créditos ME/EPP, conforme entendimento jurisprudencial uníssono infra:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO. INCLUSÃO DE CRÉDITOS EXTRACONCURSAIS NO QUADRO GERAL DE CREDORES. IMPOSSIBILIDADE. CARÁTER COGENTE DA CLASSIFICAÇÃO LEGAL. ALTERAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO QUE PODERIA GERAR RISCO DE DILUIÇÃO DO PODER DE VOTO DOS DEMAIS CREDORES. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Conforme dispõe a lei n. 11.101/05 sobre a classificação dos créditos, impõe-se o enquadramento dos créditos devidos pela recuperanda nas seguintes classes/grupos: (a) extraconcurais, (b) concursais trabalhistas, (c) concursais com garantia real, (d) concursais quirografários, (e) concursais titulados por ME ou EPP. **Neste sentido, e considerando o caráter cogente desta classificação de créditos, não se pode admitir a inclusão de um crédito em uma classe/grupo que não aquela a que pertença por força de lei.** (...). Deste modo, em suma, não é possível à parte credora e à recuperanda negociarem a inclusão de créditos extraconcurais em uma classe concursal da recuperação



judicial. 3. Por sinal, há que se destacar a própria ausência de interesse da parte credora, ora agravada, no pedido de habilitação dos créditos extraconcursais, uma vez que, enquanto o crédito extraconcursal pode ser exigido imediata e integralmente, o crédito concursal trabalhista se sujeita aos prazos e descontos previstos no plano de recuperação judicial.

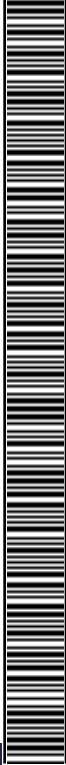
”98

Por sua vez, a monta de titularidade de **Maxinutri Suplementos Nutricionais LTDA (CNPJ nº 39.452.556/0001-54)**, é composta por:

Nota Fiscal	Data de Emissão	Valor
5036	28/09/2022	R\$ 48.379,59
5531	15/12/2022	
5743	24/01/2023	
5744	24/01/2023	
6034	25/02/2023	
6053	25/02/2023	
6054	25/02/2023	
5334	15/11/2022	R\$ 375.972,03
5567	17/12/2022	
5671	16/01/2023	
5672	16/01/2023	
5745	24/01/2023	
5746	24/01/2023	
5066	29/09/2022	R\$ 51.539,11
5358	17/11/2022	
5589	19/12/2022	
5632	13/01/2023	
5647	13/01/2023	
5352	16/11/2022	R\$ 50.192,31
5579	17/12/2022	
5704	19/01/2023	

98 TJ-PR - AI: 0025642220218160000 Londrina 0025642-22.2021.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Marcelo Gobbo Dalla Dea, Data de Julgamento: 20/09/2021, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: 20/09/2021.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ8FW HJCAC K6HEE 3W2HB



Nota Fiscal	Data de Emissão	Valor
5029	28/09/2022	R\$ 115.690,16
5320	15/11/2022	
5321	15/11/2022	
5538	15/12/2022	
5539	15/12/2022	
5747	24/01/2023	
5748	24/01/2023	
6024	25/02/2023	
6029	25/02/2023	
6031	25/02/2023	
6041	25/02/2023	
5040	28/09/2022	R\$ 22.585,24
5131	14/10/2022	
5132	14/10/2022	
<b>VALOR TOTAL</b>		<b>R\$ 664.358,45</b>

Compulsando a documentação apresentada pelo Credor e pelas Recuperandas, esta Administradora Judicial pôde constatar a existência da transação comercial pactuada entre partes, bem como, verificou que todas os títulos extrajudiciais (instrumento comprobatório do crédito) foram constituídos antes do pedido de recuperação judicial e, portanto, estão sujeitos à recuperação, nos termos do art. 49 da Lei nº 11.101/2005.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** da **Divergência** apresentada, **sendo retificada a monta e titularidade** do crédito, passando a constar o importe de **R\$ 19.210,98 (dezenove mil duzentos e dez reais e noventa e oito centavos) em favor do Credor Maxinutri Laboratório Nutraceutico EPP (CNPJ nº 08.646.787/0001-75)**, e reclassificado para **Classe IV – Créditos ME/EPP**.

Ainda após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** da **Divergência** apresentada, **sendo retificada a monta e titularidade** do crédito, passando a constar o importe de **R\$ 664.358,45 (seiscentos e sessenta e quatro mil trezentos e cinquenta e oito reais e quarenta e cinco centavos) em favor de Maxinutri Suplementos Nutricionais LTDA (CNPJ nº 39.452.556/0001-54)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**.

## 2.35 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – MEDIX BRASIL PRODUTOS HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS LTDA - ME

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 22.440,00	R\$ 34.120,00	R\$ 34.120,00

O Credor Medix Brasil Produtos Hospitalares e Odontológicos Ltda ME apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do crédito de sua titularidade para o importe de **R\$ 34.120,00 (trinta e quatro mil cento e vinte reais)**.



Em apertada síntese, aduz o Credor que o valor do seu crédito indicado pelas Recuperandas está incorreto, apresentando documentos comerciais (notas fiscais), quais sejam:

Nota Fiscal	Data de Emissão	Valor
104159	28/02/2023	R\$ 11.680,00
101684	31/01/2023	R\$ 22.440,00
VALOR TOTAL		R\$ 34.120,00

Compulsando a documentação apresentada pelo Credor e pelas Recuperandas, esta Administradora Judicial pôde constatar a existência da transação comercial pactuada entre partes, bem como, verificou que todos os títulos extrajudiciais (instrumento comprobatório do crédito) foram constituídos antes do pedido de recuperação judicial e, portanto, estão sujeitos à recuperação, nos termos do art. 49 da Lei nº 11.101/2005.

Ademais, cumpre mencionar que o Credor em comento é **microempresa**, e desta feita, tendo em vista a previsão do art. 41, IV da Lei 11.101/2005, deve ser transferido para Classe IV – Créditos ME/EPP, conforme entendimento jurisprudencial uníssono infra:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO. INCLUSÃO DE CRÉDITOS EXTRACONCURSAIS NO QUADRO GERAL DE CREDORES. IMPOSSIBILIDADE. CARÁTER COGENTE DA CLASSIFICAÇÃO LEGAL. ALTERAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO QUE PODERIA GERAR RISCO DE DILUIÇÃO DO PODER DE VOTO DOS DEMAIS CREDORES. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Conforme dispõe a lei n. 11.101/05 sobre a classificação dos créditos, impõe-se o enquadramento dos créditos devidos pela recuperanda nas seguintes classes/grupos: (a) extraconcurais, (b) concursais trabalhistas, (c) concursais com garantia real, (d) concursais quirografários, (e) concursais titulados por ME ou EPP. **Neste sentido, e considerando o caráter cogente desta classificação de créditos, não se pode admitir a inclusão de um crédito em uma classe/grupo que não aquela a que pertença por força de lei.** (...). Deste modo, em suma, não é possível à parte credora e à recuperanda negociarem a inclusão de créditos extraconcurais em uma classe concursal da recuperação judicial. 3. Por sinal, há que se destacar a própria ausência de interesse da parte credora, ora agravada, no pedido de habilitação dos créditos extraconcurais, uma vez que, enquanto o crédito extraconcursal pode ser exigido imediata e integralmente, o crédito concursal trabalhista se sujeita aos prazos e descontos previstos no plano de recuperação judicial.

”99

Ademais, cumpre mencionar que o Credor em comento é **microempresa**, e desta feita, tendo em vista a previsão do art. 41, IV da Lei 11.101/2005, deve ser transferido para Classe IV – Créditos ME/EPP, conforme entendimento jurisprudencial uníssono infra:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO. INCLUSÃO DE CRÉDITOS EXTRACONCURSAIS NO QUADRO GERAL DE CREDORES. IMPOSSIBILIDADE. CARÁTER COGENTE DA CLASSIFICAÇÃO LEGAL. ALTERAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO QUE PODERIA GERAR RISCO DE DILUIÇÃO DO PODER DE VOTO DOS DEMAIS CREDORES. RECURSO CONHECIDO E

IMPROVIDO. 1. Conforme dispõe a lei n. 11.101/05 sobre a classificação dos créditos, impõe-se o enquadramento dos créditos devidos pela recuperanda nas seguintes classes/grupos: (a) extraconcursais, (b) concursais trabalhistas, (c) concursais com garantia real, (d) concursais quirografários, (e) concursais titulados por ME ou EPP. **Neste sentido, e considerando o caráter cogente desta classificação de créditos, não se pode admitir a inclusão de um crédito em uma classe/grupo que não aquela a que pertença por força de lei. (...).** Deste modo, em suma, não é possível à parte credora e à recuperanda negociarem a inclusão de créditos extraconcursais em uma classe concursal da recuperação judicial. 3. Por sinal, há que se destacar a própria ausência de interesse da parte credora, ora agravada, no pedido de habilitação dos créditos extraconcursais, uma vez que, enquanto o crédito extraconcursal pode ser exigido imediata e integralmente, o crédito concursal trabalhista se sujeita aos prazos e descontos previstos no plano de recuperação judicial.

"100

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** da **Divergência** apresentada, **sendo retificado a monta de seu crédito para o importe de R\$ 34.120,00 (trinta e quatro mil cento e vinte reais)**, e reclassificação para **Classe IV – Créditos ME/EPP**.

## 2.36 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – MULTILAB INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 164.342,56	R\$ 178.732,12	R\$ 174.360,01

O Credor **MULTILAB INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA** apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do crédito de sua titularidade para o importe de **R\$ 178.732,12 (cento e setenta e oito mil setecentos e trinta e dois reais e doze centavos)**.

Em síntese, aduz o Credor que o valor do seu crédito indicado pelas Recuperandas está incorreto, apresentando documentos comerciais (notas fiscais) e memória de cálculo devidamente atualizada até a data do pedido de Recuperação Judicial (02/03/2023).

Preliminarmente, esta Administradora Judicial em análise do demonstrativo de cálculo apresentado pelo Credor, constatou dentre as diversas notas fiscais apresentadas, a existência de valores referenciados a documentos denominados "CSI", momento o qual fora questionado do que se tratava o importe, haja vista que não foi possível localizar quaisquer documentos que justificassem sua manutenção, na forma do art. 9, II da LREF.

Após questionado, o Credor informou (conforme e-mail infra) que os mencionados valores seriam tão somente para controle interno, e foram incluídos por equívoco dentre os valores realmente devidos, a saber:

De: Renan Pereira - GRUPO NC <renan.pereira@gruponc.net.br>  
Enviada em: quarta-feira, 14 de junho de 2023 16:39  
Para: Cassia Correa <ccorrei@marquesadministradordajudicial.com.br>; Rodrigo Garcia - GRUPO NC <rodrigo.garcia@gruponc.net.br>; Guillermo Glasman - GRUPO NC <guillermo.glasman@gruponc.net.br>  
Cc: Wellington Fernando <wfernando@marquesadministradordajudicial.com.br>; Assessoria RE: Pedidos de Divergência - RJ Grupo DP4 | Credores: EMS S/A, GERMED, LEBRAND e MULTILAS

Prezada Cassia,  
Boa tarde.

Referido documento intitulado de "CSI" trata-se de chamado interno para aplicação de juros a determinados títulos em atraso, o que **não gera qualquer documento comprobatório**.

Dessa forma, constatamos que sua inclusão na coluna de "Notas fiscais" **ocorreu por equívoco interno**, não se tratando de título em atraso, mas sim de juros fruto do atraso no pagamento de determinados títulos já incluídos na planilha.

Permanecemos à disposição para quaisquer dúvidas que se fizerem necessárias.

Att,

Renan Pereira - GRUPO NC  
Advogado (O)  
renan.pereira@gruponc.net.br  
www.gruponc.net.br

Rod. Ipiranga, Fronteira Assessoria Promiss, 529-00  
Bairro Chacara Assor  
Barbacena (SP) - CEP: 13106-900

Nesse sentido, esta Administradora Judicial informa que em suas análises desconsiderou quaisquer valores referenciados a CSI, na forma elucidada pelo credor, bem como em atenção ao art. 9º, III da LREF.

Destarte, pertinente aos juros e correção monetária, o Credor informou que, durante toda a relação comercial entre o citado e o Grupo DP4, fora estabelecido que sobre os títulos que possuísem eventuais inadimplências, iriam incidir juros moratórios de 5% A.M. e correção monetária na forma da taxa SELIC, sendo que em razão de um grande volume de inadimplência, durante um curto período os mencionados juros moratórios foram minorados para o patamar de 2% A.M.

Em atenção ao art. 9º, III da LREF, esta AJ questionou o credor quanto a existência de um documento (contrato/acordo) que embasasse a pretensão do Habilitante, primordialmente no que tange aos juros e correção monetária, haja vista a disposição do art. 406 do Código Civil<sup>101</sup>.

O Credor informou que o contrato se deu de forma não escrita, motivo pelo qual, por prudência, esta Administradora Judicial questionou a Recuperanda quanto a procedência desta condição contratual entre ambos.

Todavia, consoante e-mails abaixo, após ser indagada, a Recuperanda informou que a alegação do Credor não procedia, motivo pelo qual, ante a translúcida conditio sine qua non de convenção contratual de juros de mora em sintonia ao art. 406 do Código Civil, esta Administradora Judicial entende pela improcedência do pedido pertinente aos juros de 5% A.M. constante na divergência apresentada pelo Credor, sendo considerado o importe de 2% A.M. para fins de cálculo do valor do montante a ser Habilitado, tendo em vista ser o importe incontroverso entre as partes, a saber:

Wellington Fernando <wfernando@marquesadministradordajudicial.com.br>  
Enviada em: terça-feira, 13 de junho de 2023 23:02  
Para: VANIA NUNES DA SILVA <vania.nunes@gruponc.net.br>  
Cc: grupo dp4 <grupo.dp4@marquesadministradordajudicial.com.br>  
Assunto: RE: Pedidos de Divergência - RJ Grupo DP4 | Credores: EMS S/A, GERMED, LEBRAND e MULTILAS

Wellington, boa tarde!

Em atenção à sua solicitação, no que tange ao índice de correção postulado em razão da inadimplência pelo Grupo NC, se tem a informar:

Durante todo o período de relação comercial havida entre as partes, o credor historicamente cobrou das recuperandas o **percentual de 2% ao mês que tange as obrigações locatícias no quadro geral de créditos** (e-mail anexos), multissim, consultado os arquivos administrativos das recuperandas, não há qualquer instrumento jurídico firmado e legitimado apto a fundamentar o pleito do credor, tendo em vista que toda comunicação se deu via e-mail.

Todavia, cumpre salientar que compete ao credor encetar o pedido de majoração de seus créditos perante as J. Administradoras Judiciais, com documentos robustos e indubitáveis, positivos da formação da convenção.

Não obstante, o credor detém direitos jurídicos oriundos do "decênio" das Administradoras, apropriados para o disposto da matéria.

Atenciosamente,

Gratidão

De: Wellington Fernando <wfernando@marquesadministradordajudicial.com.br>  
Enviada em: terça-feira, 13 de junho de 2023 23:02  
Para: VANIA NUNES DA SILVA <vania.nunes@gruponc.net.br>  
Cc: grupo dp4 <grupo.dp4@marquesadministradordajudicial.com.br>  
Assunto: RE: Pedidos de Divergência - RJ Grupo DP4 | Credores: EMS S/A, GERMED, LEBRAND e MULTILAS

Wellington, 13 de junho de 2023.

Prezada Vânia, boa tarde!

Poderia elucidar por gentileza se o Grupo DP4 **notifica** as informações prestadas pelos credores do Grupo NC, referente à cobrança de juros pactuada entre as partes, na forma descrita no item 1 dos esclarecimentos solicitados ao mencionado credor.

Atenciosamente,

Wellington Colombo  
Advogado  
CUI nº 110.530  
wfernando@marquesadministradordajudicial.com.br  
www.marquesadministradordajudicial.com.br

Assessoria RE: Pedidos de Divergência - RJ Grupo DP4 | Credores: EMS S/A, GERMED, LEBRAND e MULTILAS

101

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** da **Divergência** apresentada, **sendo retificado a monta de seu crédito para o importe de R\$ 174.360,01 (cento e setenta e quatro mil trezentos e sessenta reais e um**

101 Art. 406. Quando os juros moratórios não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.



centavo), na **Classe III – Créditos Quirográficos**.

**2.37 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – MULTISAÚDE FARMACÊUTICA E NUTRICIONAL S/A**

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 902.471,58	R\$ 1.803.790,90	R\$ 1.349.574,10

O Credor Multisaúde Farmacêutica e Nutricional S/A apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do crédito de sua titularidade para o importe de **R\$ 1.803.790,90 (um milhão oitocentos e três mil setecentos e noventa reais e noventa centavos)**.

Aduz o Credor que, além dos valores já relacionados pelas Recuperandas (NF nºs 6100, 6101, 6488, 6489, 6491, 6594, 6658, 6659 e 6661), requer a habilitação de valores advindos das seguintes notas fiscais:

Nota Fiscal	Data de Emissão	Valor
6765	20/02/2023	R\$ 195.982,00
6823	01/03/2023	R\$ 203.364,36
6824	01/03/2023	R\$ 47.756,16
6841	06/03/2023	R\$ 23.138,40
6894	13/03/2023	R\$ 349.900,80
6933	20/03/2023	R\$ 81.177,60
VALOR TOTAL		R\$ 901.319,32

Ocorre que, em análise aos documentos indicados pelo credor, tem-se que a NF nº **6841** fora emitida em **06/03/2023**, a NF nº **6894** fora emitida em **13/03/2023** e a NF nº **6933** fora emitida em **20/03/2023**, isto é, após a data do pedido de Recuperação Judicial (**02/03/2023**), considerando ainda que não foi possível averiguar se a venda do produto, ou seja, fato gerador, se deu em data anterior, o que torna o crédito vinculado ao documento em questão não sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial, na forma do art. 49 da LREF e do tema 1051 do STJ.

Veja-se que, não obstante o consignado no tema 1051 do STJ, quanto a imprescindibilidade da análise do fator gerador do crédito/obrigação para concluir pela (extra)concursalidade de determinado importe na Recuperação Judicial, não se tem notícia que a causa adjacente do negócio jurídico que deu origem a NF em questão fora realizado outrora que não aquela constante na data de emissão, razão pela qual o entendimento desta AJ é pela improcedência do pedido.

Neste mesmo sentido, ensina o doutrinado Marcelo Barboza Sacramone:

“Na Lei n. 11.101/2005, todos os créditos existentes na data da distribuição do pedido submetem-se à recuperação judicial. Em contrapartida, todos os créditos que surgirem apenas após a distribuição desse pedido não poderão ser por ele afetados e não serão submetidos a nenhuma renegociação pelo plano de recuperação judicial. Eventual novação do referido crédito deverá ser acordada individualmente com cada um desses credores, conforme as regras gerais do Código Civil”<sup>102</sup>.

Não obstante, quanto as demais notas que se pretende habilitar, NF nºs 6765, 6823 e 6824, bem como aqueles relacionados pelas Recuperandas, esta Administradora Judicial pôde constatar a existência da transação comercial pactuada entre partes, bem como, verificou que todos os títulos extrajudiciais (instrumento comprobatório do crédito) foram constituídos antes do pedido de recuperação judicial e, portanto, estão sujeitos à recuperação, nos termos do art. 49 da Lei nº 11.101/2005.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PARCIAL PROCEDÊNCIA** da **Divergência** apresentada, **sendo retificado a monta de seu crédito para o importe de R\$ 1.349.574,10 (um milhão trezentos e quarenta e nove mil quinhentos e setenta e quatro reais e dez centavos)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**.

## 2.38 ANUÊNCIA DE CRÉDITO – NATULAB LABORATÓRIO S/A

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 6.325,46	R\$ 6.325,46	R\$ 6.325,46

O Credor Natulab Laboratório S.A. apresentou nos autos requerimento de substituição de titularidade do crédito arrolado inicialmente em favor de Naturelife Industria e Comercio de Alimentos Ltda, tendo em vista a existência de sucessão por incorporação.

Para ratificar o alegado, o Credor apresentou Ata de Assembleia Geral Extraordinária, instrumento o qual prevê a alegada incorporação.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** da **Divergência** apresentada, **sendo integrado a seu crédito a monta de R\$ 6.325,46 (seis mil trezentos e vinte e cinco reais e quarenta e seis centavos)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**, inicialmente arrolado em favor de Naturelife Industria e Comercio de Alimentos Ltda.

## 2.39 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – PHARLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S/A

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 497.625,95	R\$ 501.630,28	R\$ 501.630,28

O Credor Pharlab Indústria Farmacêutica S/A apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do crédito de sua titularidade para o importe de **R\$ 501.630,28 (quinhentos e um mil seiscentos e trinta reais e vinte e oito centavos)**.

Em apertada síntese, aduz o Credor que o valor do seu crédito indicado pelas Recuperandas está incorreto, apresentando documentos comerciais (notas fiscais) constituídas antes do pedido de Recuperação Judicial, quais sejam:

Nota Fiscal	Data de Emissão	Valor
67894	26/09/2022	R\$ 5.953,63
68369	29/09/2022	R\$ 11.693,40
70429	31/10/2022	R\$ 15.906,00
67483	22/09/2022	R\$ 14.365,20
67486	22/09/2022	R\$ 38.367,82
67757	23/09/2022	R\$ 4.122,00
64269	05/01/2023	R\$ 1.691,65
67963	05/01/2023	R\$ 6.113,40
65446	30/08/2022	R\$ 21.294,30
65600	31/08/2022	R\$ 5.976,00
68820	30/09/2022	R\$ 13.312,80
68833	30/09/2022	R\$ 11.520,00
65629	05/01/2023	R\$ 5.976,00
86480	28/10/2022	R\$ 1.076,40
71313	14/11/2022	R\$ 10.787,00
88377	24/01/2023	R\$ 735,60
76249	25/01/2023	R\$ 12.000,54
76273	25/01/2023	R\$ 14.561,92
76643	30/01/2023	R\$ 3.523,80
78012	13/02/2023	R\$ 3.079,80
70266	29/10/2022	R\$ 21.888,90
71660	19/11/2022	R\$ 9.162,00
72154	23/11/2022	R\$ 10.485,20
73423	06/12/2022	R\$ 6.091,60
71339	05/01/2023	R\$ 59.112,62
78997	22/02/2023	R\$ 3.014,85
87008	17/11/2022	R\$ 986,70
71344	16/11/2022	R\$ 42.382,80
71451	17/11/2022	R\$ 9.916,00
71582	18/11/2022	R\$ 2.322,00
73525	07/12/2022	R\$ 3.586,20
63887	12/08/2022	R\$ 9.144,14
64913	12/08/2022	R\$ 8.422,92
68633	26/08/2022	R\$ 20.329,00
68711	30/09/2022	R\$ 2.512,40
68795	30/09/2022	R\$ 5.988,00
77084	30/09/2022	R\$ 64.362,59
69639	25/10/2022	R\$ 2.384,66
70267	29/10/2022	R\$ 7.626,74



Nota Fiscal	Data de Emissão	Valor
70430	31/10/2022	R\$ 6.362,40
71063	09/11/2022	R\$ 3.491,40
VALOR TOTAL		R\$ 501.630,38

Compulsando a documentação apresentada pelo Credor e pelas Recuperandas, esta Administradora Judicial pôde constatar a existência da transação comercial pactuada entre partes, bem como, verificou que todos os títulos extrajudiciais (instrumento comprobatório do crédito) foram constituídos antes do pedido de recuperação judicial e, portanto, estão sujeitos à recuperação, nos termos do art. 49 da Lei nº 11.101/2005.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** da **Divergência** apresentada, **sendo retificado a monta de sua titularidade para o importe de R\$ 501.630,38 (quinhentos e um mil seiscientos e trinta reais e trinta e oito centavos)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**.

#### 2.40 ANUÊNCIA DE CRÉDITO– RPL SEGURANÇA PRIVADA LTDA.

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 343,39	R\$ 343,39	R\$ 343,39

O Credor RPL Segurança Privada Ltda. apresentou anuência a esta Administradora Judicial, ocasião em que requereu a manutenção do valor de sua titularidade em **R\$ 343,39 (trezentos e quarenta e três reais e trinta e nove centavos)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**.

Ante o exposto, tendo em vista a anuência exarada pelo Credor após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial informa que o valor será devidamente **MANTIDO**, no importe de **R\$ 343,39 (trezentos e quarenta e três reais e trinta e nove centavos)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**.



3

## **HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS CLASSE IV – CRÉDITOS ME / EPP**





### 3.1 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – D&V ARTES E PAPELARIA LTDA ME

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 750,40	R\$ 0	R\$ 0

A Credora D&V Artes e Papelaria Ltda ME apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que informou que o pedido oriundo do valor em tela foi realizado via Mercado Livre, bem como que restou inteiramente adimplido, razão pela qual requereu a **exclusão** integral dos créditos ora relacionados.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** da **Divergência** apresentada, **sendo seus créditos EXCLUÍDOS** da Relação de Credores.

### 3.2 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – DCS INOVE EQUIPAMENTOS DE AUTOMAÇÃO COMERCIAL E INFORMÁTICA LTDA ME

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 284,48	R\$ 0	R\$ 0

O Credor DCS Inove Equipamentos de Automação Comercial e Informática LTDA ME apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que informou que o pedido oriundo do valor em tela foi realizado via marketplace, mediante pagamento em cartão de crédito, parcelado em 10 vezes, razão pela qual requereu a **exclusão** integral dos créditos ora relacionados.

Assim, considerando que a compra foi realizada mediante cartão de crédito, conforme informado pelo credor, o titular do crédito é a Instituição Financeira, e não o fornecedor propriamente dito, razão pela qual o entendimento desta AJ é pela incorreção da relação das Recuperandas.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** da **Divergência** apresentada, **sendo seus créditos EXCLUÍDOS** da Relação de Credores.

### 3.3 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – L.R. KNIGGENDORF – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00

O Credor L. R. Kniggendorf – Sociedade Individual de Advocacia apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a reclassificação de crédito para a Classe I - Créditos Derivados da Legislação Trabalhista, uma vez que se trata de crédito com natureza alimentar.



Após análise minuciosa dos documentos apresentados pelo Credor, esta Administradora Judicial verifica que, de fato, o crédito relacionado é proveniente da prestação de serviços advocatícios, o qual resta pacificado o entendimento quanto a sua natureza alimentar, possuindo, portanto, os mesmos privilégios daqueles oriundos da legislação do trabalho, conforme determina o artigo 85, §14º do Código de Processo Civil.

Nesse diapasão, impende mencionar que fora firmada o tema 637 sob rito dos Recursos Repetitivos no STJ, *in fine*:

*“I - Os créditos resultantes de honorários advocatícios têm natureza alimentar e equiparam-se aos trabalhistas para efeito de habilitação em falência, seja pela regência do Decreto-Lei n. 7.661/1945, seja pela forma prevista na Lei n. 11.101/2005, observado o limite de valor previsto no artigo 83, inciso I, do referido Diploma legal. II - São créditos extraconcursais os honorários de advogado resultantes de trabalhos prestados à massa falida, depois do decreto de falência, nos termos dos arts. 84 e 149 da Lei n. 11.101/2005.”*

Nada obstante, em recente julgado expôs o STJ:

DIREITO EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RECURSO ESPECIAL. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO. **HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NATUREZA ALIMENTAR. CRÉDITO TRABALHISTA POR EQUIPARAÇÃO.** LIMITAÇÃO DO TRATAMENTO PREFERENCIAL (LEI 11.101/2005, ART. 83, I). POSSIBILIDADE. PREVISÃO NO PLANO. QUESTÃO FÁTICA. NECESSIDADE DE MANIFESTAÇÃO DO TRIBUNAL A QUO. OMISSÃO RELEVANTE CONFIGURADA. RECURSOS ESPECIAIS PARCIALMENTE PROVIDOS. 1. “1.1) Os créditos resultantes de honorários advocatícios têm natureza alimentar e equiparam-se aos trabalhistas para efeito de habilitação em falência, seja pela regência do Decreto-Lei n. 7.661/1945, seja pela forma prevista na Lei n. 11.101/2005, observado, neste último caso, o limite de valor previsto no artigo 83, inciso I, do referido Diploma legal” ( REsp 1.152.218/RS, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Corte Especial, DJe de 9/10/2014). 2. “Em se tratando de crédito trabalhista por equiparação (honorários advocatícios de alta monta), as Turmas de Direito Privado firmaram o entendimento de que é possível, por deliberação da AGC, a aplicação do limite previsto no art. 83, I, da Lei 11.101/2005 às empresas em recuperação judicial, desde que devida e expressamente previsto pelo plano de recuperação judicial, instrumento adequado para dispor sobre forma de pagamento das dívidas da empresa em soerguimento (princípio da preservação da empresa)” ( REsp 1.812.143/MT, Relator Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, DJe de 17/11/2021). 3. Na hipótese, o eg. Tribunal a quo não se manifestou sobre fato essencial ao julgamento da questão de direito, relativamente à existência, ou não, de previsão no plano de recuperação judicial - instrumento adequado para dispor sobre a forma de pagamento das dívidas da sociedade em soerguimento - da limitação pleiteada, o que impede que se aplique, de pronto, o entendimento adotado por ambas as Turmas de direito privado no que diz respeito à aplicabilidade do art. 83, I, da Lei 11.101/2005 à hipótese dos autos, mormente diante das vedações impostas pelas Súmulas 5 e 7 deste Pretório. 4. Ademais, alega-se peculiaridade relevante, quanto à inexistência de crédito trabalhista à época da aprovação do Plano de Recuperação, o que justificaria a eventual inexistência de previsão no Plano, ensejando, assim, debate acerca da possibilidade de haver ou não

a limitação do elevado valor do crédito relativo aos honorários, apesar da inexistência de deliberação em tal sentido, **dado que a natureza alimentar do crédito é reconhecida**. 5. Por tais razões, deve ser acolhida a apontada violação ao art. 1.022 do CPC/2015, tão somente com relação ao pleito de limitação do valor dos créditos a 150 salários-mínimos, nos termos do art. 83, I, da Lei 11.101/2005, anulando-se o v. acórdão proferido em sede de embargos declaratórios para que outro seja proferido e, assim, sanada a omissão verificada, inclusive quanto às peculiaridades do caso, notadamente à inexistência de crédito trabalhista à época da aprovação do Plano de Recuperação, deliberando-se quanto ao cabimento ou não da limitação do valor do crédito. 6. Recursos especiais parcialmente providos.<sup>103</sup>

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** da Divergência apresentada, sendo habilitado o importe de **R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)**, e **reclassificado para a Classe I – Créditos Derivados da Legislação Trabalhista**.

3.4 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – LIDERSOFT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA ME

Valor apresentado pela Recuepranda	Valor pleiteado pelo credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 1.851,00	R\$ 1.851,00	R\$ 1.851,00

O Credor Leadersoft Tecnologia e Sistemas Ltda ME apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que informou ter sido relacionado na Relação de Credores das Recuperandas no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), porém, que o importe deve ser retificado para **R\$ 1.851,00 (um mil oitocentos e cinquenta e um reais)**.

Da análise dos documentos disponibilizados à AJ, verifica-se que o credor se equivocou quanto ao valor de sua titularidade contido na Relação de Credores das Recuperandas, tendo em vista que esse fora relacionado pelo importe de R\$ 1.851,00 (um mil oitocentos e cinquenta e um reais), conforme se depreende do mov. 31.370, veja-se:

LISTA DE CREDORES - CLASSE IV									
Lista em 27/02/23									
RACÃO SOCIAL	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	BARRIO	CEP	CIDADE	UF	VALOR		
ARMARILHO GUIMARÃES - ME	13.032.888/0001-81	R MARIA TREVISAN TERRATO 575	NOVO MUNDO	83202-090	CURITIBA	PR	840,00		
ANDERSON C. L. DE DEVL COMERCIAL E LIMPEN	23.813.345/0001-79	Rua Eduardo 1923	JARDIM GUARTE	83860-140	POZO DO IGUAÇU	PR	3.470,00		
BOCHINA MANUA LTDA	04.813.310/0001-98	R. COKIANA 130	JARDIM APLICADO	81405-480	GUAMIRIM - PARANÁ	PR	3.300,00		
BRUNA CRISTINE GASPARDI DE MELO TEIXEIRA	45.744.130/0001-02	Rua Vitorino Vila Residencial A 131	Parque A	83864-530	POZO DO IGUAÇU	PR	58.370,00		
CAPITAL FONTO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL LTDA	35.334.851/0001-06	TENENTE FRANCISCO FERREIRA DE SOUZA 2077	MAIAR	83450-000	CURITIBA	PR	869.726,70		
CAPI ARTES E PAPELARIA LTDA	29.832.015/0001-64	AV. OSCAR PAES 227	JARDIM APLICADO	81405-480	SÃO PAULO	SP	750,40		
CARTEIRA MOURA HENRIQUE MONTEZEMOLO	04.806.940/0001-60	Rua Antônio Reges 4132	CENTRO	83453-000	POZO DO IGUAÇU	PR	28.000,00		
CATAPUZY TECNOLOGIA EM INFORMACAO LTDA	33.873.853/0001-63	R. DESEMBARGADOR MOTA 1895 CORN BOM ANJOS OS COND BRAS	REATES	80420-144	CURITIBA	PR	947,00		
CECINTE EQUIPAMENTOS DE INFORMACAO COMERCIAL E INFORMATICA	33.739.750/0001-25	R CALVARIO DE ABREU 42 SALA 04	JARDIM GRANDE	83.333-230	PARANÁ	PR	284,48		
CEVOT BELLA DE AUDIOPHONES	30.893.020/0001-38	AV. PIERRE ALBERTO NATALINO MOULHET 753	TRINHA	83445-000	ARACATUBA	SC	33,00		
CEVOT MOURA DE PAULA DEPAVILL	29.884.700/0001-26	LUZOVINA SCHUSTER PAES 58	COAGE INDUSTRIAL	83460-298	CURITIBA	PR	2.500,00		
CHOCOLAT MONSIEUR BOURGEOIS	46.532.823/0001-09	AVIA RAMB 130 CASA	JARDIM GUARANDU	13071-340	TAUBATÉ	SP	189,64		
CLAUSSO ANDRÉ LEMUS	18.913.304/0001-76	AVENIDA SAUL KAHN 1230	REVOLTA FOLLA PARK	81.858-000	POZO DO IGUAÇU	PR	33.700,00		
CLAUSSO ANDRÉ LEMUS	18.913.304/0001-76	TERREIRA SENAFIM JOSE PORTO 45	PLAZA	83862-235	POZO DO IGUAÇU	PR	3.500,00		
CLAUSSO ANDRÉ LEMUS	18.913.304/0001-76	R PEDRO KUMSTERS 1474	VILA BARAQUE	83.300-000	SÃO MATHEUS DO SUL	PR	8.435,00		
S. E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - ME	32.848.842/0001-43	R VENEZIA 2342 - LOFT BICO GUAMIRIM APT 02	LUTHER KING	83.800-440	PARANÓPOLIS BELTRAO	PR	8.820,00		
S. E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - ME	29.898.500/0001-26	R GUARARAPES 1908 APT 25 BICO GUAMIRIM E	PORTAO	83020-250	CURITIBA	PR	20.000,00		
LIDERSOFT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA	37.699.333/0001-07	RUA GUARARAPES 220 SALA 02	JARDIM HINDEPÓPOLIS	86015-000	LODOPOLIS	PR	5.851,00		
LIDERSOFT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA	37.699.333/0001-07	RUA JOSE TEIXEIRA DE LARA 182	TATUQUARA	83.470-290	CURITIBA	PR	82.433,33		
LIDERSOFT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA	37.699.333/0001-07	Alameda Infante, 148	CECILIA	83.312-960	Curitiba	PR	208.000,00		
LIDERSOFT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA	37.699.333/0001-07	Av. Rb do Sul 1700	Jardim Panorama	83864-480	Par do Iguaçu	PR	80.000,00		
LIDERSOFT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA	37.699.333/0001-07	PARANÁ 3705 C 88	BOA VISTA	83210-000	CURITIBA	PR	26.149,38		
LIDERSOFT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA	37.699.333/0001-07	CARLOS ANDRÉ TOREDO 440	CECILIA	83700-430	CURITIBA	PR	164,84		
LIDERSOFT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA	37.699.333/0001-07	AV. VERGADOR JOSE FERNANDES FUCHS 80	JARDIM HELENA	756.342-188	CANAPUEBA	SP	875,18		
LIDERSOFT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA	37.699.333/0001-07	Barceloneta de Gumbel, nº 3375	Jardim Panorama	83864-290	Par do Iguaçu	PR	480.000,00		
LIDERSOFT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA	37.699.333/0001-07	AV. FAUSTO DE LIMA 433 APT 05 TORRE 02	VILA MONTE ALZURE	83404-000	SÃO PAULO	SP	1.144,82		
LIDERSOFT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA	37.699.333/0001-07	AV. DE JULIO CESAR 201	CANAIM	85.754-000	PARANÓPOLIS	PR	48,25		
LIDERSOFT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA	37.699.333/0001-07	ROBERTO OLIVEIRA ALA 008	ROBERTO OLIVEIRA	83.800-000	JARDIM ESPERANÇA	PR	48,18		
LIDERSOFT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA	37.699.333/0001-07	R MARCELO RONDON - 475	CAPAO RASO	83.130-170	CURITIBA	PR	90.136,45		
LIDERSOFT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA	37.699.333/0001-07	AV. SERGIO GUARARAPES 184	MOONBAY 10	83860-180	POZO DO IGUAÇU	PR	58.000,00		
TOTAL DEVIDO A CLASSE IV							R\$	1.851.00	33
EDUARDO RAWSKI Assinado de forma digital por EDUARDO RAWSKI DE PAULA 00763648957 Data: 2023.03.17 19:48:15 -03'00'									
7									

pelo Credor, vez que o valor já havia sido arrolado pelas Recuperandas, esta Administradora Judicial conclui pela **HABILITAÇÃO** do importe de **R\$ 1.851,00 (um mil oitocentos e cinquenta e um reais)**, na **Classe IV – Créditos ME/EPP**.

### 3.5 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – SERVICEDESK BRASIL LTDA ME

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 1.144,32	R\$ 1.227,00	R\$ 0

O Credor Servicedesk Brasil Ltda ME apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do crédito de sua titularidade para o importe de **R\$ 1.227,00 (um mil duzentos e vinte e sete reais)**, proveniente da NF n.º 4293, informando ter sido realizada compra em data de 22/11/2022, parcelada em 10 prestações no cartão de crédito.

Ocorre que, em análise ao documento indicado pelo credor, tem-se que a NF n.º 4293 fora emitida em data de 27/04/2023, isto é, após a data do pedido de Recuperação Judicial.

Desta forma, há vista do supra exposto, o entendimento desta Administradora Judicial é pela **não sujeição de tal crédito ao regime concursal** da Recuperação Judicial, em sintonia a dicção do art. 49 da Lei 11.101/2005, dado que a data do **pedido de Recuperação Judicial é 02/03/2023, e por outro lado, o crédito fora constituído em momento posterior ao pedido recuperacional (27/04/2023).**

Isso porque, não obstante o consignado no tema 1051 do STJ, quanto a imprescindibilidade da análise do fator gerador do crédito/obrigação para concluir pela (extra)concursalidade de determinado importe na Recuperação Judicial, *in casu*, não se tem notícia que a causa adjacente do negócio jurídico que deu origem a NF em questão – *oriundo de compra supostamente realizada em 22/11/2022* – fora realizado outrora que não aquela constante na data de emissão.

Ademais, se, de fato, a compra foi paga mediante cartão de crédito, conforme informado pelo credor, o titular do crédito é a Instituição Financeira, e não o fornecedor propriamente dito, razão pela qual o entendimento desta AJ é pela improcedência do pedido.

Lado outro, importa ressaltar que as Recuperandas não apresentaram, à Administradora Judicial, quaisquer documentos a comprovar a origem do valor por elas relacionado, razão pela qual, ante a inexistência de documento aliado a informação do fornecedor quanto a pendência somente da Nota Fiscal n.º 4293, extraconcursal, conclui-se pela exclusão do crédito em comento.

Ante o exposto, após a análise minuciosa dos documentos comprobatórios do crédito requerido, esta Administradora Judicial conclui pela **IMPROCEDÊNCIA** da divergência de crédito, sendo **excluída** a integralidade do valor da relação de credores.

4

## **HABILITAÇÃO E DIVERGÊNCIAS DE CRÉDITO INTEMPESTIVAS**





## HABILITAÇÃO E DIVERGÊNCIAS DE CRÉDITO INTEMPESTIVAS

A *priori*, importante destacar que o edital do art. 52, §1º, da Lei 11.101/2005, foi devidamente publicado em 17/04/2023 (veiculado em 14/04/2023) no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Paraná nº 3411 (pag. 572-577), desta forma o último dia para realização de habilitações e divergências (administrativamente) culminou na data de 02/05/2023, nos termos do art. 7º, §1º da Lei 11.101/2005.

Nesse sentido, imperioso mencionar que houve apresentação **INTEMPESTIVA** de habilitações/divergências de crédito pelos seguintes credores, em dissonância ao prazo previsto no artigo 7º, §1º, da Lei 11.101/2005: **Classe I - Anielli Correa Monteiro Lopes (apresentada em 22/05/2023); Bianca Polinny Cartides Leão (apresentada em 23/05/2023). Escrilex Serviços de Contabilidade LTDA-EPP (apresentada em 22/05/2023). Classe III - Accumed Produtos Med.Hospitalares LTDA (apresentada em 04/05/2023); Águas Guariroba S.A. (apresentada em 19/05/2023); Althaia S/A Ind Farmaceutica (apresentada em 09/05/2023); AMED S.A. (apresentada em 10/05/2023); Beauty Lab Do Brasil LTDA (apresentada em 08/05/2023); Brasterápica Indústria Farmacêutica LTDA (18/05/2023); Companhia Piratininga De Força e Luz (apresentada em 04/05/2023); Condor S.A. (apresentada em 04/05/2023); Depósito de Materiais para Construção Nichele LTDA (apresentada em 09/05/2023); Eurofral Indústria de Produtos Higiênicos e Termoplásticos LTDA (apresentada em 25/05/2023); Farmácia e Drogaria Nissei S.A. (apresentada em 03/05/2023); FML Incorporadora LTDA (apresentada em 08/05/2023); Fundo de Investimento em Direitos Creditórios XPCE Crédito Middle (apresentada em 12/05/2023); Healthy do Brasil Ind. Com. e Distribuição LTDA (apresentada 08/05/2023); Perfumes Dana do Brasil S.A. (apresentada em 04/05/2023); Phitoteraphia Biofitogenia Laboratorial Biota LTDA (apresentada em 16/05/2023); Qumory Distribuidora de Cosméticos LTDA (apresentada em 18/05/2023); Refrigeração Dufrio S.A. (apresentada em 09/05/2023); SND Distribuição De Produtos De Informática S.A. (apresentada em 05/05/2023); Unicharm do Brasil Industria e Comercio de Produtos De Higiene LTDA (apresentada em 05/05/2023); Zydus Nikkho Farmacêutica LTDA (apresentada 16/05/2023).**

Todavia, em que pese a apresentação de habilitação/divergência intempestiva pelo credor, com fito de empenhar celeridade e economia processual, bem como para fins de apresentação de relação de credores fidedigna, esta Administradora Judicial informa que será realizada a análise individual de todos os créditos com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais dos Devedores e nos documentos que lhe foram apresentados pelos Credores, em consonância ao art. 7º da Lei 11.101/2005.

### **CURITIBA/PR**

Av. Cândido de Abreu, nº776, Sala 1306,  
Edifício World Business, Centro Cívico  
CEP 80.530-000  
(41) 3206-2754 | (41) 99189-2968

### **MARINGÁ/PR**

Av. João Paulino Vieira Filho, nº625, Sala 906,  
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01  
CEP 87.020-015  
(44) 3226-2968 | (44) 99127-2968

### **SÃO PAULO/SP**

Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar  
Ed. José Martins Borges - Bela Vista  
CEP 01.310-000  
(11) 3135-6549 | (11) 98797-8850

[www.marquesadmjudicial.com.br](http://www.marquesadmjudicial.com.br)  
[marcio@marquesadmjudicial.com.br](mailto:marcio@marquesadmjudicial.com.br)

